

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**AS MULHERES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA
- 1974 a 2004 -**

Isabel da Conceição Lemos

**Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História das Relações Internacionais**

**Orientadora:
Doutora Ana Mouta Faria, Professora Auxiliar,
ISCTE - IUL**

Julho de 2009

AS MULHERES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA
- 1974 a 2004 -

Isabel da Conceição Lemos

Agradecimentos

Uma dissertação como qualquer outro trabalho deste género seria impossível de realizar sem a colaboração de algumas pessoas e instituições.

Como autora deste trabalho quero expressar o meu sincero agradecimento a todos aqueles que me ajudaram na sua realização.

Assim, começaria por expressar o meu reconhecimento e agradecimento à Professora Doutora Ana Mouta Faria, por ter acedido a orientar-me na realização deste trabalho, pela forma cordial e compreensiva com que sempre me orientou, pelas suas recomendações, sugestões e correcções decisivas, e por me incentivar a levar até ao fim este projecto.

Os meus agradecimentos também para a Professora Doutora Luísa Tiago de Oliveira, pelo seu contributo na revisão do questionário e à Dra. Lara Carregã.

Não posso deixar de dirigir um sincero agradecimento a todos os funcionários dos Recursos Humanos assim como do Arquivo Histórico e da Biblioteca da Ministério dos Negócios Estrangeiros, em especial ao Dr. João Lopes, Dra. Joana Fialho, Dra. Isabel Fevereiro, Dra. Dolores Fernandes, Dra. Teresa Soares, Dr. António Baião, D. Manuela Bernardo, D. Manuela Caetano e a D. Ana Branco, pela cordial disponibilidade como me receberam e ajudaram.

As minhas palavras de agradecimento para a Terceira-secretária de embaixada, Dra. Ana de Brito Maneira, pelo empenho e entusiasmo que desde logo demonstrou pelo tema em estudo.

Quero também agradecer a alguns amigos e familiares que foram muito importantes ao longo deste projecto, quer seja pela troca de ideias, quer seja pela amizade e apoio que manifestaram de diversas formas, em especial a Dra. Dulce Moacho, Dra. Luísa Penim, Dra. Lúcia Neto, Dr. Rui Carvalho, a minha sobrinha Ana Teresa e a minha tia Francelina.

Finalmente não posso deixar de dirigir um sincero e especial agradecimento ao Engº Helder Neto pelo inegável e incondicional apoio e força que me deu durante todo o trajecto desta dissertação e pelo empenho e colaboração na exigente tarefa do tratamento informático dos dados.

As minhas últimas palavras de agradecimento são para a minha mãe, para os meus filhos e a para a minha neta pela paciência e compreensão que demonstraram pela pouca atenção que lhes dediquei durante todo o período da realização deste trabalho.

ÍNDICE

RESUMO	V
ABSTRACT	VI
INTRODUÇÃO.....	1
1. APRESENTAÇÃO DO OBJECTO DA TESE	1
1.1 Objectivo da investigação	1
1.2. Quais os dados da investigação?.....	3
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
2.1 Estado da arte.....	4
2.2 Definição de alguns Conceitos utilizados	10
2.3 Condição Feminina em perspectiva histórica	11
2.4 Questões do Género: Mulher e Sociedade.....	15
2.5 Género e Política: factores que restringem a participação da mulher na vida pública.....	19
2.6 Ainda as questões de Género: o caso específico português.....	23
3. FONTES E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO	25
CAPÍTULO I.....	28
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	28
1.1 A diplomacia em perspectiva histórica.....	28
1.2 Caracterização social do corpo diplomático português antes de 1974	36
1.3 Participação das mulheres na Diplomacia portuguesa anteriormente à sua integração formal na carreira diplomática	38
1.3.1 O caso de Maria Francisca Isabel de Sabóia.....	39
1.3.2 O caso de Maria de Lourdes Pintasilgo	41
CAPÍTULO II.....	45
2. A ENTRADA DAS MULHERES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA	45
2.1 Reestruturação dos serviços internos, externos e autónomos do MNE, de acordo com as sucessivas alterações legislativas.....	45
2.2 Alteração do enquadramento jurídico: percurso legislativo da carreira diplomática	53
CAPÍTULO III	58
3. AS TRANSFORMAÇÕES DETECTADAS: ABORDAGEM ESTATÍSTICA	58

3.1 Os concursos de acesso à carreira diplomática (1974-1998).....	58
3.2 Diplomatas de carreira e embaixadores de nomeação política	68
3.3 Progressão na carreira diplomática	69
3.4 Evolução das habilitações académicas dos diplomatas de carreira	72
4. AS PERCEPÇÕES DAS DIPLOMATAS SOBRE A CARREIRA	79
CONCLUSÕES	82
BIBLIOGRAFIA	86
Fontes Primárias	86
Fontes Secundárias	88
ÍNDICE DE ORGANOGRAMAS, QUADROS E GRÁFICOS	94
ANEXOS	96
ANEXO A.1 – Texto de Apresentação do Inquérito	97
ANEXO A.2 – Questionário	98
ANEXO B.1 – Inventário dos Percursos Individuais dentro da Carreira Diplomática - Mulheres	104
ANEXO B.2 – Inventário dos Percursos Individuais dentro da Carreira Diplomática - Homens	126
ANEXO C – Decreto-Lei nº 308/74, de 6 de Junho	178

Aos meus filhos Sérgio, Tânia e Ana e à minha neta Maria Inês

RESUMO

O tema da presente dissertação é a mulher na carreira diplomática no âmbito da Diplomacia como instrumento pacífico da Política Externa Portuguesa. O período cronológico em análise vai desde 1974, ano em que ocorreu o primeiro concurso em que as mulheres tiveram acesso à carreira diplomática, até 2004. Durante esse período verificaram-se alterações profundas na representatividade das mulheres na carreira diplomática. Pretende-se com este trabalho fazer um estudo comparativo sobre a evolução na carreira diplomática entre géneros, tentando compreender as razões porque até ao ano 2004 não houve nenhuma mulher que atingisse o topo de carreira, ou seja, a categoria de embaixadora, e tentando também compreender quais os factores em causa que concorreram para uma tão reduzida participação feminina na esfera diplomática. Com base em estudos de género procurou-se compreender os factores limitadores e inibidores que ainda hoje permanecem na sociedade e que restringem a plena participação das mulheres na vida social, económica e política.

Para além de toda a informação de natureza bibliográfica, recorreu-se a uma análise dos diversos diplomas que legislaram e regulamentaram a carreira diplomática no referido período; a uma pesquisa nos *Diários do Governo e da República* sobre os diversos concursos que deram acesso às mulheres à carreira diplomática, assim como uma pesquisa nos diversos *Anuários Diplomáticos e Consulares* do Ministério dos Negócios Estrangeiros; efectuou-se também um inquérito por questionário às diplomatas que acederam à carreira diplomática durante o período em análise, permitindo assim incluir no estudo a percepção daquelas que se encontram em situação privilegiada para avaliar as diferenças de género na carreira.

Palavras-chave: Mulheres, Embaixadoras, Diplomacia, Carreira Diplomática,

ABSTRACT

The theme of this essay is women in the diplomatic career in the field of Diplomacy as a peaceful instrument of Portuguese foreign policy. The time period under analysis is from 1974, the year of the first admission contest in which women had access to diplomatic career, until 2004. During this period there were deep changes in the representation of women in diplomatic career. It is intended with this work to make a comparative study on the evolution of gender in the diplomatic career, trying to understand why, by the year 2004, there were no women to reach the top of the career, that is, to reach the category of ambassador, and also trying to understand which factors involved contributed to a very low female participation in the diplomatic sphere. Based on studies of gender, we tried to understand the limiting factors and inhibitors that still remain in society and that restrict women's full participation in social, economic and political life.

In addition to all the types of bibliographic information, several acts that legislate and regulate the diplomatic career in that period were analyzed; a research in the *Government's and the Republic's Diaries* on the various admission contests which gave women access to diplomatic career was made; also, various *Diplomatic and Consular Yearbooks* of the Ministry of Foreign Affairs were observed; a questionnaire to diplomats who acceded to the diplomatic career during the period was also made, thus allowing the study to include the perception of those who are in a privileged position to evaluate gender differences in the career.

Key words: Women, Ambassador, Diplomacy, Diplomatic Career

INTRODUÇÃO

“ (...) o ser humano, não é neutro, é homem ou mulher. Estas são as duas componentes de qualquer comunidade e do género humano. O respeito pela igualdade implica pois o respeito pelas diferenças e a não hierarquização dessas diferenças. Por essa razão também a diplomacia, como outras áreas da vida económica, social, cultural ou política, não pode prescindir ou desvalorizar o contributo da outra metade da população portuguesa”.

(Maria Amélia Paiva, 2003: 192)

1. APRESENTAÇÃO DO OBJECTO DA TESE

1.1 Objectivo da investigação

O estudo que se apresenta tem como objectivo reflectir sobre a participação feminina na carreira diplomática em Portugal.

A escolha da Mulher na carreira diplomática como tema de trabalho justifica-se pelo fraco conhecimento actual sobre a abertura à feminização de uma carreira apenas masculina e formalmente vedada às mulheres até à Revolução de 25 de Abril de 1974.

Dado tratar-se de uma investigação que nunca foi desenvolvida nesta área, quando concluída, o resultado poderá constituir uma referência para melhor elucidar a importância de que se tem revestido até ao presente a participação das mulheres na diplomacia, servir de ponto de partida para futuras pesquisas e dar o seu contributo para a história institucional respectiva.

Apesar de os progressos alcançados em matéria de igualdade entre mulheres e homens nos últimos trinta anos terem sido notáveis e a discriminação de que as mulheres foram objecto durante séculos em vários aspectos ter sido legalmente eliminada, isso não significou de facto, a imediata igualdade de direitos e oportunidades, cujo processo de construção é lento e complexo e continua a não garantir que as mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades. As mulheres conquistaram a autonomia jurídica e económica, obtiveram a consagração na lei de igualdade de direitos e entraram em grande número no mercado de trabalho. Contudo, continuam a ser minoritárias e quase sempre afastadas dos cargos mais elevados.

Relativamente à carreira diplomática, não existe, até 2004, de acordo com a nossa investigação nenhuma mulher embaixadora de carreira e, no entanto, alguns homens que entraram na carreira diplomática no mesmo período já atingiram essa categoria.

Ausência que se constata apesar de, segundo Maria Amélia Paiva (2004: 190) citando uma obra de Marilyn Sephocle intitulada *Then, They were twelve: The Women of Washington's Embassy Row* afirmar “*ser de uma grande ironia e profundamente injusto excluir de um campo que requer exactamente as qualidades que mesmo os mais chauvinistas dos homens reconhecem nas mulheres e que constituem a base dos estereótipos femininos e cito: aptidão para o diálogo, atitudes não agressivas, habilidade para construir compromissos e relutância em usar a força, todas elas qualidades frequentemente denominadas como “femininas” e não obstante são também características essenciais a uma boa prática da diplomacia.*”

Quais as razões que puderam ter contribuído para este quadro?

Com este estudo pretendemos dar a conhecer a quantidade de mulheres na carreira diplomática e identificar os factores que dificultaram o acesso ao topo de carreira que, à semelhança de outras, deveria ser um espaço de igualdade plena.

Assim, na investigação iremos considerar os seguintes capítulos:

Inicialmente e como introdução iremos apresentar o objecto da tese, o seu enquadramento teórico e as fontes e métodos de investigação utilizados.

Em seguida, num primeiro capítulo faremos uma contextualização histórica sobre a diplomacia e salientaremos a forma como algumas mulheres participavam na diplomacia do Antigo Regime Português, dando como exemplo Maria Francisca Isabel de Sabóia e faremos uma referência sobre a primeira embaixadora de nomeação política (sem ser de carreira), após o 25 de Abril de 1974: Maria de Lourdes Pintasilgo.

Num segundo capítulo iremos focar a entrada das mulheres na carreira diplomática, começando por analisar o enquadramento jurídico, ou seja a legislação que durante o período de 1974 a 2004 regulamentou a carreira diplomática; as alterações dos diversos serviços internos, externos e autónomos, verificadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) nesse período.

E por último num terceiro capítulo iremos falar sobre as transformações detectadas através de uma abordagem estatística, faremos também uma análise dos diversos concursos externos para acesso à carreira e apresentaremos um estudo comparativo entre mulheres e homens na progressão das categorias existentes na carreira diplomática cruzando-a com a evolução das habilitações académicas respectivas durante o referido período.

Com esta investigação pretendemos tentar perceber quais as variáveis que limitaram as diplomatas a atingir o topo de carreira (Embaixadora), o mais alto cargo diplomático de representação do Estado Português no exterior.

1.2. Quais os dados da investigação?

Basearemos a pesquisa em algumas obras relevantes para o tema em estudo, mas principalmente na recolha de informação constante dos Anuários Diplomático e Consular publicados pelo Ministério do Negócios Estrangeiros (1979, 1981, 1988, 1990, 1993, 1996, 2000 e 2004), que permitiram a elaboração de diversos trabalhos estatísticos.

Para compreender o funcionamento da instituição foi necessário proceder previamente ao levantamento e análise da legislação que, ao longo do período de 1974 a 2004, regulamentou a carreira diplomática bem como à caracterização, em termos orgânicos, dos diversos serviços internos, externos e autónomos existentes no MNE.

Para verificar as diferenças existentes entre os que concorreram e os que entraram na carreira diplomática, realizámos uma pesquisa dos diversos concursos existentes.

E por último abordaremos o tema através de um inquérito por questionário submetido às diplomatas.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“Não posso deixar de me sentir atraído por tudo o que diz respeito ao Homem na sua componente masculina e feminina, quer dizer, pelo Homem na sua totalidade. Só assim é que concebo a História, só assim é que concebo o presente e o futuro da Humanidade”.

(José Mattoso, 1993: 56)¹

2.1 Estado da arte

A pesquisa bibliográfica efectuada sobre o tema *As Mulheres na Carreira Diplomática Portuguesa* não revelou a existência de qualquer tese que verse esta temática.

Existem apenas três artigos muito recentes. O primeiro, “A Mulher na Diplomacia Portuguesa”, está inserido numa obra colectiva *Visões da Política Externa Portuguesa*² e é da autoria de uma diplomata, Maria Amélia Paiva. A autora faz uma breve abordagem da mulher na diplomacia portuguesa e afirma ter sido tentada a intitular-lá: “Desafios da Promoção da Igualdade entre Homens e Mulheres na Carreira Diplomática Portuguesa”. Depois de uma alusão aos progressos alcançados em matéria de igualdade entre homens e mulheres nos últimos trinta anos, relativamente à conquista da autonomia jurídica, económica e social, e de afirmar que estes têm sido lentos, refere ainda que a igualdade formal, já atingida, não corresponde a uma igualdade de facto e que esta continua a não garantir que mulheres e homens tenham as mesmas oportunidades. A autora aponta as diferenças significativas que subsistem entre ambos os sexos em diversas áreas relevantes, não obstante os objectivos fundamentais inscritos na Constituição Portuguesa, sendo a igualdade entre homens e mulheres, uma das tarefas principais do Estado, no âmbito da consolidação do sistema democrático.

Relativamente à carreira diplomática portuguesa, sublinha que as mulheres em 2004 continuam sub-representadas em quase todos os níveis da carreira diplomática e em especial nos lugares de topo de hierarquia, seja no quadro interno, seja na carreira de

¹ AAVV (1993), *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), Lisboa, Janeiro.

² Organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, em colaboração com o Instituto Diplomático do MNE (pp. 185-192), escrito em 2003 e 2005.

embaixadores. Menciona também que até 2004 não existiu nenhuma mulher embaixadora (topo de carreira); no entanto, refere que alguns dos homens que entraram na carreira no mesmo período já atingiram essa categoria.

Para a autora, os diversos factores para que ocorra esta sub-representação das mulheres tanto são: *“históricos, culturais, socio-económicas, bem como a imagem das mulheres nos media, a persistência de utilização de uma linguagem sexista; mas também factores mais subtis tais como sejam os critérios e os processos de selecção e progressão, que utilizam valores masculinos e, por último, e não por terem menor importância, as dificuldades de conciliação da vida profissional e familiar.* (Paiva: 190)

(...) De facto a construção de um novo equilíbrio entre as vidas familiares e profissionais de mulheres e homens representa um dos maiores desafios no início deste novo século e é um tema-chave na obtenção da igualdade plena e efectiva. (Paiva: 191)

Defende também que, às mulheres, nesta como noutras carreiras, deve ser dado acesso às mesmas oportunidades que aos homens. Neste caso concreto, a presença feminina é certamente uma mais-valia para a diplomacia como instrumento crucial na construção de um País mais desenvolvido e mais democrático e que é fundamental quanto mais activa e moderna for a representação a nível internacional. Tanto mais que sem igualdade entre homens e mulheres nunca haverá uma sociedade justa, democrática, desenvolvida e respeitadora dos seres humanos.

O segundo artigo intitulado “O Corpo Diplomático Português”³ tinha sido escrito em 2002 pelo historiador Fernando Amorim. Nele o autor faz uma breve análise da evolução dos efectivos da carreira diplomática, como consequência da progressiva tendência para o aumento do número de missões diplomáticas, representações permanentes, missões temporárias e postos consulares no exterior que caracterizou o período após o 25 de Abril de 1974.

O autor acentua *“ (...) a gritante desproporção entre homens e mulheres e um perceptível estrangulamento no ingresso e no acesso ao topo da carreira, susceptível de limitar, no futuro, a nossa capacidade diplomática na espiral negocial que o relacionamento multilateral parece anunciar para as épocas vindouras.”*

³ Artigo inscrito em <http://www.janusonline.pt> e consultado em 17/01/2008

O terceiro artigo com o título “O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)”⁴, escrito por Pedro Aires Oliveira⁵, apesar do autor não fazer qualquer alusão às mulheres na carreira diplomática, acaba por se tornar relevante pelo facto de retratar a composição da elite diplomática portuguesa no período entre 1926 e 1974, ou seja no período do Estado Novo e do regime autoritário até à Revolução de Abril.

O autor assinala neste artigo em forma de conclusão: “ (...) *a forte continuidade entre a composição da carreira diplomática entre os anos finais da I República e o Estado Novo - facto que se explica pela aparentemente fácil adaptação dos quadros do MNE à nova situação política estabelecida após o 28 de Maio.*” E sublinha a “ (...) *forte componente elitista do recrutamento dos funcionários do MNE, situação que não podia senão ser reforçada pelas características dos exames de admissão (reservados apenas a indivíduos licenciados). Ao longo de todo este período, a carreira diplomática permaneceu sempre uma coutada das classes média e alta da sociedade portuguesa (praticamente as únicas que podiam enviar os filhos para a universidade).*” E a “ (...) *preocupação demonstrada pelo regime autoritário no sentido de conciliar os critérios de selecção meritocráticos herdados da República com alguns mecanismos de selecção político-ideológica (definidos sobretudo na legislação referentes ao estatuto da função pública, e não tanto nas leis e regulamentos do MNE).*” (Oliveira: 166).

Não obstante a exiguidade dos estudos sobre o acesso e a participação das mulheres na carreira diplomática, outros trabalhos revelaram-se de grande utilidade para compreender o tema, quer pela informação de carácter histórico proporcionada, quer pelos problemas e conceitos equacionados, quer ainda pela metodologia adoptada para a análise de questões similares.

Em perspectiva histórica, a principal obra de referência sobre a evolução da Diplomacia, desde tempos remotos à época contemporânea, foi o livro de José Calvet de Magalhães, *Diplomacia Pura* (2005). Tal como afirma o autor (2005: 76) “*As Ciências Sociais não podem produzir à sua vontade os factos sobre os quais constroem as suas teorias. Neste aspecto diferem substancialmente das Ciências Físicas. Mas podem, recorrendo à História, estudar a génese e evolução dos factos que mais lhes interessam. Por isso se pode dizer que a História é o laboratório experimental das Ciências Sociais.*”

⁴ *Análise Social*, Vol. XLI (178), 2006, pp. 145-166.

⁵ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

A obra de Calvet de Magalhães atrás citada serviu também de orientação para definirmos de forma precisa diversos conceitos, tais como os de diplomacia e de política externa, entre outros, dado existirem definições imprecisas, incompletas e, por vezes, até incorrectas sobre estes conceitos.

Magalhães (2005: 92) faz uma análise sobre o conceito de Diplomacia Pura, definindo-a do seguinte modo: “ *a) um instrumento da Política Externa, b) para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, c) pelo emprego de intermediários, d) mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes.*”

Para o enquadramento teórico deste trabalho baseámo-nos ainda em diverso tipo de obras, que versavam sobre estudos de género.

A obra de Helena Carreiras *As Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas* (2002) é um trabalho imprescindível para quem estuda os problemas de género e para todos que se interessam pelos acontecimentos que marcaram a sociedade portuguesa nestas últimas décadas. O principal contributo resulta da incidência numa carreira profissional, pois que aborda a participação militar feminina nas Forças Armadas Portuguesas que, tal como a Diplomacia, estavam vedadas às mulheres antes do 25 de Abril de 1974.

Assim verificamos que o recrutamento militar de mulheres aconteceu num contexto de transformação estrutural das organizações militares e também num período de modificações ao nível das relações sociais de género, que nos últimos tempos têm tido uma certa relevância na reconfiguração da forma de participação social das mulheres.

A questão da participação militar das mulheres como problema sociológico é recente, dado que emergiu há pouco mais de duas décadas e, como tal, até à pesquisa de Helena Carreiras, com consequências ao nível do “Estado da Arte”, devido a ser um tema, tal como as mulheres na diplomacia, apenas tinha sido suportado por contribuições empíricas dispersas, fragmentadas e descontextualizadas.

Outro contributo desta obra para presente trabalho foi o facto de a autora ter procedido a uma análise empírica do processo de integração feminina nas Forças Armadas Portuguesas com base nos resultados de um inquérito por questionário

extensivo a todas as jovens que em 1994 prestaram serviço efectivo nos três ramos das Forças Armadas.

A obra de António Marques Bessa, *Elites e Movimentos Sociais*, (2002) é significativa para compreendermos as profundas mudanças que ocorreram na condição da mulher ao longo dos tempos e definir essa condição em épocas mais remotas, em que “o papel do sexo feminino estava fixado em padrões mais ou menos invariáveis”. (Bessa: 134). É, portanto um estudo que nos mostra de forma sintética a posição da mulher ao longo da história.

A obra de José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria, *As Mulheres e a Política*, (2001) é um estudo que nos permite fazer uma síntese sobre a sub-representação feminina nos órgãos e centros de poder político que se insere no problema mais vasto da fraca participação das mulheres em todos os âmbitos da vida pública.

O autor revela-nos ainda quais os principais factores que, em seu entender, restringem a participação das mulheres nas diversas esferas da vida política, económica e social.

Com esta obra pudemos concluir que para além de factores externos, como sejam a forma de organização das sociedades, o modo de funcionamento dos partidos políticos, as concepções patriarcais que ainda subsistem nas sociedades, que funcionam como obstáculos à efectiva participação das mulheres, existem factores internos da própria mulher auto-restritivos, por participar formalmente e sustentadamente na forma como socialmente se tem produzido e reproduzido os efeitos da dominação masculina e não assumir uma postura mais activa e interventora quanto à erradicação das diferenças de género na sociedade em geral. A causa desta atitude advém do efeito de socialização, porque desde criança é submetida à apreensão de valores, regras, atitudes, preconceitos e estereótipos pertencentes a uma sociedade sustentada no domínio masculino. Esta atitude de submissão e o facto de sentir que não possuem capacidades para formular, sustentar e defender opiniões, traduz-se numa desmobilização cívica e política da maioria das mulheres portuguesas que em nada ajuda a ultrapassar as diferenças existentes.

A obra de Manuela Silva, *A Igualdade de Géneros: Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva* (2002) dá-nos uma visão de conjunto das principais etapas na

luta das mulheres pela igualdade de direitos e de oportunidades, e do percurso desse combate.

Por seu lado, a obra de Manuela Tavares, *Movimentos de Mulheres em Portugal, décadas de 70 e 80* (2000) procura dar visibilidade à actuação das mulheres nas diversas associações que existiram antes e após o 25 de Abril de 1974 e principalmente a participação das mulheres nos movimentos sociais posteriores ao 25 de Abril.

O contributo desta obra foi de certa forma relevante para o enquadramento do caso específico português nas questões de género, mostrando-nos as diferenças entre géneros existentes em Portugal antes e após o 25 de Abril de 1974.

Oferece-nos também uma visão de conjunto da forma como a sociedade e a própria legislação do Estado Novo dificultava a integração das mulheres na vida política, económica e social, remetendo-as para um papel secundário e limitado ao contexto do lar e da família. Após o 25 de Abril, toda a alteração legislativa efectuada, que a tornou uma das mais avançadas na época, permitiu uma igualdade formal entre os géneros que, no entanto, passado mais de trinta anos de democracia, continua na realidade muito longe de ser efectivamente concretizada.

A obra de Manuela Tavares é importante para o estudo das desigualdades de género e mostra-nos as diversas formas de actuação das mulheres para lhes fazer face.

O artigo de Manuel Lisboa, Graça Frias, Ana Roque e Dalila Cerejo, “Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)”⁶ é uma pesquisa que tem como objectivo a análise da modernização da sociedade portuguesa, através do estudo de discriminação do sexo na participação nos órgãos de poder.

Esta obra contribuiu de forma decisiva para aprofundar conhecimentos acerca das mudanças sociais em Portugal nos últimos trinta anos, assim como das desigualdades de género ainda existentes e da fraca participação política e económica das mulheres. Esta investigação pretende compreender que factores sociais e culturais dificultam a igualdade proporcional de representação feminina nos centros de poder político e económico, uma vez que mais de 50% da população portuguesa é constituída

⁶ Inserido numa obra conjunta da *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* n.º 18, edições Colibri, (pp. 163-187), 2006.

por mulheres e estando actualmente também as mulheres mais representadas nas Universidades que os homens.

Por isso, para os autores, apesar das inegáveis melhorias que o País conheceu nos últimos trinta anos, o certo é que ainda persiste uma desigualdade de participação das mulheres nos lugares de topo nas áreas política e económica.

2.2 Definição de alguns Conceitos utilizados

Para a análise do nosso objecto tomámos de empréstimo um conjunto de conceitos tal como definidos por alguns autores da bibliografia de enquadramento. Assim:

Género – Conceito que remete para as diferenças sociais entre homens e mulheres (por oposição às biológicas). Estas diferenças tradicionalmente inculcadas pela sociabilização, são mutáveis ao longo do tempo e apresentam grandes variações entre e intra culturas (Canço, 2007: 182).

Igualdade de género – Conceito que significa, por um lado, que todos os seres humanos são livres de desenvolver as suas capacidades pessoais e de fazer opções independentes dos papéis atribuídos a homens e mulheres, e, por outro, que os diversos comportamentos, aspirações e necessidades de mulheres e homens são igualmente consideradas e valorizadas (Canço, 2007: 182).

Mainstreaming – (Integração da Perspectiva de Género) – Integração sistemática em todas as políticas, das situações, prioridades e necessidades de homens e mulheres, com o objectivo de promover a igualdade entre eles e mobilizar explicitamente o conjunto das políticas públicas (Canço, 2007: 182).

Perspectiva de género – Forma de equacionar a situação de bem-estar das pessoas e os seus interesses de promoção e desenvolvimento, segundo as características, os interesses e a situação específica das mulheres e dos homens (Canço, 2007: 183).

Estereótipos de género – Representações generalizadas e socialmente valorizadas acerca do que as mulheres e os homens devem ser e fazer (Canço, 2007: 182).

Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres – Ausência de barreiras em função do sexo à participação económica, política e social (Canço, 2007: 182).

“Tecto de vidro” – Barreira invisível resultante de uma série complexa de estruturas em organizações dominadas por homens que impedem as mulheres de obterem cargos importantes (Canço, 2007: 183).

Política externa – Actividade exercida por um Estado no domínio externo, ou seja, para além das suas fronteiras políticas, visando um determinado objectivo (Magalhães, 2005: 23).

Política internacional – Conjunto das diversas políticas externas nacionais, ou seja, compreendendo as interacções dos diferentes Estados (Magalhães, 2005: 23).

Diplomacia – Instrumento da política externa para o estabelecimento e desenvolvimento de contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados, com o emprego de intermediários (agentes diplomáticos que se caracterizam por não serem detentores, por si mesmo, de poder político), mutuamente reconhecidos pelas respectivas partes (Magalhães, 2005: 92).

Carreira Diplomática – No campo específico desta pesquisa usa-se também Carreira Diplomática entendida como o percurso profissional dos funcionários do Estado, cuja função é a Diplomacia e que abrange diversas categorias, tendo na base a de Adido de embaixada e no topo a de Embaixador(a). Nesta medida, a carreira diplomática abrange apenas os profissionais da Diplomacia, distintos dos agentes diplomáticos de nomeação política, cuja função é também a Diplomacia mas que podem exercer outras profissões. Estes exercem-na a título precário.

Profissão – Actividade especializada desenvolvida como forma de assegurar a subsistência material.

2.3 Condição Feminina em perspectiva histórica

“ (...) se a História pretende ser uma compreensão global do passado, não pode ignorar a presença feminina. A história da mulher é também a história do homem, da relação entre os sexos, bem como das diferenças entre estes”.

(Irene Vaquinhas, 1993: 107)⁷

⁷ AAVV (1993). *Estudos Sobre as Mulheres em Portugal*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), Lisboa, Janeiro.

Para a elaboração de uma síntese da posição da mulher ao longo da História foi utilizada a obra de António Marques Bessa (2002) *Elites e Movimentos Sociais*, onde o autor faz referência às diversas etapas ao longo dos tempos sobre a posição da mulher e do seu papel na sociedade.

Segundo o autor, durante o período Paleolítico as civilizações eram organizadas em sociedades matriarcais onde a prática do culto a Deusas era comum.

No período Neolítico devido a alterações sociais ocasionais, deu-se o desaparecimento da dominância feminina na religião e muito provavelmente também na esfera do poder político, passou a adoptar-se divindades supremas masculinas e a organizar-se as sociedades com base numa matriz patriarcal; assim, as posições de liderança passaram a ser reservadas aos homens enquanto às mulheres ficou reservado somente as tarefas domésticas.

O autor refere também, que a Bíblia, sobretudo o Antigo Testamento, exemplifica a posição subordinada da mulher nas diversas fases da cultura hebraica, na qual a obediência e a fidelidade ao marido são constantemente referenciadas. As civilizações egípcias e mesopotâmicas seguem a mesma direcção. A poligamia seguida por essas civilizações emprestava um certo poder à primeira mulher, mas sempre ao nível doméstico, no qual exerciam a sua autoridade sobre as outras mulheres livres e escravas. (Bessa, 2002: 135)

Para este autor, nas civilizações antigas, como na Grécia clássica, a condição da mulher no seu geral não conheceu melhorias significativas comparando com as civilizações anteriores, exceptuando-se, as mulheres que pertenciam ao estrato social aristocrático, que se moviam nos circuitos do poder, detendo considerável poder e influência. Enquanto ao homem era permitido o divórcio, sempre que o solicitava não necessitando de apresentar motivos, as mulheres restringiam-se ao espaço doméstico, casando-se com uma idade de cerca de quinze anos e sem qualquer possibilidade de escolher o cônjuge e o divórcio só lhes era permitido perante a evidência de maus tratos. (Bessa, 2002: 135)

No período Romano, a mulher ocupou o seu espaço na clara dependência do homem, “*submetida à tutela masculina no contexto de uma família claramente patriarcal*”. Assim, o seu estatuto sócio-político também não se alterou,

destacando-se apenas as mulheres nascidas na alta sociedade ou na família imperial.

Segundo o autor, “ (...) no mundo muçulmano, criado pela Guerra Santa de Maomé, que conquistou e unificou toda a península arábica até morrer, a família manteve a sua estrutura patriarcal, exercendo o homem a tutela sobre a sua mulher, filhos, filhas, criados, escravas e escravos”. Os ricos praticavam a poligamia enquanto os pobres a monogamia. O Islão nunca poderia compreender que se pudesse igualar a diferença existente entre ambos os sexos que a religião considera abissal. É ainda hoje bem visível este tipo de sociedade, como no caso da facção Chiita que após o seu triunfo no Irão baseou legalmente no livro sagrado “Corão” os regulamentos próprios à vida das mulheres, remetendo-as para um papel secundário em pleno século. XX. A experiência do regime talibã no Afeganistão ilustra ainda melhor esta relação de estreita dependência da mulher para com o homem.

Na época Medieval, na Europa do século VIII ao XV, verificaram-se algumas alterações na condição da mulher, embora essas modificações se refiram somente às mulheres cultas e poderosas de famílias ilustres. Segundo Regine Pernoud, (citada por Bessa, 2002: 136) “o facto comum é que à mulher era reservada uma vivência essencialmente doméstica”. A Igreja dominante de matriz católica e a cultura reconhecia-lhes três funções básicas: “ser boa mãe e esposa, dirigir os trabalhos domésticos e garantir a procriação. A própria religião cristã propunha que fossem recatadas, modestas, obedientes, sacrificadas, defensoras da honra familiar e educadoras dos filhos, mas afastando-as dos estudos”.

O autor refere que a mulher ideal deveria assemelhar-se à Virgem Maria, mas tanto o clero e a aristocracia como o povo pareciam pouco interessados nesse modelo, a não ser como figura de estilo, pois o adultério com filhos bastardos e a prostituição florescia com a miséria dos mais pobres. Eram constantes as relações fora do casamento monogâmico. A subordinação da mulher continuava a ser um dado de base. (Bessa, 2002: 136)

Para o autor, a mulher na alta aristocracia comercial das repúblicas nas cidades comerciais do norte e sul da Europa onde floresceu uma burguesia de negócios, detinham algumas responsabilidades mas apenas essas. Contudo, o centro de decisão continuou a ser da esfera do homem, o domínio da mulher

apenas se estendia à criadagem, à organização das mansões para festas e à preparação dos filhos para a apresentação na sociedade. Elas podiam ser o apoio do marido, estar ao seu lado, mas na verdade, as decisões não estavam nas suas mãos. Nos outros estratos sociais tudo se mantinha como anteriormente.

Segundo o autor, foi nos finais do século XVIII, durante a Revolução Francesa, que Condorcet “*comparou a condição social das mulheres do seu tempo com a dos escravos, reclamando o reconhecimento do seu papel social*”. Na sua obra *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'Esprit Humain*, Condorcet critica fortemente a posição e papel da mulher na sociedade francesa, que assumia assim, nas suas palavras, “*uma história de subordinação*”. (Bessa, 2002: 136)

Foi a partir da desigualdade frustrante para as mulheres educadas das classes burguesas desenvolvidas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, no século XIX, que surge o movimento feminista, que tem por finalidade a luta pela igualdade e a libertação da tutela masculina. O seu primeiro objectivo foi a conquista do direito ao voto, meta que assustou a classe política da época, pelo impacto desse novo eleitorado.

Após as revoluções liberais europeias de 1820, 1830 e 1845, que aboliram os poderes aristocráticos, as sociedades burguesas criadas continuaram no entanto a recusar conceder direitos cívicos às mulheres, dando assim origem à primeira luta do feminismo, o direito ao voto, ou seja, oferecendo a base para que este movimento se estruturasse e assumisse a sua primeira bandeira: o sufrágismo. (Bessa, 2002: 137).

O movimento feminista é um movimento social que procura, através das diversas formulações ideológicas que assumiu ao longo do tempo, tentar alcançar a igualdade de direitos para a mulher e conquistar um estatuto igual ao masculino no campo político, social e económico, ou seja, a liberdade para a mulher poder decidir sobre os seus padrões de vida e sobre as escolhas profissionais.

Neste movimento é comum a perspectiva de que a sociedade se encontra estruturada de modo a beneficiar o homem em detrimento da mulher. Assim, desenvolvem-se estudos académicos cuja temática de fundo consiste em redefinir os papéis sociais do homem e da mulher nas sociedades Contemporâneas.

Os contrastes do nosso tempo são especificamente diferentes dos iniciais, a trajetória do movimento feminista alimentou-se das conjunturas políticas e sociais que se foram sucedendo até aos nossos dias. A segunda metade do século XX vai conhecer a chamada segunda vaga do movimento feminista, também designada como movimento de libertação da mulher. (Bessa, 2002: 149). No presente, com mais confiança e poder, manifestando uma maior atenção aos direitos humanos e no reconhecimento do direito à diferença, impondo os seus ideais através de contactos nas instituições políticas, na comunicação social e alterando desta forma substancialmente as crenças implantadas.

As conquistas do movimento feminista no plano político e legal em cada país reflectiram-se nas organizações internacionais, nomeadamente em toda a actividade desenvolvida pelas Nações Unidas na luta pelos direitos da mulher. (Bessa, 2002: 151)

Segundo o autor, *“Nas sociedades ricas (...) caminha-se para a atomização social, da criação da sociedade polifacetada, internacionalista e sem identidade, porque cheia de identidades, e todos os sociólogos estão curiosos por descobrir onde vai desaguar este rio. Nas sociedades pobres ou submetidas a regras religiosas ou políticas opressivas não é de prever que as mulheres comuns venham a ter uma liberdade de vida semelhante à do homem (...)”* (Bessa, 2002: 153).

2.4 Questões do Género: Mulher e Sociedade

Um dos factos mais relevantes do século XX foi a transformação operada na situação social das mulheres e nas relações sociais entre os dois sexos. Em pouco mais de meio século, no mundo ocidental e principalmente nos países industrializados as mulheres adquiriram uma considerável visibilidade social. Esta visibilidade foi notória em todos os níveis, desde a educação à actividade profissional e de uma forma mais ténue no plano de participação política e na repartição de poder económico e político.

Esta dissertação não pretende focalizar-se numa perspectiva metodológica dos estudos de género, nem inserir a questão nas diversas etapas pela conquista da igualdade de direitos. Com o trabalho, pretende-se analisar o modo como se tem concretizado a

integração da mulher na carreira diplomática, que nos parece ter-se processado, como veremos, como um caso específico, inserido no âmbito geral, da fraca participação da mulher na vida política e na sociedade portuguesa. Por isso, faz sentido fazer uma pequena retrospectiva das diversas etapas subjacentes a toda a problemática associada a este tema.

Como referido no ponto anterior, desde tempos muito recuados que assistimos à manifestação de preconceitos que destinam e diferenciam papéis e actividades específicas para homens e para mulheres. São hábitos culturais impostos pelas sociedades e seguidas ao longo de gerações.

O reconhecimento jurídico-institucional sobre o direito das mulheres à igualdade constituiu, sem dúvida, um dos marcos mais importantes no processo integrante dos Direitos Humanos, fruto dos ideais de liberdade e igualdade nascidos da Revolução Francesa de 1789 (Moacho: 17).

No entanto, o direito à igualdade não supõe a negação das diferenças inerentes ao género. Antes pelo contrário, devemos reconhecer e valorizar essas diferenças, pois que é na complementaridade dos géneros que reside um factor muito positivo do desenvolvimento humano e das sociedades.

Segundo Silva (2002: 16), o conceito de género é produto de uma reflexão elaborada pelas Ciências Sociais, sobre as lutas dos movimentos feministas desde o século XIX pela igualdade de direitos e de oportunidades, ao passo que o sexo, como característica biológica, diferencia os seres humanos e os distingue biologicamente. Como a autora refere, *“o género é uma categoria social construída. Depende do tempo e do lugar, da organização da economia e da repartição social das tarefas entre homens e mulheres, das percepções e expectativas que um dado grupo humano tem em relação a cada género. Em cada pessoa, qualquer que seja o seu sexo, existem sempre componentes de género, masculinas e femininas, estreitamente imbricadas.”* (2002: 16).

O Estado Moderno, formulado através de uma concepção masculina, estava organizado com base na discriminação entre homens e mulheres e assente numa divisão sexual de papéis sociais. Teve o seu primeiro golpe com a Revolução Industrial que originou o assalariamento em larga escala da mão-de-obra feminina.

As mulheres, por necessidade de subsistência e de sustento dos seus filhos, tiveram que sair de casa (lugar que lhes era “destinado”) e passaram a assumir tarefas que outrora eram reservadas aos homens.

O acesso das mulheres ao mundo de trabalho na indústria e noutras áreas levou, por sua vez, à necessidade de educação e qualificação profissional, dando origem posteriormente à necessidade de participação na luta sindical e a outras intervenções no âmbito da esfera política.

Para a autora, em Portugal, este processo de emancipação da mulher, da esfera privada para a esfera pública (laboral) teve origem em dois factores fundamentais. Por um lado, a emigração massiva que ocorreu durante as décadas de 60 e 70 do século XX para os países da Europa, por outro, o facto da guerra colonial originar a rarefacção de mão-de-obra masculina. Estes dois factores levaram a um crescimento da taxa de actividade feminina nos diversos sectores de actividades e profissões.

Assim, após a integração no mercado de trabalho, as mulheres deram-se conta de que eram discriminadas no trabalho e na sociedade em geral, dando origem a movimentos feministas como forma de defesa dos seus direitos.

Estas primeiras lutas tinham, como base, a reivindicação dos mesmos direitos que os homens no mundo do trabalho, no acesso à educação e na participação nas estruturas de poder político, e só posteriormente se dirigiram para outros domínios como o da sexualidade, o da igualdade de oportunidades e mais recentemente, o reconhecimento do direito à diferença.

Contudo, para Silva (2002: 18) “*não obstante estes progressos inquestionáveis, subsistem, nas práticas sociais correntes, ainda, grandes áreas de discriminação que importa não silenciar ou subestimar. Estas decorrem, fundamentalmente, da tirania dos preconceitos que continuam a pesar negativamente sobre as mulheres e do próprio modo (masculino) como a actividade humana e as relações sociais estão organizadas, o qual constitui só por si uma espécie de crivo “natural” excluyente para as mulheres. Esta última situação é particularmente notória no domínio das estruturas de poder político, onde a participação feminina continua a ser incrivelmente reduzida*”.

Segundo Manuela Silva (2002: 37), podemos dividir a luta feminina pela igualdade de direitos em relação ao *statu quo* masculino em diversas fases. Há cem anos

a luta feminina dirigia-se sobretudo à reivindicação de leis que eliminassem as discriminações do foro jurídico e que assegurassem os direitos que lhes eram vedados, tais como: o direito de voto, a autonomia na celebração de contratos, o direito à educação, a igualdade de remuneração, etc.

Posteriormente, a luta feminina dirige-se, sobretudo, para a necessidade de criar condições de igualdade de oportunidades aos dois sexos. Esta fase é a da criação dos programas de acção de discriminação positiva em favor das mulheres e da criação de órgãos específicos para poder concretizar políticas activas de promoção da igualdade.

Num período mais recente, a luta feminina consubstancia-se em advogar a estratégia de internalização da igualdade de género de forma a caminhar para uma sociedade paritária, ou seja, deixa de se considerar o masculino como o referente único para ambos os sexos. Trata-se de uma nova abordagem dos problemas da igualdade de género que segundo a autora “ (...) *consiste em fazer incluir de forma consistente e consequente a perspectiva da igualdade de género em todas as políticas correntes, no entendimento de que estas sempre se dirigem a pessoas concretas, isto é, a mulheres e a homens, e não a entes abstractos.*” (Silva: 37).

Com uma tal abordagem, não se enfrenta apenas a questão (e a problemática) da igualdade de género. É também a concepção da democracia, a afirmação dos direitos humanos e uma nova contratualização social entre o público e o privado que estão em causa.

Relativamente à democracia, é cada vez menos aceitável que uma das metades, representada pela parte feminina, seja afastada do exercício do direito e do dever da cidadania, que é o da representação e participação no processo de decisão político.

Nesta fase mais recente, a ideia fundamental da estratégia de “*Mainstreaming*” (Conferência de Beijing, em 1995) refere-se ao conceito de uma política integrada de igualdade de género. Isto significa que qualquer decisão política terá que ter em atenção os interesses de ambos os sexos a situação específica de cada um, assim como os respectivos papéis que desempenham na sociedade, devem também ser valoradas as características próprias de cada género e a sua respectiva contribuição para o bem comum. Uma política que visa, em última instância, melhorar a vida dos cidadãos.

Trata-se de uma inovação a vários níveis: primeiro, reconhece que é a pessoas concretas que se destinam toda e qualquer política e não a entes abstractos, tendo em

conta a especificidade própria das mulheres e dos homens, no entanto, com tratamento igual para ambos os géneros; segundo, admite que para a construção da sociedade e da resolução dos seus problemas é indispensável valorizar e aproveitar o contributo de cada género; terceiro, defende que a prossecução da igualdade é um objectivo comum a homens e mulheres para a construção de uma sociedade mais livre, democrática e justa.

2.5 Género e Política: factores que restringem a participação da mulher na vida pública.

Para a compreensão dos vários factores que restringem a participação da mulher na vida política, foi útil a obra de José Manuel Leite Viegas e Sérgio Faria, *As Mulheres e a Política* (2002) de que foram aproveitadas considerações relevantes para o nosso estudo.

Estes autores afirmam que o problema da desigualdade de participação dos dois sexos nos lugares de poder assim como nos órgãos de decisão política tem vindo a ganhar relevância particularmente nas últimas décadas. Para eles, “ (...) a *sub-representação feminina nos órgãos de poder político insere-se no problema mais vasto do acesso pleno das mulheres às diversas esferas da vida económica, social e cultural, bem como dos obstáculos ou resistências que se colocam neste processo.*” (Viegas e Faria: 1)

Relativamente à desigual participação das mulheres em todas as áreas, sejam elas políticas, económicas ou sociais, tratou-se numa primeira fase, de eliminar os obstáculos, inicialmente jurídico-políticos e de conquistar a igualdade de oportunidades que impediam as mulheres de aceder a estas diversas áreas e de gozarem de um estatuto social igual ao dos homens.

Em Portugal, as decisões tomadas depois do 25 de Abril de 1974 estabeleceram um quadro jurídico que garante o respeito pela igualdade de tratamento entre homens e mulheres. Exemplo disso foi a entrada de elementos femininos em carreiras tradicionalmente masculinas como as magistraturas, as autarquias locais e a diplomacia.

No entanto, já a dificuldade de acesso das mulheres aos lugares políticos integra-se no quadro global analisado para as outras áreas de actividade pública.

De um modo geral, existe uma baixa percentagem de mulheres nos órgãos de poder político na generalidade dos países e Portugal não é excepção neste panorama geral.

Contudo, nas últimas décadas, o discurso sobre a participação política feminina tem-se guiado para a problemática das medidas activas de incentivo à participação nos órgãos de poder político. Houve todo um processo de transformação política que teve em vista alterar situações de discriminação fundamentadas no sexo.

Apesar das bases jurídicas da discriminação terem sido sucessivamente eliminadas em diversos países, persistem ainda focos significativos em múltiplas áreas.

Segundo o estudo mencionado, é no campo político que se verifica uma maior resistência à efectiva igualdade de participação e de acesso das mulheres aos lugares de responsabilidade. Os factores condicionantes neste campo resultam de diversas dimensões; por um lado, o tipo de sistema eleitoral, o modelo de estado-previdência existente, as políticas sociais aplicadas e os meios utilizados de apoio à família; por outro lado, a limitação da participação feminina prende-se com aspectos sociais e culturais mais gerais, que não especificamente políticos.

Tal como referem os autores, não podemos esquecer que o modelo de estado-previdência da Europa Continental tinha subjacentes objectivos de segurança familiar assentes no emprego do elemento masculino e numa divisão de tarefas onde eram atribuídas às mulheres as tarefas caseiras e a educação dos filhos e ao homem a responsabilidade de obtenção de subsistência no mercado de trabalho. Por isso, as medidas e formas de intervenção no campo político terão de ser compreendidas num quadro social e cultural mais amplo.

É possível visualizar, particularmente na esfera política, “ (...) *um conjunto de motivos pelos quais os lugares de poder em geral, e os órgãos de soberania, muito em particular se configurem como uma espécie de no women’s land.*”

Factores políticos como o modo de funcionamento interno dos partidos políticos, impondo exigências no regime das campanhas eleitorais ou quanto às formas de recrutamento e selecção do pessoal político, constituem indícios que denunciam claramente as dificuldades de conciliação entre as mulheres e os ritmos e as práticas do homo politicus.” (Viegas e Faria: 15)

Para além de factores políticos, existem outros que têm implicações sobre quem, como, e quando se transita para o espaço de poder.

Para os autores citados, factores como sejam valores e instituições patriarcais que ainda dominam em determinadas sociedades têm implicações ao nível do espaço político, sendo mesmo possível que, sobre uma aparente e proclamada democracia, subsista um regime que tende a excluir as mulheres dos lugares de decisão. Neste sentido, o tipo de estrutura de classes sociais, o estatuto cívico da mulher e do homem e a sua respectiva concretização, as formas de cultura, a estrutura económica, o tipo de mercado de trabalho, as políticas sociais de apoio às famílias e à maternidade, etc., são factores, entre outros, que condicionam as formas e as hipóteses de passagem para os lugares de poder.

Tal com referem os autores, em Portugal, apesar da entrada crescente de mulheres no mercado de trabalho, a taxa de desemprego feminino é muito maior do que a taxa de desemprego masculino, evidenciando uma situação de desigualdade social no que respeita às diferenças de género. Mesmo que a percentagem de mulheres no ensino superior seja maior, a realidade é que o acesso a posições de poder sejam elas políticas, económicas ou sociais está longe de poder ser considerada equitativa.

O facto de existir maior número de mulheres empregadas na função pública do que de homens torna ainda mais evidente a sub-representação do género feminino nos lugares de topo ou de chefia. E não é só neste campo que se verifica um afastamento das mulheres em relação aos lugares de maior relevância: de igual modo se observa uma fraca presença feminina nos três ramos das Forças Armadas, assim como nas Forças de Segurança (PJ, PSP e GNR), sendo a taxa representativa de mulheres nestes sectores de actividade muito baixas, nunca atingindo valores acima dos 10%.

Os autores sublinham, no que respeita ao pessoal de carreira diplomática, que apenas aproximadamente 20% dos diplomatas credenciados para representar Portugal no exterior são do sexo feminino.

No entanto, podemos verificar de um modo geral, uma tendência positiva na transformação da condição feminina, mas não poderemos afirmar que este balanço positivo se encontre a um nível de efectiva igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Para além destes factores externos que restringem a participação das mulheres na vida pública e, em particular na política, existem factores internos que nada ajudam a ultrapassar as diferenças existentes. O facto da própria mulher participar na forma como socialmente se tem produzido e reproduzido os efeitos de dominação masculina. Mesmo que estejam mais predispostas e motivadas a pôr em movimento a revisão da sua situação social, observa-se no entanto, “ (...) *que permanece interiorizado ao nível das suas disposições e dos seus roteiros cognitivos e morais um conjunto de atitudes que tende, se não a reforçar, pelo menos a manter uma postura submissa, e, por isso, sintonizada com o estado das coisas vigentes*” (Viegas e Faria: 23).

Para os autores, “ (...) *a capacidade de formular, sustentar e defender opiniões, traduzidas em termos do que se pode considerar ser a mobilização cognitiva, é bastante maior nos homens do que nas mulheres*” (Viegas e Faria: 23). Daí, que concluem que a desigual capacidade de produzir e sustentar argumentações tenham alguma influência sobre a desmotivação cívica e política demonstrada pela generalidade das mulheres portuguesas. Dado que é raro existir nas mulheres o sentimento de que possuem capacidade para influenciar os destinos do País, são por isso mais afectadas pela sensação de incapacidade a nível político do que os homens.

Para além de terem uma menor motivação política e cívica, uma menor visibilidade e uma certa dificuldade em se imporem, para os autores o que sucede é que “ (...) *as lógicas e as dinâmicas do próprio processo político as relegam para uma situação de certa marginalidade da qual não lhes é fácil sair*” (Viegas e Faria: 24).

Ou seja: não é apenas o sistema político que trava e limita o acesso feminino ao seu interior. As mulheres, elas próprias, por efeito de um complexo de socialização e de aculturação, tendem de algum modo a manter-se afastadas de lugares de poder, contribuindo, deste modo, para a reprodução das condições que encorajam e sustentam o domínio masculino. Apesar das transformações positivas que a situação das mulheres conheceu e tem vindo a conhecer em Portugal, persistem contudo situações em que o género actua como um factor de desigualdade social, com evidente prejuízo para o lado das mulheres.

2.6 Ainda as questões de Género: o caso específico português

Para Irene Pimentel (2000: 400)⁸ antes de Abril de 1974, a legislação do Estado Novo promulgada pela Constituição de 1933 restringia os direitos políticos e sociais das mulheres; a sua posição na família, no trabalho e na sociedade eram pautadas por factores biológicos, a sua “natureza” que a identifica à maternidade diferenciando-a do homem, e por factores ideológicos o “bem da família”.

Salazar e o seu regime proclamavam que competia à mulher cuidar da casa, dos filhos e do marido, o qual era o chefe da família: “*defendemos que o trabalho da mulher casada e, de uma maneira geral, mesmo o da mulher solteira, não deve ser encorajado; nunca houve uma boa dona de casa, que não tivesse que fazer*”⁹

Esse regime considerava o trabalho da mulher fora do lar um factor de desagregação da família que não via com bons olhos. Perante isso interditava a entrada de certas profissões às mulheres, nomeadamente nos campos das autarquias locais, da diplomacia e da magistratura, proibições que pela sua representação revelavam destinar aos homens um lugar dianteiro no mercado de trabalho.

Neves (1988) indica os papéis reservados à mulher: “*Parir, poupar, zelar, representam tarefas sublimes – as tarefas de mulher*”¹⁰

Uma tal concepção do Estado Novo sobre as mulheres era sustentada pelo grande atraso industrial, que dispensava a mão-de-obra feminina. Para o regime as diferenças de género eram discriminadas por leis que colocavam as mulheres sob a alçada masculina e lhes proibiam certas funções destinando-lhes sem alternativas, espaços específicos de actuação dos quais não podiam sair, como foi mencionado.

Contudo e apesar deste idealismo e de a legislação vigente se repercutir com certa eficiência nos anos 30 e 40, a presença da mulher no mercado de trabalho sempre se fez sentir em Portugal, com incremento visível a partir dos anos 60, que baliza o início de uma situação de ruptura com as ideias do Estado Novo. Tal como vimos já

⁸ Pimentel, Irene, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000.

⁹ Salazar, António Oliveira, *Como se levanta um Estado*, Lisboa Golden Books, 1977, cit. por Tavares, Manuela, *Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80 –*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p.21.

¹⁰ Neves, Helena, *Apontamentos para a História do MDM*, Lisboa, MDM, 1988, cit. por Tavares, Manuela, *Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80 –*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p.21.

sublinhados por Manuela Silva (2002: 17), a mudança ideológica é norteada por dois factores fundamentais, o surto emigratório entre 1960/1973 e a guerra colonial que irrompe em 1961. Estes acontecimentos, que conduzem muitas mulheres a assumirem o sustento das famílias e se traduz pela crescente participação das mulheres na actividade económica, são a génese da causa/efeito das profundas alterações que se verifica existirem nas vésperas da queda do regime.

Após o 25 de Abril de 1974, ocorreram grandes transformações ao nível político, económico, social e ao nível das relações sociais de género que acompanharam essas mudanças. As mulheres alcançaram direitos bastante significativos que lhes alteraram o seu estatuto político, económico e social de cidadãs e que se repercutiram em diversas facetas da sua vida. E as alterações legislativas decorrentes do processo histórico do 25 de Abril de 1974 tornaram-se no sustentáculo essencial para que as mulheres alcançassem a igualdade de direitos.

Conforme refere Manuela Tavares, citando o Manifesto-Programa de formação da UMAR: “*As mulheres viveram profundamente o processo do 25 de Abril e a sua participação foi activa e decidida por toda a parte. Estes dois anos de aguda luta de classes despertaram nas mulheres muitas das suas capacidades*”¹¹

A ruptura com a clausura doméstica que limitava as capacidades e vontades de tantas mulheres vai desencadear um avanço nas consciências e atitudes. Começam a sair do espaço limitado da casa e a entrar com força no mercado de trabalho adquirindo uma noção de cidadania até aí desconhecida. Com o 25 de Abril vão adquirir liberdades e romper com idiossincrasias que ao longo de 48 anos as remeteram, como diria Pimentel, (1996) citada por Tavares (2000: 21), para “*o esteio da família, cabendo-lhe ser mãe, educar os filhos e assistir o marido, do qual emanava a autoridade (...)*”, que lhes vedavam o poder de decisões, para lhes concederem plenos direitos de escolha. Direitos que conquistam e que se devem à sua elevada participação em movimentos sociais e laborais do após-25 de Abril.

Com efeito, a crescente participação das mulheres na implementação da democracia e na actividade económica valorizou e afirmou os direitos de uma cidadania feminina.

¹¹ UMAR, Manifesto-Programa do 2º Encontro Nacional, 5 de Dezembro de 1977, cit. por Tavares, Manuela, *Movimentos de Mulheres em Portugal – Décadas de 70 e 80* –, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p.98

Segundo Tavares (2000: 113) “ (...) *participar e tomar a palavra foram as duas grandes conquistas da cidadania feminina (...)*”; logo, a cidadania feminina surgiu através de um processo anterior às próprias alterações legislativas, estas foram um contínuo do contexto político de democratização do País de forma a legitimar direitos adquiridos e decorrentes e não devido a reivindicações específicas das mulheres.

Segundo a autora, Portugal é encarado nesta época como um dos países da Europa com legislação mais avançada nessa área e as principais mudanças ocorridas a nível legislativo, social e político inserem-se no período histórico vivido em 1974/75, único na Europa.

A entrada das mulheres na carreira diplomática advém do conjunto de profundas alterações originadas pela implementação da democracia em Portugal. E neste encadeamento, ainda no ano de 1974, é promulgado o decreto-lei nº 308/74 de 6 de Junho, que lhes abre o acesso.

3. FONTES E MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Por ser um tema relativamente recente, uma vez que as mulheres só entraram na carreira diplomática após o 25 de Abril de 1974, tivemos dificuldades em conseguir obras relevantes para enquadramento teórico da questão das mulheres na carreira diplomática. Pelo contrário, para o enquadramento teórico das questões de género (sociedade e política) existe vasta bibliografia de entre a qual optámos por algumas obras que proporcionavam uma análise histórica do tema. Consequentemente, procurámos delimitar o quadro teórico do nosso trabalho através de um **cruzamento de estudos de género com obras sobre a diplomacia e a carreira diplomática**.

Como já se referiu atrás, para o enquadramento do tema foi necessário proceder à **caracterização do quadro jurídico da carreira diplomática entre 1974 e 2004 e à análise da evolução**.

A pesquisa documental foi efectuada através do site do *Diário da República* electrónico (<http://dre.pt>) de onde conseguimos reunir os diversos diplomas, entre Decretos-lei e Decretos Regulamentares, que durante este período regulamentaram a carreira diplomática, dando origem a alterações na forma de progressão da carreira,

assim como nos diversos serviços internos, externos e autónomos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O passo seguinte ao trabalho referido no parágrafo anterior consistiu em caracterizar a **estruturação dos serviços do pessoal diplomático (1974-2004)**.

Para a tornar mais clara, foram realizados diversos organogramas relativos aos serviços internos, externos e autónomos do MNE em função das alterações dos diplomas orgânicos que foram surgindo durante o período em análise. Sendo o primeiro e o segundo organograma realizados a partir do Decreto-lei nº 47 331/66 de 23 de Novembro; o terceiro, quarto e quinto organograma efectuados após as alterações verificadas com o Decreto-lei nº 529/85, de 31 de Dezembro e o sexto, sétimo e oitavo organograma elaborados após as modificações originadas pelo Decreto-lei nº 48/94 de 24 de Fevereiro que vigorou e regulamentou os diversos serviços até ao final do período em estudo.

Os dados para cada organograma foram retirados não só da legislação mas também dos Anuários Diplomático e Consular de 1979, 1988 e 1996 respectivamente.

O núcleo documental mais importante, e mais extenso, relativo aos **percursos individuais dentro da carreira diplomática**, foi produzido pelo MNE e consistiu nos citados Anuários Diplomático e Consular. Procedemos à **análise estatística** desta documentação.

Uma vez que os Anuários foram as fontes primárias para a obtenção de todos os dados relevantes para se poder proceder a um estudo comparativo da progressão na carreira diplomática entre homens e mulheres, tivemos que limitar o período observado aos elementos disponíveis. A pesquisa dos Anuários cobre os anos de 1974 a 2004 e, apesar do título, foram publicados oito volumes (1979, 1981, 1988, 1990, 1993, 1996, 2000 e 2004), correspondendo mesmo assim a quase dois milhares de páginas com informação. Esta documentação permitiu observar a progressão nas diversas categorias da carreira diplomática em ambos os sexos e as diferenças existentes nessa evolução. A leitura final só foi efectuada após elaboração de diversas tabelas.

A análise **do acesso à carreira diplomática** foi efectuada a partir de um **trabalho estatístico sobre os concursos externos** realizados no período em estudo, e que se encontram mencionados no último Anuário consultado (2004).

Pretendeu-se com esta análise determinar a percentagem das mulheres e homens que se candidataram e a percentagem dos que efectivamente entraram na carreira diplomática e verificar as diferenças existentes. Para tal efectuámos uma pesquisa no *Diário do Governo* de 1974 e 1975 e no *Diário da República* de 1978 a 1998 (ano a que reporta o último concurso mencionado no Anuário de 2004) e desta forma conseguimos as listas do total de candidatos aos diversos concursos.

Verificou-se a realização de quinze concursos, portanto numa média bienal, ainda que a abertura não fosse regular como à frente se verá.

Por último, procurámos abordar o tema através da realização de **um inquérito às diplomatas**, que teve por objectivo caracterizar as percepções das mulheres diplomatas no que diz respeito às **barreiras na progressão da carreira**. Através da consulta dos diversos Anuários do MNE, apurou-se a existência de cento e vinte cinco mulheres, que entraram desde 1975. A estas se dirigiu um inquérito por questionário enviado por e-mail, com uma breve explicação dos objectivos do estudo e por intermédio do ISCTE. Os contactos foram obtidos através da lista de e-mails existente no Anuário de 2007 e posteriormente através de contactos por telefone, dado que essa lista não foi a forma mais eficaz de contactar as diplomatas.

A caracterização do instrumento incidiu sobre: variáveis sócio-demográficas; situação na carreira; satisfação com a situação profissional; obstáculos percebidos à progressão; expectativas profissionais; razões de escolha da carreira diplomática; e opinião face à temática da progressão da carreira diplomática nas mulheres.

O inquérito às diplomatas produziu apenas dezoito respostas dos quase cento e vinte e cinco remetidos.

Por isso, como as respostas recebidas não são representativas do universo nem pela quantidade nem pela constituição da amostra, apenas se poderão aproveitar alguns elementos, de carácter não-quantitativo e no domínio das representações femininas sobre a progressão da mulher na carreira diplomática.

CAPÍTULO I

“ A constância da instituição diplomática através de alguns milhares de anos e em todas as civilizações conhecidas demonstra tratar-se de uma instituição inerente à própria vida internacional, que poderá sofrer transformações ou ser utilizada com mais ou menos intensidade, mas que não pode ser dispensada.”

(Magalhães, 2005: 77)

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1.1 A diplomacia em perspectiva histórica

A diplomacia segundo Magalhães (2005: 31) teve as suas raízes profundas na história longínqua da humanidade e foi através de séculos sujeita a constantes adversidades e transformações. O conceito emerge pela necessidade de conduzir e estabelecer, através de representantes dos detentores de poder político, contactos e relações exteriores com outras organizações políticas e remonta aos tempos primordiais, quando essas primeiras organizações irromperam e empreenderam negociações cordiais no sentido da paz, comércio, cultura ou guerras. Negociações, que, muito embora envolvam e defendam interesses de ambos os lados e apresentem uma compreensão política, necessitam de acordos a serem efectuados por representantes de estados, governos, ou, como foi referenciado aos tempos primitivos, nas primeiras organizações de carácter político, representantes com funções para celebrarem pactos ou ajustes congruentes.

Ragnar Numelin (1950), citado por Magalhães (2005: 32) publica um estudo sobre a “Diplomacia” dos povos primitivos, onde evidencia o conhecimento exemplar destes povos ancestrais no uso de mensageiros e enviados entre as diversas tribos para cuidarem de assuntos de interesse comum. Este autor estendeu a sua investigação aos povos primitivos da Austrália, da Ásia, da África e das Américas e conclui que estes povos possuíam hábitos implantados para garantirem as relações intertribais através daqueles mensageiros ou enviados no trato de interesses comuns às duas partes.

Para Numelin (1950), *“A ideia internacional, ou pelo menos intertribal, é tão velha como a existência de comunidades políticas independentes, quer sejam tribos*

primitivas ou antigos Estados – cidades ou impérios. Quer as causas das relações intertribais provenham de considerações utilitárias ou de ideias de magia ou religião, parece certo que até os selvagens têm necessidade de manter relações pacíficas entre si, uma necessidade habitualmente mais forte do que aquelas tendências retardadoras que levam ao isolamento e a uma atitude hostil em relação a tribos ou povos estrangeiros.”

Isto traduz explicitamente a existência de fundamento para o tratamento “diplomático” dos mensageiros ou enviados, que conforme sublinha Numelin (...) “*se deve, presumivelmente, a descobrir nessa ideia o que motiva a atitude dos “selvagens” em relação à hospitalidade e ao tratamento de estrangeiros em ocasiões especiais (...)*”. Ainda segundo o autor, os povos primitivos aclamam os seus emissários entre os homens e mulheres mais distintos da tribo, que elegem assiduamente para missões importantes. Estes diplomatas iniciais possuíam prerrogativas e imunidades pessoais, pressupondo-se que usufruíam de qualquer coisa de divino, deslocando-se livremente através de territórios hostis onde o acolhimento e a comunicação das informações tinham um determinado cerimonial. Sintetizando, na ideia de Numelin afigura-se para a hipótese que “*o bastão do mensageiro representa possivelmente um equivalente das credenciais dos povos civilizados.*”¹²

No que se refere à Alta Antiguidade, segundo Magalhães (2005: 33), existem menções dispersas ao uso de intermediários entre os povos orientais, particularmente entre os Egípcios, Assírios, Babilónios, Hebreus, Chineses e Hindus. As referências mais significativas acerca do uso de intermediários ou negociadores em documentos da Antiguidade Oriental são talvez as que se encontram nos livros históricos do Velho Testamento, especialmente nos livros dos Juízes, nos livros de Samuel, nos livros dos Reis e nos livros dos Macabeu, compreendendo a época que vai do século XIII até ao século III (a.C.).

Contudo, é a partir da Antiguidade Clássica que a documentação se torna mais abundante e esclarecedora sobre a utilização de enviados ou de intermediários entre as diversas unidades políticas. A História Grega dá-nos exemplos bem claros da utilização vasta e generalizada de intermediários que vão de uma cidade a outra para tratarem dos interesses das suas respectivas pátrias. Intermediários estes que, nas traduções modernas, são denominados embaixadores, e eram em geral pessoas de elevada posição,

¹² Ragnar Numelin, *The Beginning of Diplomacy*, Oxford University Press, Londres, 1950, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, p.32.

notáveis, e geralmente de idade madura. Outra particularidade dos enviados é que deviam possuir qualidades oratórias, sendo por isso escolhidos frequentemente entre os oradores mais reputados de uma cidade.

Uma das principais fontes para o estudo do sistema de intermediários ou embaixadores na Grécia antiga é a *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides (c. 460-c. 399 a.C.)¹³, onde se menciona assiduamente enviaturas e enviados que uma das cidades-Estado da Grécia enviava a outra para tratar de assuntos de interesse comum ou recíproco, geralmente para celebrarem pactos de aliança, uma vez que as cidades gregas se digladiavam frequentemente em lutas pela hegemonia.

Os Gregos da Idade Clássica tinham uma concepção precisa da utilidade do método diplomático, ou seja, do uso de intermediários que pela negociação procuravam resolver os conflitos que surgiam entre as diversas cidades gregas e promover as relações pacíficas entre elas.

Demóstenes (384-322 a.C.)¹⁴, designado embaixador pelo menos por duas vezes, deixou-nos um interessante texto, no qual descreve as obrigações de um embaixador ateniense. Um embaixador é responsável “*Em primeiro lugar, dos seus relatórios; em segundo lugar, dos seus conselhos; em terceiro lugar, das instruções de vós recebidas; depois, do tempo empregado; e, enfim, acima de tudo, da forma íntegra ou não como age em relação a tudo isto (...)*”. Regista ainda que os embaixadores são responsáveis pelas suas palavras por não disporem “*nem de navios de guerra, nem de territórios, nem de soldados, nem de fortalezas (ninguém lhes confia tais coisas), mas somente de palavras e de tempo*”.

Informa-nos também, sobre as ordens do dia especiais da assembleia ateniense para discutir os assuntos relativos a “*arautos e embaixadores*”. Os arautos eram mensageiros de guerra, que transmitiam apenas mensagens sobre a condução das operações militares, enquanto os embaixadores eram os mensageiros da paz que negociavam e podiam discutir os assuntos de que eram incumbidos de tratar. Na Grécia antiga os arautos exerciam um cargo permanente, enquanto os embaixadores exerciam cargos temporários. Já em Roma, segundo Magalhães (2005: 44), as embaixadas eram nomeadas pelo órgão político a que competia a suprema direcção da política do Estado.

¹³ Tucídides, *History of the Peloponnesian War*, W. Heinemann, Londres, Harvard University Press, Cambridge, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, p.37.

¹⁴ Demosthènes, *Sur les forfaitures de l’Ambassade*, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, pp.41-42

Na Monarquia romana os embaixadores (legati) eram designados pelo rei, na época Republicana os embaixadores eram nomeados pelo senado sob proposta do magistrado que presidia a essa assembleia. Na época Imperial era o imperador quem designava os embaixadores que eram sempre escolhidos entre os cidadãos mais notáveis e tratados com todas as honras.

Os romanos recebiam com grande magnificência os embaixadores dos povos em Roma a quem reconheciam o “*jus legations*”, e acolhiam-nos em edifícios especiais. Consideravam a inviolabilidade dos embaixadores um princípio fundamental que fazia parte do direito das gentes, ou seja, do património dos povos civilizados, e o seu desrespeito um crime fora do comum, mesmo entre os bárbaros.

Na Idade Média, com a queda do Império Romano, assiste-se a um declínio acentuado do costume da diplomacia, uma vez que a nova situação política na Europa Ocidental, estribada em senhorios feudais mais ou menos dependentes do Imperador ou do Papa, gerou um quadro político durante um longo período de tempo confuso e desordenado.

No entanto, neste cenário destaca-se o Império Bizantino que recorre com frequência à diplomacia de preferência à guerra.

Segundo Harpa Nicolson (1969)¹⁵, “ (...) *a diplomacia tornou-se um estimulante em vez de antídoto da ambição e loucura da humanidade. Em vez de cooperação, procurava-se a desintegração; em vez de unidade, ruptura; em vez de razão, tinha-se astúcia; em lugar de princípios morais usava-se habilidade. A concepção bizantina de diplomacia foi transmitida a Veneza, e, dessas fétidas lagunas, através de toda a península italiana. A diplomacia na idade média tinha um sabor predominantemente italiano, e na verdade bizantino. É a esta hereditariedade que ela deve, na Europa moderna, muito da sua má reputação*”.

Esta percepção de Nicolson acentua a importância da função diplomática com as suas alternativas e aplicações, uma via de comunicação que implica o uso de intermediários para efectivar negociações, e que renasce dentro do poder temporal que se vai expandindo. E à medida que este poder temporal que circunda o Papa e os seus emissários se expandia, a Igreja no seu papel de apoio e salvação da alma humana, adequa esse sistema de representação já aplicado anteriormente pelas autoridades

¹⁵ Harold Nicolson, *Diplomacy*, Oxford University Press, Londres, 1969, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, p.47.

seculares. São estas relações intrincadas entre o Papado e o Império de Bizâncio que levaram à criação de uma representação papal permanente, em Constantinopla.

Para a teoria diplomática o que é substancial para além de todas as designações atribuídas aos intermediários (nuntius, legatus, missus ou procurator), e mais tarde pela denominação de embaixador que, começou a difundir-se na Itália no século XIII, foi o facto de as negociações terem sido efectivadas por intermediários e não consumadas directamente entre os monarcas ou detentores do poder político.

Em Portugal, segundo Silva Marques (1944), citado por Magalhães (2005: 53) encontra-se a indicação de um embaixador num documento de D. Fernando datado de 25 de Julho de 1382. Em testemunhos posteriores, já no reinado de D. Duarte, datados de 1436, encontram-se também referências à função de embaixador¹⁶. Na Crónica de D. Fernando, escrita entre 1436 e 1443, Fernão Lopes emprega as designações de embaixador, mensageiro e procurador para designar os enviados dos monarcas e em alguns casos chama também embaixador aos próprios legados papais¹⁷.

É também provável, segundo Silva Marques (1944), que o uso entre nós da nomeação de embaixador tenha emergido por influência dos documentos papais recebidos nas nossas chancelarias.

Segundo Magalhães (2005: 53), a etimologia das palavras embaixador e embaixada produziu grandes controvérsias entre os etimologistas do século XIX, sem terem chegado a uma unanimidade definitiva. Admite-se por outro lado, que de forma genérica, estas designações derivem da palavra de origem celta ou germânica *ambactus*, que significava vassalo, servidor, membro da comitiva de um senhor.

Num documento de Carlos, o Calvo, de 877, numa doação a um mosteiro a pedido da imperatriz Richildis, o nome da imperatriz aparece a seguir ao nome do imperador na seguinte forma: “*Domina Richildis imperatrix ambaxiavit*”¹⁸. Isto indica que a imperatriz interveio nesta doação com a responsabilidade de uma missão a ela ligada.

As designações de ambaxia, missão, e ambaxiare (desempenhar uma missão), foram introduzidas pelos povos germânicos. No século XIII a denominação embaixador

¹⁶ Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, 1944, Vol.I, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, p.53.

¹⁷ Fernão Lopes, *Crónica do Senhor Ref Dom Fernando Nono Rei destes Regnos*, Civilização Editora, Porto, 1966, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, p.53.

¹⁸ Queller, Donald E., *The Office of Ambassador in the Middle Ages*, Princeton, New Jersey, 1967, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, p.54.

já era corrente e diferenciada pelas autoridades laicas, ao passo que legati e nuntii eram escolhas adoptadas pelas autoridades eclesiásticas.

Para Magalhães (2005: 56), na primeira parte da época Medieval, dos séculos V ao IX, verificaram-se casos de negociação directa entre monarcas, certamente devido ao carácter essencialmente pessoal do poder imperial ou real. Contudo, esses encontros directos entre os detentores de poder político não afastaram o uso de intermediários.

Nos séculos X e XI verificou-se maior reafirmação da actividade diplomática, com incremento de intermediários nos contactos e negociações entre monarcas e senhores feudais. Nos últimos anos da Idade Média este costume de recurso a embaixadores torna-se uma prática frequente e generalizada. Mas, em ambos os períodos, a maioria das transacções foram conduzidas por enviados representando os respectivos monarcas¹⁹.

Com o advento da Idade Moderna, marcada pelas grandes descobertas marítimas e o Renascimento, a instituição diplomática sofre uma intensa reorganização.

As exigências de contactos frequentes requeridas pelas diversas unidades políticas italianas dão lugar a uma nova figura de embaixador residente, ao invés da Antiguidade e do período Medieval, cujas embaixadas assumiam um carácter temporário.

A partir de 1460, segundo Mattingly citado por Magalhães (2005: 59 e 60), Roma foi e continuou a ser por longo tempo, a principal escola e o principal campo de acção da diplomacia “*Foi em Roma, e no Renascimento apenas em Roma, que encontrámos os primeiros sinais de qualquer coisa semelhante a um corpo diplomático organizado, desenvolvendo um sentido rudimentar de solidariedade profissional*”²⁰.

Ainda, segundo Mattingly, foi também em Roma que um diplomata veneziano, Ermolato Barbaro (1453-1493), nomeado embaixador residente junto da corte papal em 1490, elaborou um pequeno tratado intitulado *De Officio legati*, que se ocupava dos deveres dos embaixadores residentes, os quais são caracterizados como aqueles: “*Que são enviados com simples e genéricas credenciais para conquistar a amizade dos príncipes (...)*”. Para Barbaro, “*o principal dever de um embaixador é exactamente o mesmo do de qualquer outro servidor de um governo, ou seja, fazer, dizer, aconselhar e*

¹⁹ François L. Ganshof, *Le Moyen Age*, in *Histoire des Relations Internationales*, dirig. Pierre Renouvin, Tom. I., Hachette, Paris, 1953, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, p.56.

²⁰ Mattingly, Garrett, *Renaissance Diplomacy*, Penguin Books, Baltimore, 1964, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, p.59 e 60.

conceber tudo aquilo que possa melhor servir para preservar e engrandecer o seu próprio Estado.”

Este modelo de embaixadores residentes instituído em Itália transmitiu-se ao resto da Europa embora não de uma forma uniforme e simultânea. Em Portugal, segundo Magalhães (2005: 61) *“o primeiro embaixador residente em Roma foi designado em 1512, lugar representado pelo Dr. João de Faria até 1514 (...)”*.

Para Magalhães (2005: 63 e 64), as guerras religiosas na Europa que irromperam por volta de 1560 vieram agitar e enfraquecer o sistema de representação diplomática permanente, que parecia já consagrada. Contudo, só em 1648 com o Tratado de Paz de Vestefália é que a figura diplomática é restabelecida, observando-se então após esta data uma expansão e estabilização do sistema de representação diplomática permanente em toda a Europa. O Tratado de Vestefália constituiu um marco histórico a partir do qual a diplomacia sofreu uma notável expansão e inaugurou também um novo método diplomático, a chamada diplomacia multilateral.

Para o autor, o período da Restauração coincide com esta fase de intensificação da actividade diplomática europeia. D. João IV, em luta contra a Espanha, necessitava estabelecer alianças e conseguir apoios para a defesa da independência reconquistada. D. João IV, para além das missões especiais que em 1641 enviou às diversas cortes europeias a anunciar a restauração da independência nacional, estabeleceu também um sistema de missões permanentes nos países que apoiavam a autonomia de Portugal.

No início da época Contemporânea, a instituição diplomática encontrava-se completamente consagrada e regida por princípios universais baseados no costume internacional e na doutrina.

A democratização da vida política levou ainda a uma democratização dos quadros diplomáticos que na época Moderna eram, em grande parte, reservados às elites aristocráticas. Esta transformação ampliou a base de recrutamento do pessoal diplomático, fomentando importantes alterações na organização do serviço diplomático, sem no entanto se ter alterado o papel essencial da diplomacia, ou seja, a utilização de intermediários nos contactos entre os diversos poderes políticos.

Segundo Magalhães (2005: 67), *“ (...) a época Contemporânea conduziu ao estabelecimento das primeiras normas convencionais sobre a hierarquia dos agentes diplomáticos e as suas respectivas precedências (...). Tais normas resultaram de um novo congresso multilateral, o Congresso de Viena, reunido em 1815 na capital*

austriaca para regular a situação política da Europa após a queda do império napoleónico (...).”

Ainda segundo o mesmo autor (2005: 71), outra importante transformação na diplomacia ocorrida na época Contemporânea foi a institucionalização da diplomacia multilateral com a formação de organizações internacionais de vários tipos, iniciada no século XIX. A máxima expressão de diplomacia multilateral foi a criação da Sociedade das Nações em 1919, como resultado da conferência de paz que pôs fim à guerra de 1914. Esta primeira organização universal permanente de carácter político tinha como objectivo central, garantir a paz entre os Estados.

No decurso da última Guerra Mundial, (1944) foram lançadas as bases de uma nova organização política de carácter universal, a Organização das Nações Unidas que, com as suas numerosas agências especializadas, constitui um emaranhado sistema de instituições internacionais através do qual a diplomacia multilateral atingiu o seu apogeu.

Magalhães (2005: 71) sublinha que as Nações Unidas se vão dedicar a problemas concernentes ao exercício da actividade diplomática, através da sua Comissão de Direito Internacional, convocando em Viena uma Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas em 1961. Esta conferência produziu a “*Convenção de Viena sobre relações diplomáticas*”, de 18 de Abril de 1961, que entrou em vigor em 1964, assinada pela maior parte dos estados e que, presentemente, regula fundamentalmente as relações diplomáticas entre as nações. Esta convenção foi completada pela “*Convenção de Viena sobre relações consulares*”, de 24 de Abril de 1963 e pela “*Convenção de Viena sobre a representação dos Estados nas suas relações com as Organizações Internacionais de carácter universal*”²¹ de 14 de Março de 1975.

*“Um produto menos feliz dos períodos pós-guerra (de 1914-1918 e de 1939-1945) foi o incremento extraordinário dado à negociação directa em prejuízo da negociação diplomática.”*²²

Este breve estudo feito sobre a evolução da instituição diplomática, segundo Magalhães (2005: 76), possibilita extrair algumas conclusões importantes para a elaboração do conceito e da teoria geral da diplomacia.

²¹ G.E. dos Nascimento e Silva, *Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas*, Ministério das Relações exteriores, 1967; Adolfo Maresca, *La Diplomazia Plurilaterale*, Giuffrè, Milão, 1979, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, p.71

²² François L. Ganshof, *Le Moyen Age*, cit. por Magalhães, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa, Bizâncio, 2005, p.74.

1.2 Caracterização social do corpo diplomático português antes de 1974

Com base no artigo de Pedro Aires de Oliveira (2006) anteriormente citado, é possível uma visão geral do modo como era constituído o corpo diplomático português no período anterior ao do nosso objecto de pesquisa.

Um dos factos que vislumbramos logo à partida é a importância da classe social associada aos indivíduos que eram recrutados para fazer parte deste corpo, profundamente selectivo.

Anteriormente à Revolução Republicana de 1910 a maioria era composta por elementos da Nobreza. Depois desta, apesar da composição social do corpo diplomático ter sofrido alterações significativas, não significou contudo que a “*carreira diplomática tenha perdido o seu carácter elitista.*” (Oliveira: 145).

Não obstante, segundo o autor, a Lei Orgânica de Maio de 1911, uma das primeiras medidas tomadas pela República em relação ao MNE, foi a introdução de exames e concursos para o ingresso e progressão na carreira diplomática. Contudo, esta forma de integração preconizada pelo regime republicano não obteve o resultado pretendido devido, por um lado, às constantes crises governativas e à instabilidade política que então se vivia e, por outro, à falta de confiança dos republicanos relativamente aos monárquicos que então ainda faziam parte de diversas áreas governativas da I República. Como tal, a integração na carreira diplomática que deveria orientar-se somente por critérios meritocráticos acabou por não se concretizar, sendo o recurso a “*embaixadores políticos*” uma constante.

Assim, como refere o autor “ (*...*) até 1926, o corpo diplomático raramente permaneceu incólume às querelas partidárias e aos escândalos que agitaram a I República, em especial nos anos posteriores à intervenção de Portugal na Grande Guerra. Na imprensa republicana mais extremista era frequente lerem-se apelos à demissão de um ou outro funcionário, sempre a pretexto das suas simpatias monárquicas.” (Oliveira: 148).

Após o 28 de Maio de 1926 e o derrube da I República surge a ditadura militar e era difícil neste cenário proporcionar à diplomacia a adopção de um rumo coerente.

Entre 1926 e 1930 como refere o autor “ (*...*) o Palácio das Necessidades conheceu oito ministros com orientações ideológicas bastante distintas (desde monárquicos integralistas, como Trindade Coelho, a republicanos conservadores, como

Óscar Carmona e Bettencourt Rodrigues), mas, curiosamente, foram poucas as mexidas de vulto operadas nas representações portuguesas no estrangeiro.” (Oliveira: 149).

Com efeito, só em finais de 1938 com Salazar a dirigir o MNE, é que surge uma nova Lei Orgânica (o Decreto-lei nº 29 219, de 30 de Dezembro de 1938) que permaneceu em vigor, com algumas alterações pontuais, até finais de 1966.

A principal linha deste diploma de Salazar foi primeiramente reduzir a dimensão do quadro diplomático e consular para 136 lugares e ficando mesmo assim com vários postos por preencher; segundo o autor, “ *Portugal não tinha, por exemplo, legações com países como o Eire, Jugoslávia, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Turquia, Grécia, URSS e várias repúblicas sul-americanas.*” (Oliveira: 150).

Para além das razões de ordem política seguidas pelo regime de Salazar que subjazem a esta situação, outra das razões consistia nos fracos recursos que o Estado dispunha para expandir a rede de missões diplomáticas.

O recrutamento dos diplomatas regulamentado através do Decreto nº 29 511, de 31 de Março de 1939, continuava a ser feito através de concurso público, excluindo o acesso das mulheres, uma vez que só se poderiam apresentar a concurso “*cidadãos do sexo masculino com mais de 21 anos e menos de 35, habilitados com uma licenciatura em Direito, Economia ou Histórico-Filosóficas, munidos dos respectivos certificados de robustez física e dispostos a assinarem as declarações de anticomunismo, fidelidade à ordem constitucional estabelecida, bem como o compromisso de honra de que não pertenciam (nem jamais viriam a pertencer) a «associações secretas» – o que, no contexto dos anos 30, era geralmente interpretado como uma referência à maçonaria*”. (Oliveira: 151).

O autor considera difícil apurar até que ponto os mecanismos de selecção se baseavam em critérios apenas meritocráticos. Contudo, era bem visível o facto de o acesso à carreira estar reservado às elites sociais, uma vez que só uma pequena percentagem da população portuguesa tinha acesso à universidade. Mas como questiona Pedro Aires de Oliveira “*será que o recrutamento era feito apenas com base no mérito académico? Até que ponto não seriam também as conexões sociais dos candidatos (as chamadas «cunhas») um trunfo importante para franquear as portas das Necessidades?*”. A única certeza, segundo ele, é que “*os dirigentes do MNE nunca deixaram de exercer algum controlo social em relação às admissões na carreira diplomata*” (Oliveira: 151-152).

Após um estudo do perfil sócio-político dos 187 diplomatas que entre 1926 e 1974 alcançaram o escalão que lhes permitia chefiar uma missão diplomática, o autor chegou às seguintes conclusões: “ (...) *predomínio dos indivíduos oriundos de Lisboa (40%), seguido do Porto (12%) (...). A nível das habilitações (...) 91% (170) com cursos superiores, 2% (3) com cursos superiores militares e 1% (2) com frequência universitária. Apenas 6% (11) não possuíam habilitações superiores.*” (Oliveira: 155-156).

Relativamente à variável dos cursos “*Direito aparece em lugar destacado, com 63%, seguido a larga distância das Humanidades, com 16% e das Ciências Económicas, com 14%. Os restantes cursos representados, com valores puramente residuais, eram Engenharia, Química, Matemática e Medicina.*” (Oliveira: 156).

O retrato-tipo do diplomata português traçado pelo autor no referido período em que o regime Salazarista se encontrava então já consolidado seria o seguinte: “*homem, lisboeta, licenciado em Direito pela FDL²³ e oriundo dos estratos sociais médios e superiores.*” (Oliveira: 158).

Contudo e durante pelo menos duas décadas, Salazar não confiou inteiramente nas aptidões políticas dos seus embaixadores na defesa dos ideais do regime, em matéria de política externa. Até finais dos anos 50, Salazar utilizou frequentemente embaixadores de nomeação política para ocupar os postos mais relevantes da diplomacia portuguesa.

1.3 Participação das mulheres na Diplomacia portuguesa anteriormente à sua integração formal na carreira diplomática

Uns dos instrumentos na política externa portuguesa do Antigo Regime eram as tradicionais ligações matrimoniais protagonizadas por princesas estrangeiras que se tornaram rainhas de Portugal.

A história diplomática portuguesa teve início logo após a independência do Condado Portucalense e a partir da tentativa de D. Afonso Henriques de obter o reconhecimento do reino pelos outros Estados Europeus e, em especial, pela Santa Sé, desde essa altura até ao 25 de Abril de 1974 o corpo diplomático Português foi sempre representado por elementos do sexo masculino.

²³ Faculdade de Direito de Lisboa

No entanto, as princesas e rainhas foram por vezes ferramentas muito importantes em acordos diplomáticos nos sistemas dinásticos que então vigoravam, para o equilíbrio da balança de poder. Embora tendo por vezes um papel discreto de interferência na afirmação externa, não deixaram de contribuir de modo muito importante e decisivo no equilíbrio político e na estabilidade governativa.

Daremos como exemplo o caso de Maria Francisca Isabel de Sabóia que ao tornar-se rainha de Portugal através de aliança de casamento serviu como instrumento na diplomacia, alterando de certo modo o curso da política externa portuguesa.

E o exemplo diferente, noutra época e contexto, de Maria Lourdes Pintasilgo, a primeira embaixadora portuguesa de nomeação política (sem ser de carreira) e o seu contributo na ONU e na UNESCO.

1.3.1 O caso de Maria Francisca Isabel de Sabóia

“ As alianças dinásticas constituíram sempre um instrumento de política externa preferido dos monarcas europeus, através do qual se estreitavam relações entre os diferentes países e se forjavam ou selavam alianças militares. Este método de política externa nem sempre trouxe vantagens para os países que o utilizavam (...)”

(Magalhães, 1990: 19)

D. Maria Francisca Isabel de Sabóia ao casar com o rei D. Afonso VI é utilizada como peça principal numa estratégia da coroa francesa para atrair Portugal à sua órbita, uma vez que se encontrava em conflito com a Espanha e esta em 1666 esboçava um entendimento com a Inglaterra contra a sua hegemonia. Compreende-se neste sentido o seu empenhamento na realização deste casamento negociado entre D. Afonso VI e uma princesa da casa de França.

D. Maria Francisca de Sabóia trazia no seu séquito Luís Verjus, futuro conde de Précy, o padre jesuíta Francisco de Villes e Melchior Harold de Sénevas, marquês de Saint-Romain, enviado secreto de Luís XIV. O peso político do séquito que a acompanhou teve um papel importante na alteração política operada em 1667.

O “Partido Francês” em Portugal pretendia que a paz com a Espanha fosse negociada por um governo de tendência francesa, que poderia influenciar, adiar ou

impedir essa paz. Para isso era necessário afastar do poder o conde de Castelo Melhor (Luís de Vasconcelos e Sousa), homem de confiança de D. Afonso VI cujos objectivos diferiam dos do “Partido Francês”, partido com o qual o Infante D. Pedro estava de acordo.

D. Maria Francisca de Sabóia cedo entrou em conflito com o conde de Castelo Melhor, atraindo progressivamente D. Pedro à sua órbita. Urdindo um complexo enredo, conseguiu apoios no seio da nobreza, levando à demissão do conde de Castelo Melhor e mais tarde ao afastamento de António de Sousa Macedo. Este acaba também por ser destituído por pressão de D. Maria Francisca de Sabóia, que se queixa ao rei de uma descortesia sua (que terá consistido na acusação por parte de António de Sousa Macedo de que a rainha conspirava, juntamente com os seus aliados políticos, contra o Rei). Dessa maneira, envolvia-se de forma activa na política interna, afastando ou protegendo, conforme os interesses franceses (e porventura os seus próprios também).

D. Afonso VI fica assim isolado dos seus aliados e é levado a abdicar a favor do seu irmão D. Pedro, que começou a exercer o governo como regente em 23 de Novembro de 1667.

D. Pedro decidiu casar mais tarde com Maria Francisca de Sabóia por fortes razões de Estado; por um lado temendo a reacção da corte francesa à grave afronta que representava o regresso da rainha; por outro lado, pelo facto de não ser possível restituir o seu dote já gasto para o financiamento das guerras da Restauração.

O golpe de estado para afastar o rei do poder, preparado com a conivência da rainha, foi assim uma última tentativa para a França alcançar uma posição de tutela sobre as decisões portuguesas, em matéria de política externa.²⁴ D. Maria Francisca de Sabóia foi um instrumento activo desta.

²⁴ D. Pedro acabou por ser também o “peão” principal da “cabala” dirigida pelo “Partido Francês”, que pretendia separar o rei dos seus apoios para em seguida afastá-lo do poder e assim controlar mais facilmente a política externa portuguesa. Porém, e por ironia do destino, a subida ao trono de D. Pedro não conduziu à vitória de um “Partido Francês”, mas sim ao reforço da facção Inglesa. A paz com a Espanha foi obtida por mediação britânica por intermédio do Lord Sandwich em 13 de Fevereiro de 1668.

1.3.2 O caso de Maria de Lourdes Pintasilgo

“ As mulheres vêm de muito longe e cada geração tem de dizer o que serve e o que não serve, tanto para si como para os outros (...). Os homens têm realmente medo de mulheres que tomam posição. Para fazer face a isto, digo: as pessoas julguem quem quiserem, mas o trabalho tem de ser feito. Estamos muito longe de alcançar a nossa meta”.

(Maria de Lourdes Pintasilgo, 2005: 86)²⁵

Não poderemos deixar de referir a forma ímpar como Maria de Lourdes Pintasilgo, após o 25 de Abril de 1974, na época conturbada da implantação da Democracia em Portugal, em que a conjuntura política é de instabilidade, conseguiu conduzir e impor as suas ideias, num período em que, praticamente, as mulheres não tinham acesso à carreira política e diplomática. É neste contexto que o seu trabalho se tornou relevante e inédito em Portugal.

Já anteriormente, em 1971/72, Maria de Lourdes Pintasilgo, fazendo parte da Delegação Portuguesa à Assembleia-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), realizou diversas intervenções subordinadas às seguintes problemáticas: Situação Social no Mundo; Direito dos Povos à Autodeterminação; Condição Feminina; Juventude e Liberdade Religiosa.

Em todos estes temas de grande relevância, a perspectiva da participação da mulher na vida económica e social foi um dos mais defendidos, uma vez que, percorrido um caminho no sentido de reconhecer os direitos das mulheres em quase todos os países, tornava-se visível a escassez ou ausência de oportunidades para o exercício desses direitos. Para aplicar à situação portuguesa o programa de acção da ONU para o progresso das mulheres, foi criado um grupo de trabalho presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo, com o fim de definir uma política nacional global.

A Comissão da Condição da Mulher da Organização das Nações Unidas, tornou público um programa, a longo prazo, para a promoção da mulher, adaptado à situação concreta do cada país, no contexto da qual foi defendido por Maria de Lourdes Pintasilgo, no Relatório da Comissão do Estatuto das Mulheres, que estas tinham uma força para a mudança social, afirmando que: *“(...) pode ser dito hoje com ênfase mais*

²⁵ AAVV (2005). *Ex aequo* n° 12, *Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM*, Edições Afrontamento, Lisboa.

*forte que as mulheres afectam a vida das suas comunidades, são capazes de questionar os seus valores e de introduzir novos desafios”.*²⁶

O Relatório realça, também, a crescente consciencialização de que as medidas de protecção à mulher acabam por funcionar como medidas discriminatórias, atribuindo, assim, maior importância às medidas que permitam uma verdadeira igualdade.

Após o 25 de Abril de 1974 e, com a reentrada de Portugal na UNESCO, foi criada uma Missão Permanente, através do decreto-lei nº 329/75, “ (...) tendo em vista o desejo de intensificar e melhorar as relações de Portugal com os outros países.”²⁷

Como embaixadora de Portugal na UNESCO e membro do Conselho Executivo, Maria de Lourdes Pintasilgo contribuiu para o âmbito da Ciência e Ensino Superior, Educação e Cultura, cujos objectivos se coadunavam com as linhas gerais do programa da UNESCO de apoiar o povo português na difícil tarefa de reconstrução nacional.

Segundo a embaixadora, a UNESCO estava a afirmar-se como contribuidora para uma “nova ordem económica” e, até mesmo, “uma nova ordem social e cultural”. Assim, a UNESCO pretendia “afirmar o respeito da identidade cultural de cada povo”, isto é, na “capacidade de cada povo seguir o seu próprio desenvolvimento, tomando nas suas mãos a definição do seu próprio destino, redefinindo e reorientando o sentido a imprimir ao seu desenvolvimento tecnológico”. Para a delegação portuguesa à 19ª Conferência Geral, que decorreu a 26 de Outubro de 1976 em Nairobi, não fazia sentido “restringir a actividade da organização ao plano económico”, ou seja, apenas ao financiamento de programas. Era também importante que a organização se transformasse num palco de “reflexão constante sobre, por exemplo, os problemas da mulher, da juventude, o diálogo norte-sul, etc.”. A sua análise acerca do “estado actual das organizações” e, em particular da UNESCO, não era muito optimista, uma vez que as organizações eram caracterizadas como “aparelhos rotineiros e repetitivos”, onde existia uma “proliferação de máquinas e de papéis”²⁸.

À chegada a Lisboa, vinda de Nairobi, Maria de Lourdes Pintasilgo declarou que Portugal, foi “uma ponte entre posições diferentes”²⁹. De facto, a delegação portuguesa teve um papel importante, na medida em que, representando um Portugal

²⁶ Documento da Missão Permanente de Portugal nas Nações Unidas perante a 3º Comité do Relatório ECOSOC, da Assembleia-geral da ONU em 08 de Novembro 1972 (Centro de Documentação e de Publicações da Fundação Cuidar o Futuro).

²⁷ Decreto-lei nº 329/75 de 30 de Junho.

²⁸ Jornal *Expresso* de 10/12/1976; MNE-CLT, M. 434.

²⁹ Jornal *A Capital* de 06/12/1976; MNE-CLT, M. 434.

renovado, foi capaz de introduzir dentro dos problemas técnicos uma outra maneira de ver que superava as dificuldades do ponto de vista ideológico.

Assim, as notas dominantes da participação portuguesa na UNESCO, até meados de 1977, foram intervenções em reuniões de peritos governamentais sobre diversos assuntos: a nível de Ciência e Ensino Superior; no domínio da Educação e ao nível Cultural.

Na política externa, enquanto representante de Portugal como delegada da ONU e como embaixadora de Portugal na UNESCO, para além da integração de Portugal na “Ordem Europeia”, articulou as principais directrizes desses organismos internacionais, intervindo activamente em questões importantes, como a Situação Social no Mundo, que afirma ser “*uma responsabilidade conjunta de toda a Humanidade*”³⁰; as desigualdades sociais, que acentuam cada vez mais o fosso entre os ricos e pobres; o direito de auto-determinação dos Povos; a participação da mulher na vida Económica e Social; os problemas da Juventude e a liberdade Religiosa.

Promoveu a alfabetização e a promoção social das pessoas nos meios rurais e urbanos menos favorecidos.

Defendeu a educação e a cultura, que considerou bases fundamentais para a melhoria das condições sociais, assim como a possibilidade de todas as sociedades terem acesso aos mesmos conhecimentos para poderem criar o seu modelo próprio de desenvolvimento, afirmando que: “*o saber é Património Universal da Humanidade*”³¹.

Deu a conhecer a importância das Organizações Não-Governamentais (ONG’s) como parceiros na procura de soluções para as várias questões sociais.

Defendeu que os direitos e deveres são inalienáveis, uma vez que o usufruto de certos direitos tem como contrapartidas o dever de criar as condições para que esses direitos possam subsistir.

Como cidadã responsável revoltou-se contra a falta de iniciativa na construção de bem-estar comum, ou seja, na falta de acções que demonstrassem dinamismo e mudança para melhorar a sociedade.

Uma das suas convicções mais profundas, base de toda a sua intervenção política, foi a luta para o reconhecimento de que os direitos políticos e os direitos sociais são interdependentes e indivisíveis, sendo estes últimos prioritários, e que os

³⁰ Pintasilgo, Maria de Lourdes, *Sulcos do Nosso Querer Comum*. Porto, Edições Afrontamento, 1980.

³¹ Pintasilgo, Maria de Lourdes, *Sulcos do Nosso Querer Comum*. Porto, Edições Afrontamento, 1980.

direitos cívicos e sociais têm um papel decisivo na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Nas várias intervenções que efectuou nos diversos organismos nacionais e internacionais, mostrou os seus desafios na acção política e a defesa dos seus ideais na luta por estratégias que pudessem garantir a coesão social e fossem susceptíveis de eliminar a extrema pobreza e a exclusão social.

Em síntese: poderemos referir que o seu desempenho como embaixadora da UNESCO notabilizou-se através da defesa de perspectivas sociais, económicas e culturais de cariz inovador, baseadas numa visão internacional abrangente e numa política de compreensão entre Estados, onde estes se sentissem as alavancas da construção da paz mundial. Por isso, defendeu, em nome de Portugal, uma UNESCO mais cooperante, onde a ajuda multilateral, o desenvolvimento cultural e as ligações culturais entre os diversos países fossem uma realidade cada vez mais próxima.

Dentro desta linha de pensamento, Maria de Lourdes Pintasilgo, reconheceu à UNESCO o papel de ser a consciência moral dos diversos organismos das Nações Unidas. Todavia, considerou este tipo de organizações demasiado burocráticas e pesadas.

Foi ainda através desta embaixadora estabelecida uma dialéctica, entre um Portugal em reconstrução e o já referido organismo internacional que, através da cooperação, apoiou o desenvolvimento do País aos mais diversos níveis.

Na 19ª Conferência Geral da UNESCO, como representante da Delegação Portuguesa, teve um papel relevante: apesar de primar pela manutenção, o alinhamento e a unidade entre os vários países que a compunham, defendeu também a sua diversidade cultural e a diversificação de soluções nacionais. Superou as dificuldades ideológicas até aí instaladas e bateu-se por uma UNESCO com objectivos mais amplos dos que até à data existiam e que se restringiam à resolução de problemas económicos e ao financiamento de programas que lhe fossem apresentados.

Surge, assim, como exemplo que dignifica todos aqueles que se dedicam como diplomatas à causa pública.

CAPÍTULO II

“A coordenação da política externa privativa, com a política das organizações colectivas a que o País pertence, é uma vertente que exige inovação, reforço do aparelho diplomático, e coordenação interna.”

(Adriano Moreira, 2003: 15)

2. A ENTRADA DAS MULHERES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA

2.1 Reestruturação dos serviços internos, externos e autónomos do MNE, de acordo com as sucessivas alterações legislativas

Consideramos relevante começar este capítulo por fazer um breve resumo da estruturação dos Serviços, Internos, Externos e Autónomos do MNE, no período compreendido entre 1974 e 2004. Com esta análise poderemos então verificar as alterações registadas nos diversos diplomas orgânicos, os quais deram origem a modificações nos respectivos Serviços, bem como ao surgimento de novos Organismos.

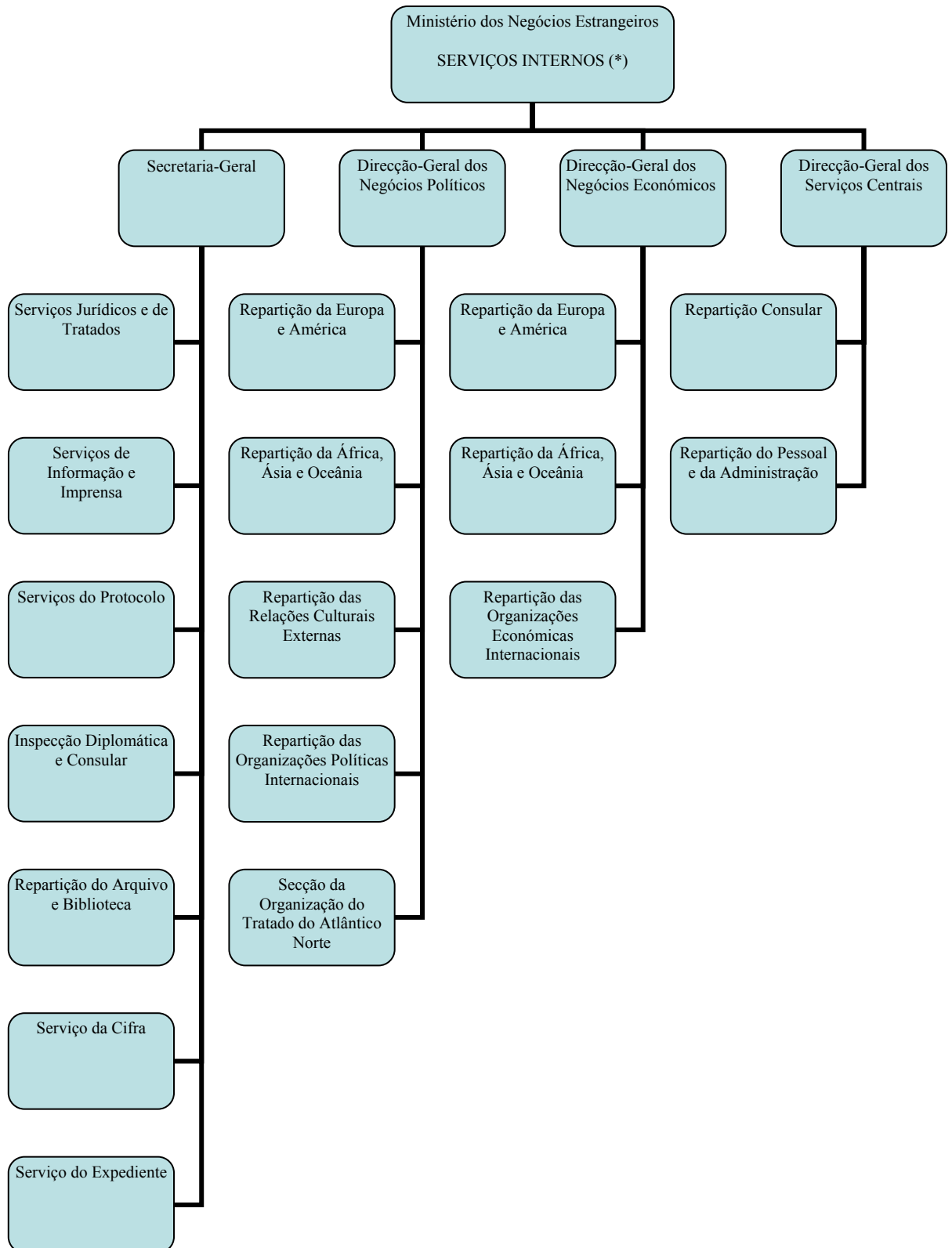
O Decreto-lei nº 47 331/66, de 23 de Novembro, que aprovou o regulamento do Ministério, era o que se encontrava em vigor aquando da Revolução do 25 de Abril de 1974. Esta Lei Orgânica mencionava os diversos serviços existentes no MNE, como se poderá verificar nos organogramas nº 1 e 2³².

Anteriormente à Revolução de Abril, as funções do MNE resumiam-se a participar nas negociações internacionais e assegurar a representação nacional junto de alguns Estados com os quais Portugal mantinha relações. Os serviços internos dependiam directamente do MNE e resumiam-se à Secretaria-Geral e às Direcções-Gerais de Negócios Políticos, Económicos e Serviços Centrais, cada qual com repartições e serviços a seu cargo, tal como poderemos verificar através do organograma nº 1.

Após a Revolução de Abril, o número de Estados com os quais se estabeleceram relações diplomáticas aumentou substancialmente, dando origem a uma maior representatividade do País a nível internacional, que, por sua vez, originou novos serviços.

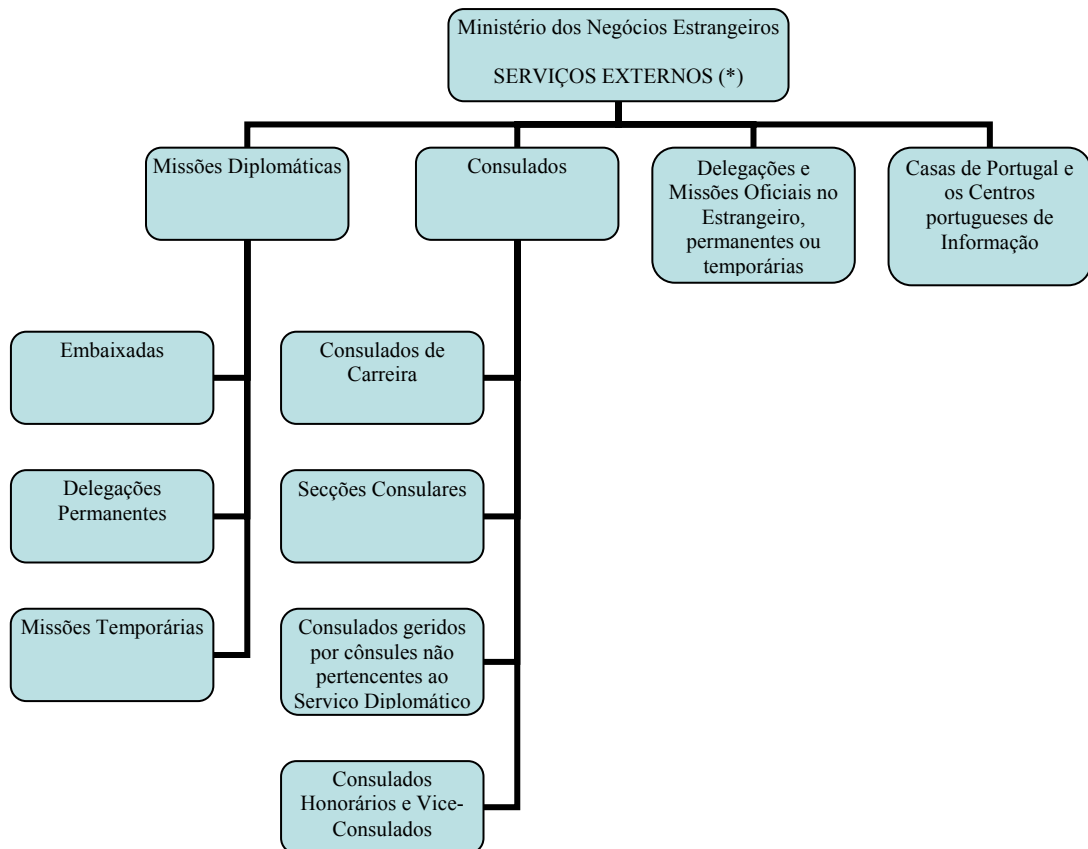
³² Os diversos serviços encontram-se também referidos na *Anuário Diplomático e Consular Português* de 1979.

ORGANOGRAMA Nº 1



(*) Fixado pelo Decreto-Lei 47 331/66, de 23 de Novembro

ORGANOGRAMA Nº 2



(*) Fixado pelo Decreto-Lei 47 331/66, de 23 de Novembro

Foi com as alterações legislativas originadas pelo Decreto-Lei nº 529/85, de 31 de Dezembro, que surgiram os novos serviços internos e externos e organismos autónomos que anteriormente não existiam, como se poderá verificar nos organogramas nº 3, 4 e 5. A principal preocupação do Governo neste período era a integração de Portugal na Comunidade Europeia e, como tal, procurou proceder a acções concretas nesse sentido, principalmente a nível internacional. Desta forma, como se poderá verificar, a articulação dos diversos organismos foi alterada, adaptando-se aos interesses da conjuntura.³³

³³ Estas alterações nos diversos serviços encontram-se também referidas no *Anuário Diplomático e Consular Português* de 1988.

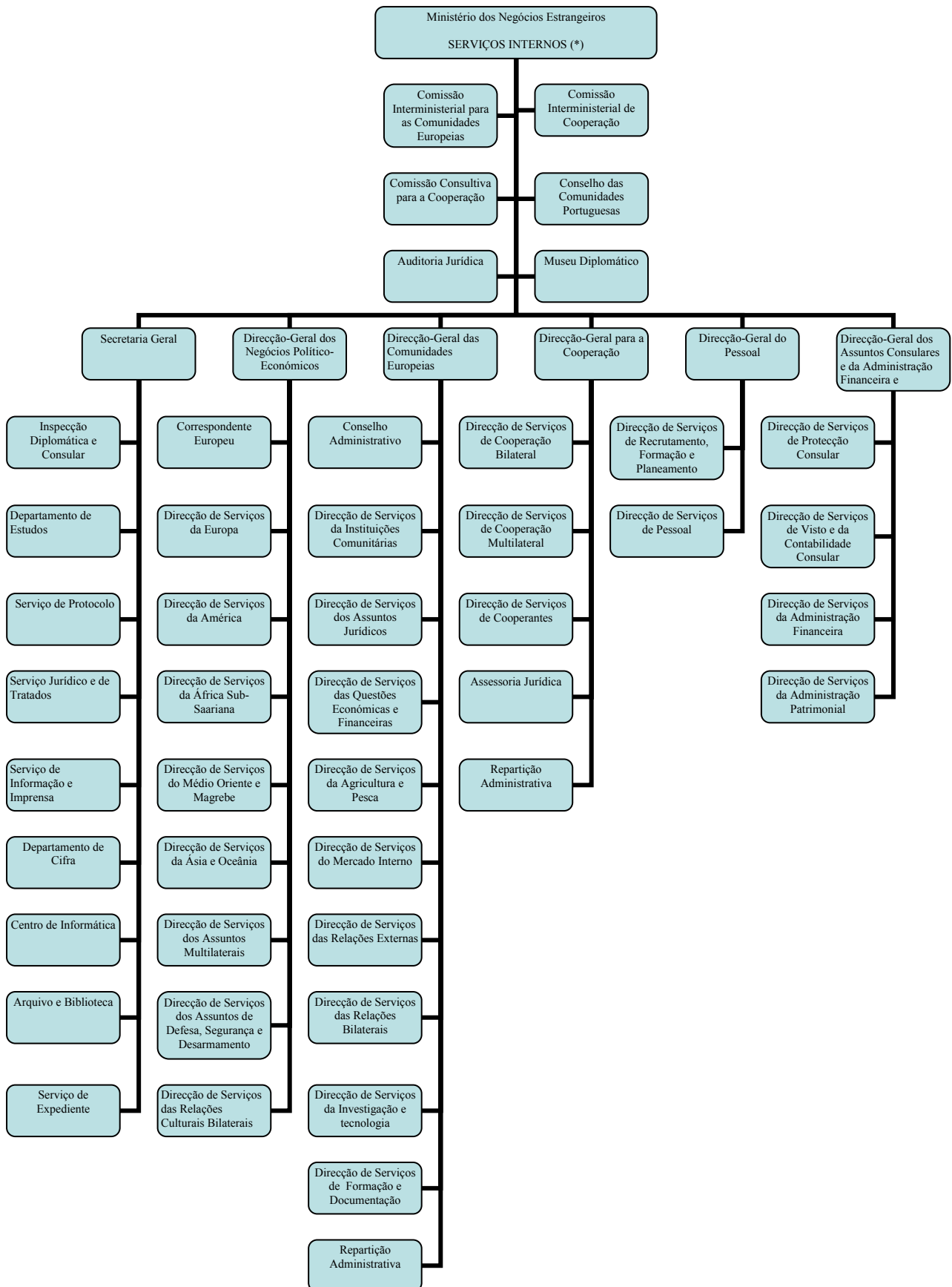
Para além do surgimento de organismos autónomos, os serviços internos e externos visavam a prossecução dos objectivos prioritários, tanto no que respeitava a assuntos bilaterais e multilaterais, como à necessidade de um constante enquadramento político, não só das questões económicas, mas também de assuntos culturais. Para tal foi necessário efectivar alterações nos diversos serviços, para permitir uma resposta adequada na cooperação política europeia, na normalização de relações com um crescente número de países, verificada a partir de 1974, na política de cooperação com África e, em particular, com os países de expressão oficial portuguesa após a descolonização, mas, acima de tudo, num maior empenhamento nas várias organizações internacionais.

Como poderemos verificar no organograma nº 3, a organização dos serviços internos tornou-se muito mais complexa, com diversas comissões ligadas directamente ao MNE, quase todas direccionadas para os fins pretendidos. Subordinadas a essas comissões encontravam-se a secretaria-geral já existente e um número crescente de direcções-gerais que não existiam anteriormente, como por exemplo a Direcção-Geral das Comunidades Europeias e a Direcção-Geral para a Cooperação (ligada a essas direcções-gerais houve também um aumento significativo de direcções de serviços).

Olhando para o referido organograma conseguiremos perceber a divisão efectuada na anterior repartição da Europa e América em duas divisões de serviço, autónomas, assim como a repartição da África, Ásia e Oceânia em três direcções de serviço (África Sub-Saariana, Médio Oriente e Magrebe e Ásia e Oceânia).

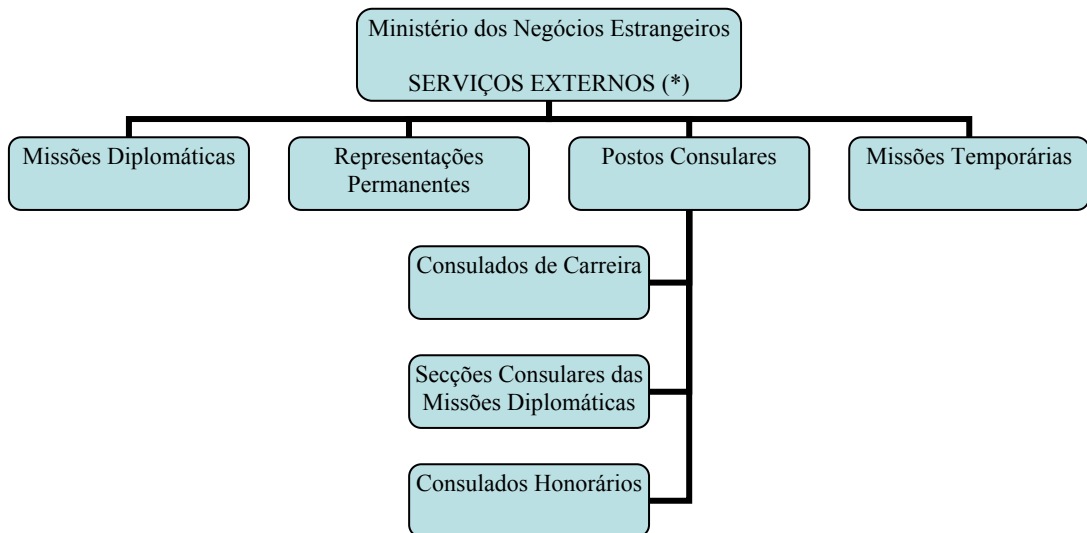
Ligadas à direcção-geral das comunidades europeias encontra-se uma panóplia de direcções de serviço que nos mostra claramente qual o objectivo principal neste período. Para além desse objectivo, também poderemos verificar a preocupação do governo por uma relação específica com as antigas colónias portuguesas. Um dos exemplos do reflexo da descolonização foi a criação da direcção-geral para a cooperação e, conseqüentemente, da direcção de serviços de cooperantes que só se justificou com a necessidade de uma ligação do MNE com os novos estados africanos após a independência.

ORGANOGRAMA Nº 3



(*) Fixado pelo Decreto-Lei nº 529/85, de 31 de Dezembro

ORGANOGRAMA Nº 4



(*) Fixado pelo Decreto-Lei nº 529/85, de 31 de Dezembro

ORGANOGRAMA Nº 5



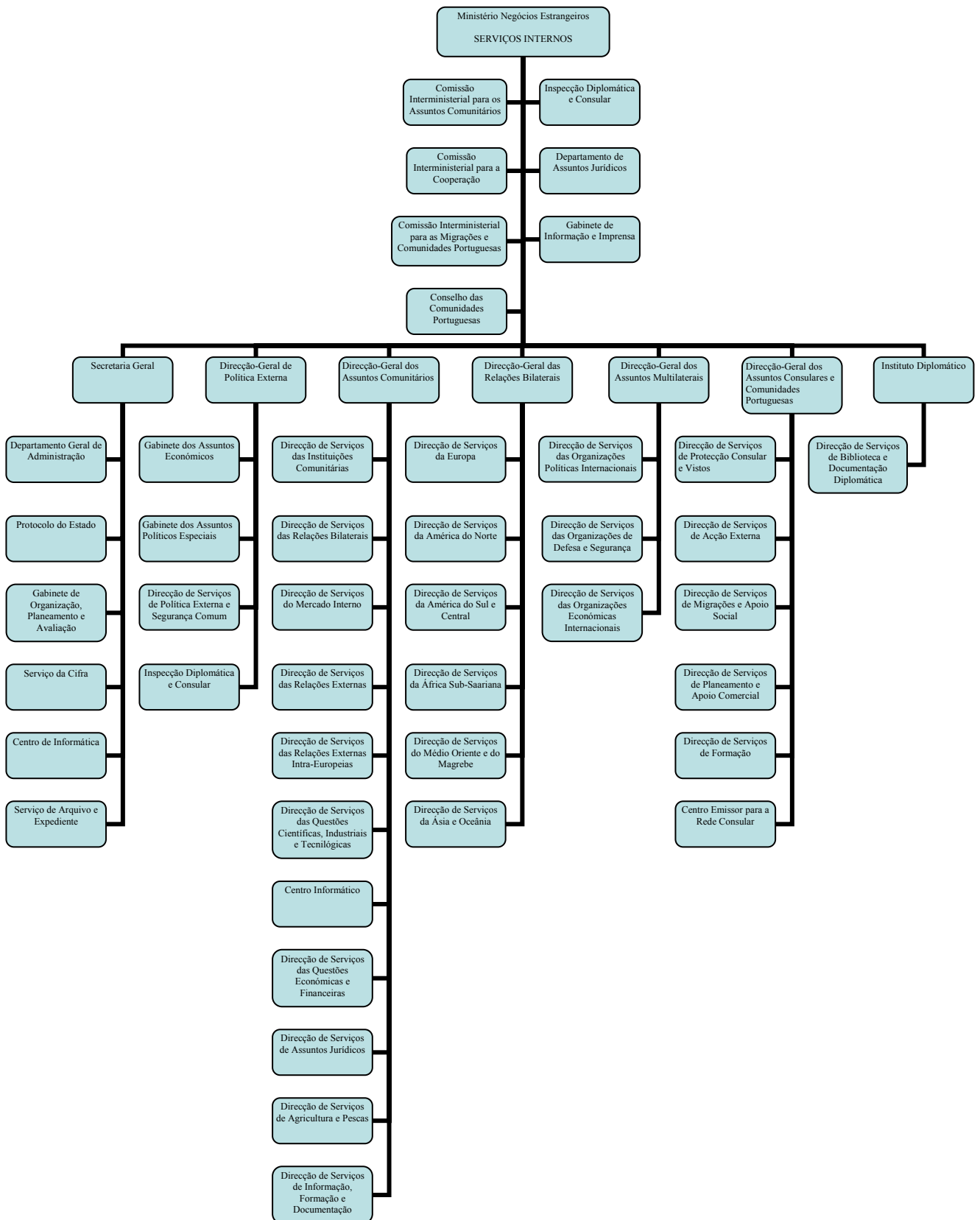
(*) Fixado pelo Decreto-Lei nº 529/85, de 31 de Dezembro

Decorrida quase uma década após a revogação do anterior diploma, surge uma nova reestruturação com o Decreto-Lei nº 48/94, de 24 de Fevereiro, que mais uma vez efectuou alterações nos diversos serviços, modificando de forma substancial a configuração quer dos serviços internos e externos quer dos organismos autónomos, como se poderá verificar nos organogramas nº 6, 7 e 8.³⁴

Neste período, houve um progressivo aprofundamento da participação portuguesa nas relações internacionais, tanto no quadro das relações bilaterais, como das multilaterais e especificamente das comunitárias, antevendo-se maiores desafios no âmbito da política externa e de segurança comum europeia. Portanto julgou-se importante reforçar os serviços do MNE de forma a afirmar a presença portuguesa no quadro internacional.

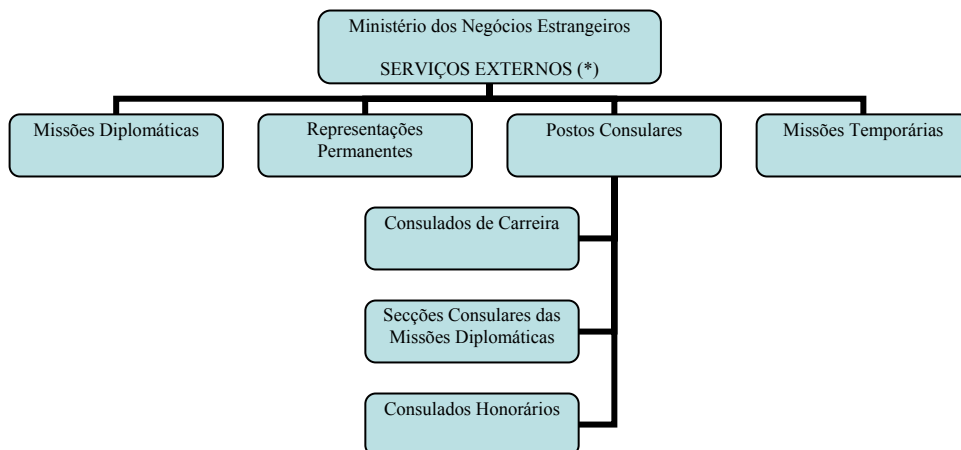
³⁴ As referidas alterações encontram-se também referenciadas no *Anuário Diplomático e Consular Português* de 1996.

ORGANOGRAMA Nº 6



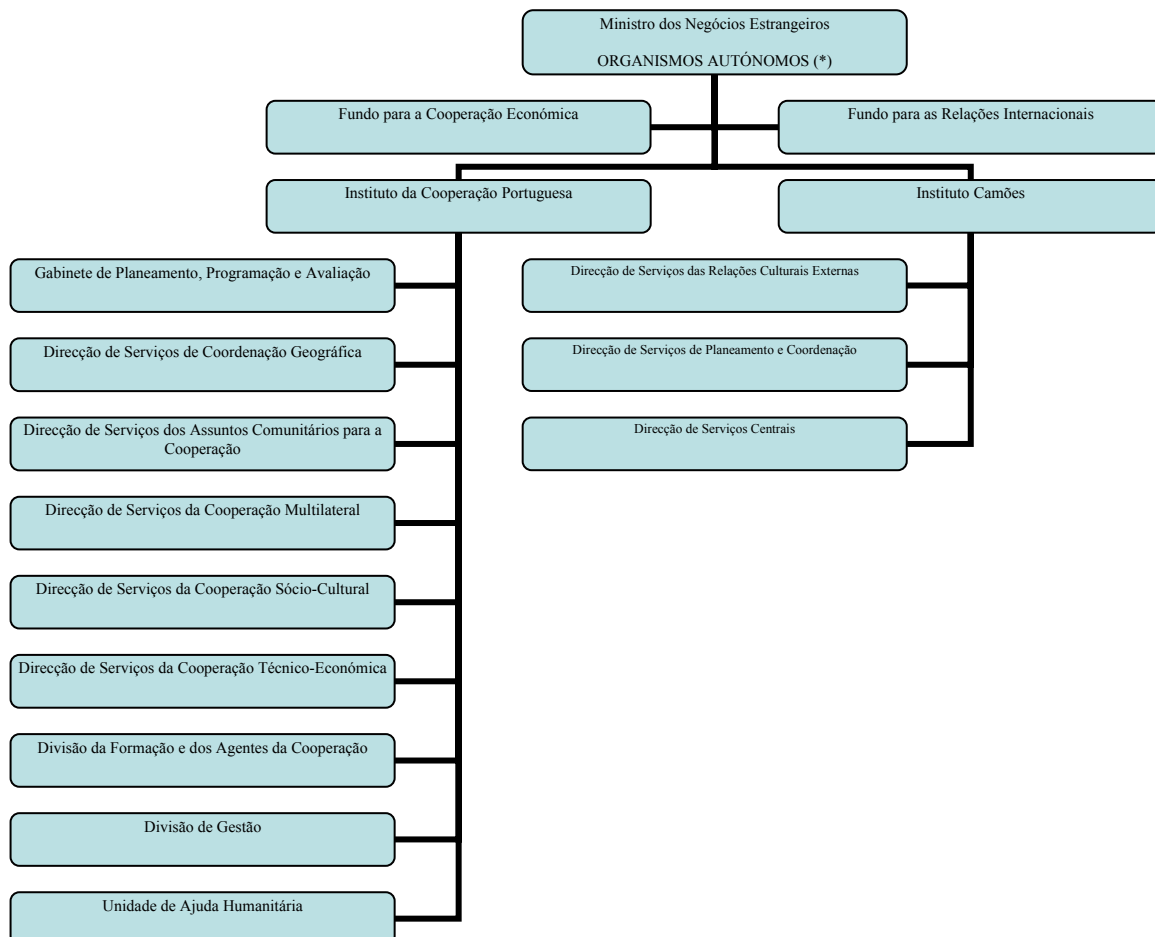
(*) Fixado pelo Decreto-Lei nº 48/94, de 24 de Fevereiro

ORGANOGRAMA Nº 7



(*) Fixado pelo Decreto-Lei nº 48/94, de 24 de Fevereiro

ORGANOGRAMA Nº 8



(*) Fixado pelo Decreto-Lei nº 48/94, de 24 de Fevereiro

Fica claro que as sucessivas alterações dos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ocorridas no período em estudo, a que procurámos dar uma representação principalmente esquematizada, são um aspecto muito relevante para se compreender a necessidade de integrar maior quantidade de pessoal, destinado a assegurar o bom funcionamento das estruturas de suporte da política externa portuguesa, progressivamente aumentadas.

Em seguida, torna-se necessário apreender como é que a legislação se foi adaptando à integração de quantidades crescentes de funcionários nesta área: é o tema do próximo sub-capítulo.

2.2 Alteração do enquadramento jurídico: percurso legislativo da carreira diplomática

Durante o período em estudo (1974 a 2004) vários foram os diplomas que modelaram e regulamentaram a carreira diplomática.

Todos estes diplomas procuraram criar regras de funcionamento adaptadas às diversas funções que o Ministério dos Negócios Estrangeiros era chamado a desempenhar ao longo deste período.

As alterações tinham também como objectivo facilitar a gestão dos recursos humanos e salvaguardar os legítimos interesses dos funcionários da carreira diplomática que assumem um lugar específico entre os chamados corpos especiais do Estado.

O quadro jurídico que regulamentava a carreira diplomática em Abril de 1974 consistia em dois diplomas datados de 1966: o Decreto-lei nº 47 331 de 28 de Novembro que promulgava a Orgânica dos serviços do MNE, e o subsequente Regulamento do Ministério, constante do Decreto nº 47 478, de 31 de Dezembro do mesmo ano.

Ambos os diplomas estiveram em vigor na íntegra até ao dia 25 de Abril de 1974.

Após a Revolução, foram promulgados alguns Decretos-lei que foram revogando pontualmente alguns artigos daqueles diplomas, sendo um dos principais o Decreto-lei nº 308/74, de 6 de Julho que alterou a redacção do Artigo 25º e do Artigo

81º dos dois diplomas de 1966. A redacção dos dois artigos citados era a mesma e do seguinte teor: “ *A admissão no serviço diplomático depende da aprovação em concurso por provas públicas, a que só poderão ser candidatos os cidadãos portugueses originário, de **sexo masculino**, licenciados em Direito, História, Filosofia, Economia, Finanças ou pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, ou ainda diplomados em cursos em escolas superiores estrangeiras que sejam declarados pelo Ministério da Educação Nacional equivalentes a qualquer das referidas licenciaturas (...).* Em 1974 passou a ter a seguinte redacção: “*A admissão no serviço diplomático depende da aprovação em concurso por provas públicas, a que só poderão se candidatos os **cidadãos portugueses** originário, diplomadas em qualquer curso superior professado em Universidade ou estabelecimento de ensino superior português, ou com um curso superior estrangeiro que o Ministério da Educação e Cultura considere equivalente a um curso superior português para efeito de provimento em cargos públicos*”.

O Decreto-lei nº 308/74 introduziu uma das principais alterações efectuadas na legislação relativo ao MNE, uma vez que, ao suprimir a referência ao sexo no que se refere à admissão ao quadro diplomático, abre o acesso às mulheres à carreira diplomática.

No entanto esta legislação, como já foi referido no sub-capítulo anterior, carecia de uma profunda revisão e actualização devido às profundas alterações que se verificaram a partir de meados dos anos setenta nas funções que o MNE foi chamado a desempenhar, tais como: o alargamento, após a descolonização, da rede diplomática e consular a numerosos países e cidades nos quais não existia representação anterior; o peso cada vez maior do multilateralismo nas relações externas e a adesão às Comunidades Europeias. Tudo isto impôs uma considerável alteração no exercício das funções diplomáticas, originando um progressivo alargamento do quadro do serviço diplomático.

Em virtude destas modificações, o Decreto nº 47 478, de 31 de Dezembro de 1966, que aprovava o Regulamento do MNE foi ficando ultrapassado, apesar de ter sofrido sucessivos ajustamentos pontuais, no seu conjunto, dando origem a um corpo legislativo disperso e pouco claro, que dificultava a gestão racional e transparente dos recursos humanos da carreira diplomática, tornando-se pouco adequada às crescentes exigências profissionais a que os funcionários foram sujeitos.

A 31 de Dezembro de 1985 foi promulgado o Decreto-lei nº 529/85, que revoga toda a legislação relativa à orgânica dos serviços do MNE, que havia sido aprovada pelo Decreto-lei nº 47 331 de 23 de Novembro de 1966.

Este segundo diploma, por sua vez, veio dar lugar ao Decreto-lei nº 79/92 de 6 de Maio, que substituiu a anterior legislação relativamente aos mecanismos de funcionamento da carreira diplomática, bem como o conjunto de direitos e deveres dos funcionários do serviço diplomático, cuja base era ainda o Decreto nº 47 478, de 31 de Dezembro de 1966 (Decreto Regulamentar do MNE), com as sucessivas alterações a que foi sujeito.

O novo diploma procurou consagrar um conjunto de regras que permitisse compatibilizar as exigências do serviço público, a necessidade de uma crescente profissionalização e especialização dos funcionários diplomáticos, a transparência na gestão dos recursos humanos; procurou também salvaguardar os legítimos interesses dos funcionários de forma a permitir ao MNE levar a cabo de forma mais eficaz a defesa dos interesses do Estado no estrangeiro, como no preâmbulo se definia.

Para a elaboração deste diploma foi ouvida a Associação Sindical dos Diplomatas portuguesa, que entretanto se havia constituído.

Uma das alterações efectuadas neste novo diploma refere-se às categorias da carreira diplomática que eram as seguintes: Embaixador; Ministro Plenipotenciário de 1ª classe; Ministro Plenipotenciário de 2ª classe; Conselheiro de embaixada; Primeiro-secretário de embaixada; Segundo-secretário de embaixada; Terceiro-secretário de embaixada e Adido de embaixada e que passaram a ser as seguintes categorias: Embaixador; Ministro Plenipotenciário; Conselheiro de embaixada; Secretário de embaixada e Adido de embaixada.

No entanto, a progressão processava-se dentro de cada categoria pela passagem ao escalão imediato, após a permanência de três anos de serviço efectivo, ou seja, só poderiam apresentar-se a concurso de acesso à categoria de Conselheiro de embaixada os Secretários de embaixada que tivessem cumprido nove anos de serviço efectivo na categoria, o que acabava por corresponder à categoria de Primeiro-secretário de embaixada no anterior diploma. O mesmo acabava por acontecer com a categoria de Ministro Plenipotenciário que só poderia dar acesso à categoria de Embaixador se os titulares tivessem cumprido três anos de serviço na respectiva categoria, o que equivalia a Ministro Plenipotenciário de 1ª classe.

Outra alteração relevante, que se verificou com este Decreto-lei, foi o facto de deixar de ser obrigatório para os Primeiros-secretários de embaixada, com mais de dez anos de serviço e de três na categoria, apresentarem-se a concurso para a passagem à categoria de Conselheiro de embaixada.

O Decreto-lei 79/92, de 6 de Maio, foi o Diploma que definiu pela primeira vez de forma sistemática os mecanismos de funcionamento da carreira diplomática. Contudo, a prática decorrente da sua vigência aconselhou a que se procedesse ao aperfeiçoamento e a ajustamentos de alguns normativos nele contidos. Surge por esse facto, um novo diploma Orgânico do MNE promulgado pelo Decreto-lei nº 48/94 de 24 de Fevereiro, que veio substituir a Lei Orgânica do MNE aprovada em 1985 (Decreto-lei nº 529 de 31 de Dezembro).

Este terceiro diploma esteve na base da promulgação do Decreto-lei nº 40-A/98 de 27 de Fevereiro, que revogou o Decreto-lei nº 79/92 de 6 de Maio e é a que permanece em vigor até final do período em análise.

As alterações visadas por este novo diploma tinham por objectivo, como refere o preâmbulo, por um lado, facilitar a gestão dos recursos humanos com condicionalismos específicos e, por outro, salvaguardar os legítimos interesses dos funcionários, à qual é exigido um elevado sentido de responsabilidade na defesa dos interesses do Estado no estrangeiro.

Neste novo diploma, tal como no anterior, as diversas categorias de Secretários de embaixada não são especificados (1º, 2º e 3º) assim como as categorias de Ministro Plenipotenciário (1ª e 2ª classe); no entanto menciona-se o número de anos que será necessário permanecer em cada categoria para se poder aceder à seguinte nos casos de concurso ou promoção.

A progressão da carreira diplomática rege-se pelo disposto no Decreto-lei nº 40-A/98 de 27 de Fevereiro e é processada do seguinte modo: os candidatos aprovados no concurso de ingresso são nomeados provisoriamente pelo período de dois anos como Adidos de embaixada, sendo obrigatório frequentarem um curso de formação diplomática; os que forem considerados aptos após este período serão nomeados definitivamente como Secretários de embaixada. Nesta categoria existem três níveis, Terceiro, Segundo e Primeiro-secretário de embaixada e a progressão é feita por antiguidade. O acesso a Conselheiro de embaixada é feito através de um concurso interno aberto a todos os Secretários de embaixada no activo com oito anos de serviço na respectiva categoria, o que equivale à anterior categoria de Primeiro-secretário de

embaixada. O acesso à categoria de Ministro Plenipotenciário é aberto a todos os Conselheiros de embaixada com três anos de serviço efectivo na categoria, sendo porém necessária uma proposta do Conselho Diplomático e a sua posterior ratificação pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. O topo da carreira diplomática, ou seja, a categoria de Embaixador é aberto a todos os Ministros Plenipotenciários que tenham cumprido quatro anos de serviço na respectiva categoria (o que equivale à anterior categoria de Ministro Plenipotenciário de 1ª Classe) e com um mínimo de oito anos nos serviços externos, sendo obtido por nomeação ministerial. Tanto as promoções que não dependam de concurso, como as nomeações são efectuadas tendo em conta o mérito e as qualidades do funcionário e dos serviços prestados, para além de outros critérios essenciais, como a formação académica, o perfil do funcionário no seu conjunto, assim como outras características consideradas relevantes para a respectiva categoria e só poderão ter lugar quando se verificar a existência de vagas.

A título excepcional, e por Resolução do Conselho de Ministros, a chefia de uma missão diplomática ou de uma representação permanente poderá ser confiada a individualidades não pertencentes ao quadro diplomático, cujas qualificações as recomendem de forma especial para o exercício de tais funções em determinados postos. Estas nomeações estão previstas na Constituição da República Portuguesa e na Lei. (Artigo 42º do Decreto-lei nº 40-A/98 de 27 de Fevereiro).

Estas individualidades exercem as suas funções em regime de comissão de serviço, fora do quadro do pessoal diplomático, e é-lhes aplicado, enquanto durarem essas funções, o regime de direitos e deveres iguais aos dos funcionários diplomáticos de carreira. São os designados embaixadores políticos.

CAPÍTULO III

3. AS TRANSFORMAÇÕES DETECTADAS: ABORDAGEM ESTATÍSTICA

A informação factual recolhida nas várias fontes é de tal modo vasta que se torna impossível compreender algumas particularidades das alterações verificadas sem procedermos ao seu tratamento estatístico, e à sua representação tabelar e gráfica.

De modo a compreendermos a forma como as mulheres se interessaram pela carreira diplomática a partir do momento em que lhes foi facultado o acesso, começámos por estudar os concursos e a evolução das candidaturas. Em seguida estudámos a evolução das admissões, procedendo à comparação por género.

Porque nem todos os embaixadores são de carreira, procedemos ao estudo comparativo, por género, da quantidade de embaixadores políticos e de carreira, complementando desta forma o restante estudo estatístico baseado apenas nos diplomatas de carreira.

Foi também estudada a evolução ao longo da carreira diplomática, por género.

Para melhor entendimento dos factores associados às eventuais diferenças de género, nomeadamente nas admissões e na evolução na carreira, procedemos também ao estudo das habilitações académicas dos diplomatas. Este estudo apenas contemplou os diplomatas admitidos.

De modo a melhorar a compreensão sobre a taxa de candidatos admitidos por género, teria sido útil proceder ao estudo estatístico das habilitações académicas de todos os candidatos, mas não tivemos acesso a essa informação.

Por último, complementámos a análise através da auscultação às próprias diplomatas, de modo a recolher a sua própria percepção sobre o tema em estudo.

3.1 Os concursos de acesso à carreira diplomática (1974-1998)

A análise efectuada reporta-se a aos concursos externos para acesso à carreira diplomática que, no âmbito temporal do presente estudo, deram origem à entrada das primeiras mulheres na carreira diplomática.

O primeiro concurso a que as mulheres tiveram oportunidade de concorrer foi aberto a 13 de Novembro de 1974 e o último concurso referido no Anuário de 2004 é o de 31 de Dezembro de 1998.

De modo a garantir que a comparação entre o acesso e evolução na carreira diplomática de homens e mulheres é feita para condições iguais, todo o estudo contempla exclusivamente diplomatas que acederam à carreira diplomática após 13 de Novembro de 1974.

Como se poderá verificar no quadro nº 1, que apresenta o número de candidaturas e admissões, por género, em cada um dos concursos, ocorreram ao longo do período em análise alterações significativas.

QUADRO nº 1

CONCURSOS EXTERNOS DE ACESSO À CARREIRA DIPLOMÁTICA (1974/1998) DO MNE									
Ano de Concurso	Total/Concorrentes	Homens				Mulheres			
		Concorreu	%	Entrou	%	Concorreu	%	Entrou	%
31/Janeiro/74 *				14				0	
13/Novembro/74	131	98	75	32	32,7	33	25	11	33,3
20/Julho/78	264	194	73	22	11,3	70	27	4	5,7
18/Janeiro/80	104	80	77	21	26,3	24	23	8	33,3
18/Março/83	354	242	68	39	16,1	112	32	12	10,7
11/Setembro/86	601	337	56	24	7,1	264	44	7	2,7
31/Dezembro/87 *				18				2	
24/Dezembro/88	201	107	53	10	9,3	94	47	7	7,4
30/Dezembro/89	231	117	51	23	19,7	114	49	4	3,5
18/Março/91	375	185	49	7	3,8	190	51	7	3,7
30/Agosto/91	508	229	45	13	5,7	279	55	9	3,2
11/Julho/94	478	204	43	8	3,9	274	57	7	2,6
27/Maio/95	752	290	39	19	6,6	462	61	20	4,3
05/Junho/97	993	363	37	25	6,9	630	63	10	1,6
31/Dezembro/98	2091	739	35	22	3,0	1352	65	17	1,3
TOTAL				297				125	

* Neste concurso as mulheres ainda não tinham acesso à carreira diplomática. Os homens admitidos entraram só em 1975, juntamente com as primeiras mulheres.

* Neste concurso as listas foram afixadas no edifício do MNE em 03/03/1988

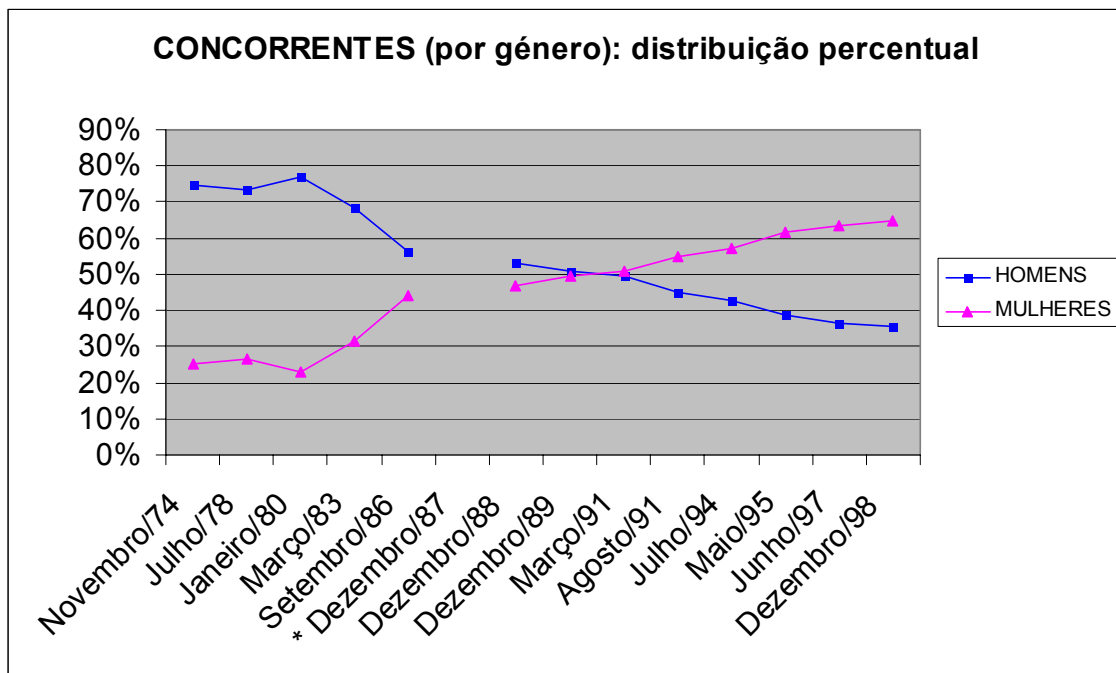
Fonte: *Diários do Governo de 1974 e 1975 e Diários da República de 1978 a 1998. Anuário Diplomático e Consular Português*, referido a 31 de Março de 2004

• **EVOLUÇÃO DAS CANDIDATURAS**

Logo que o direito de acesso à carreira diplomática foi alargado às mulheres, estas abraçaram a oportunidade, começando por representar 25% do total de candidatos no primeiro concurso a que tiveram acesso em 13 de Novembro de 1974.

O gráfico nº 1 ilustra a evolução percentual das candidaturas por género.

GRÁFICO nº 1



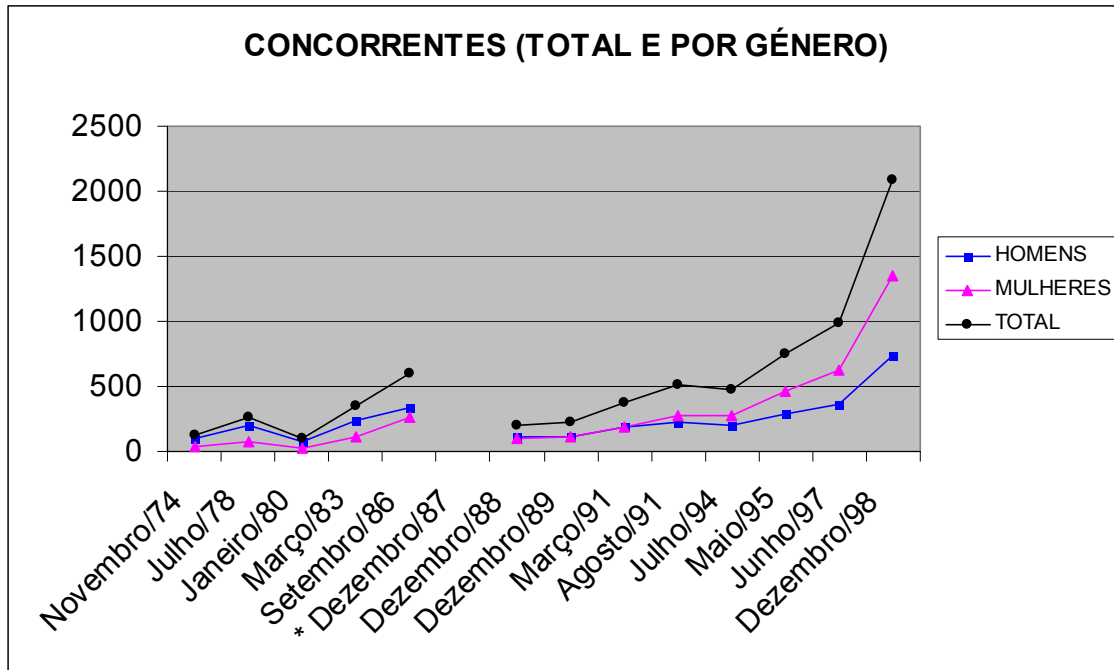
* Sem elementos: cf.p. 59, quadro nº 1

Com excepção de uma ligeira descida para 23% no concurso de 18 de Janeiro de 1980, a percentagem de candidaturas femininas tem aumentado sempre. A partir do concurso de 18 de Março de 1991, em que atingiu 51%, a quantidade de mulheres candidatas à carreira diplomática passou a ser superior à dos homens, e em 31 de Dezembro de 1998 já 65% das candidaturas eram femininas, enquanto que apenas 35% dos candidatos eram homens.

Esta evolução revela uma grande apetência das mulheres para concorrerem à carreira diplomática, ultrapassando largamente os homens.

O gráfico nº 2 representa a evolução do número total de candidaturas por género.

GRÁFICO nº 2



* Sem elementos: cf.p. 59, quadro nº 1

Podemos assim verificar que de 13 de Janeiro de 1974 até 30 de Dezembro de 1989 concorreram sempre mais homens do que mulheres, sendo também por isso normal a entrada de mais elementos masculinos do que femininos na carreira diplomática.

Nos concursos de 24 de Dezembro de 1988, 30 de Dezembro de 1989 e 18 de Março de 1991, apesar do número de concorrentes de cada género ser quase igual, começa já a delinear-se um padrão que se tornará mais expressivo nos anos seguintes, em que o número dos concorrentes femininos irá superar largamente o número de concorrentes masculinos.

Seria interessante comparar o interesse das mulheres nesta carreira com o interesse de outras mulheres em profissões tradicionalmente masculinas, e verificar se estas teriam adoptado com tanta vontade outras carreiras profissionais como as mulheres na carreira diplomática, mas não é esse o âmbito do presente estudo.

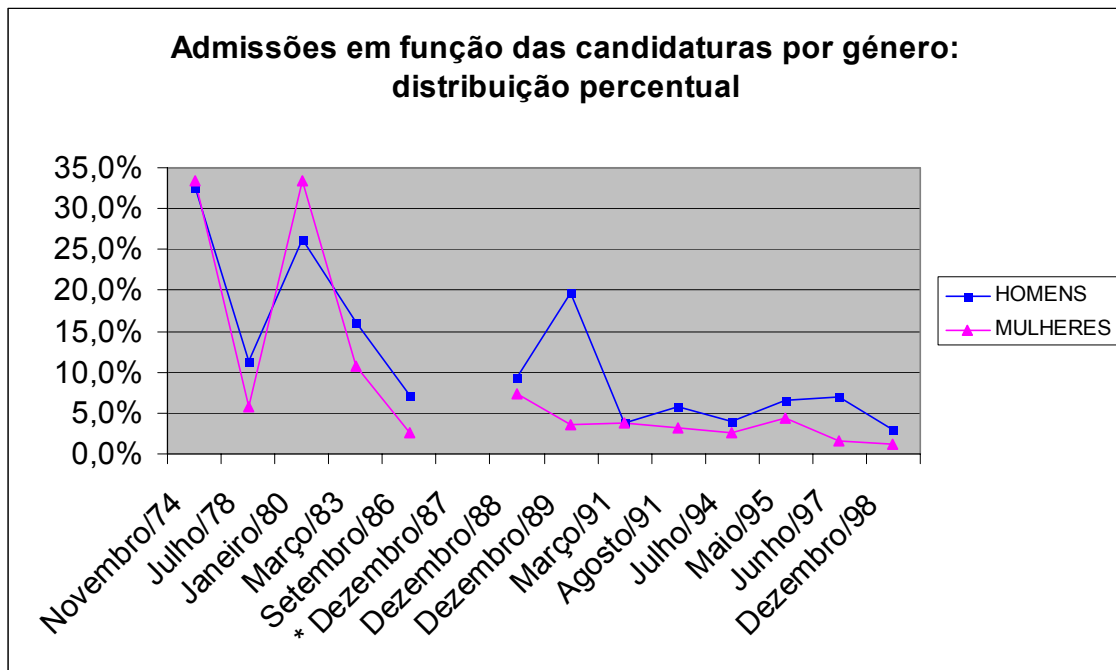
• **EVOLUÇÃO DAS ADMISSÕES**

A evolução da quantidade de mulheres admitidas em cada concurso não apresenta um padrão uniforme, e directamente relacionável com a evolução do número de candidaturas.

Nos primeiros concursos, a percentagem de admissões relativamente ao número de concorrentes, oscilou de forma semelhante para os homens e para as mulheres, parecendo querer revelar um padrão de variação aleatório mas sem preponderância de género. É mesmo curioso que no primeiro concurso se tenha verificado um quase exacto “emparelhamento” da percentagem de admissões de mulheres relativamente ao número de candidatas (33,3%) com a percentagem de admissões de homens relativamente ao número de candidatos (32,7%), fenómeno que acreditamos tenha sido resultado de uma forte intenção de demonstrar a igualdade de oportunidades assegurada pela nova legislação.

O gráfico nº 3 representa a evolução da percentagem de admissões relativamente ao número de candidaturas de cada género.

GRÁFICO nº 3

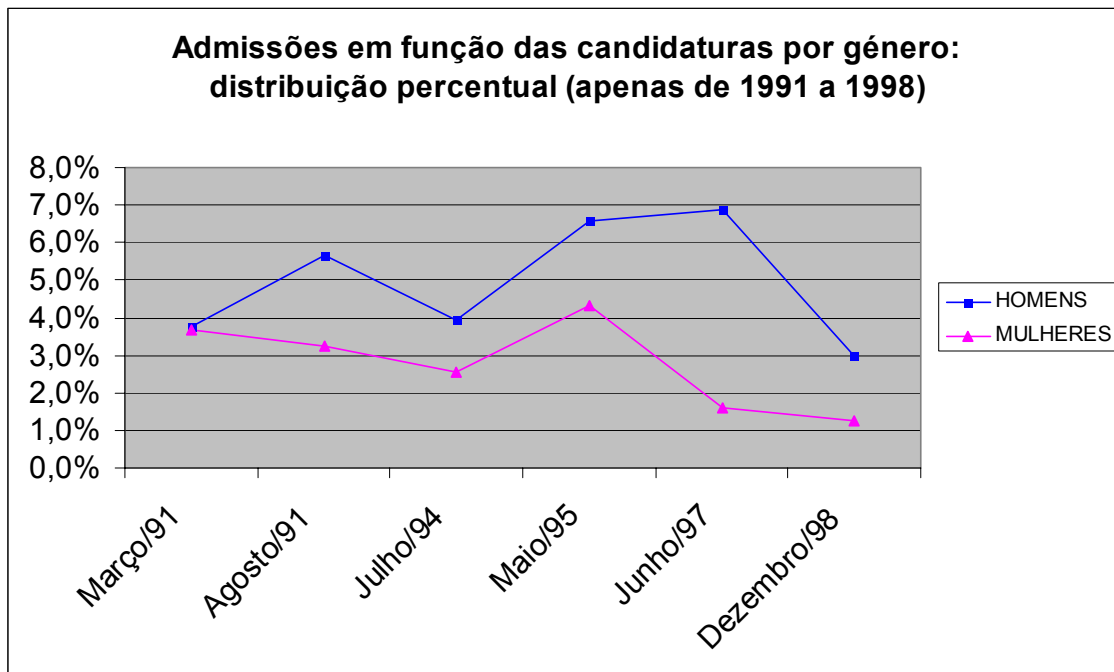


* Sem elementos: cf.p. 59, quadro nº 1

A partir do concurso de 18 de Março de 1983, verifica-se que a percentagem de mulheres admitidas é sempre inferior à percentagem de homens admitidos. Desde então, é notável uma forte redução da percentagem de mulheres admitidas, de tal forma que, apesar do aumento de candidaturas, acaba por constatar-se uma redução do número de admissões femininas. Esta tendência atinge o auge no concurso de 31 de Dezembro de 1987, altura em que são admitidos dezoito homens e apenas duas mulheres. Lamentavelmente não tivemos acesso às listas de candidatos deste concurso (que não foram publicadas no *Diário da República*, tendo apenas sido afixadas no MNE), facto que nos impossibilitou de conhecer o número total de candidatos e de calcular a percentagem de admissões por género.

Vale a pena estudar em pormenor o que se passa nos anos mais recentes do período em análise. O gráfico nº 4, que representa a evolução da percentagem de admissões de 1991 até 1998, revela que a percentagem de mulheres admitidas é largamente inferior à dos homens.

GRÁFICO nº 4



Assim, embora o facto de haver mais mulheres a concorrer nos conduzir naturalmente à expectativa de um maior número de admissões de mulheres do que de homens, o que se verifica é o contrário.

Estamos sem dúvida perante um fenómeno de insucesso das mulheres no momento do acesso à carreira diplomática, em comparação com os homens. Este fenómeno, inexistente durante os primeiros cerca de oito anos que se seguiram à abertura da carreira diplomática às mulheres, aumentou de forma muito clara no final do período em análise. A análise das razões que estarão na base deste insucesso das mulheres só poderia ser levada a cabo com base em informações sobre todos os candidatos, nomeadamente habilitações académicas, a que não tivemos acesso.

Mais adiante, quando fizermos a análise das habilitações literárias para a evolução da carreira poderemos verificar o nível académico dos diplomatas, por género, tentando inferir sobre o nível académico do universo de candidatos.

Passamos em seguida à análise das admissões, estando evidenciada no quadro nº 2 a percentagem de homens e de mulheres em relação ao total de admitidos.

QUADRO nº 2

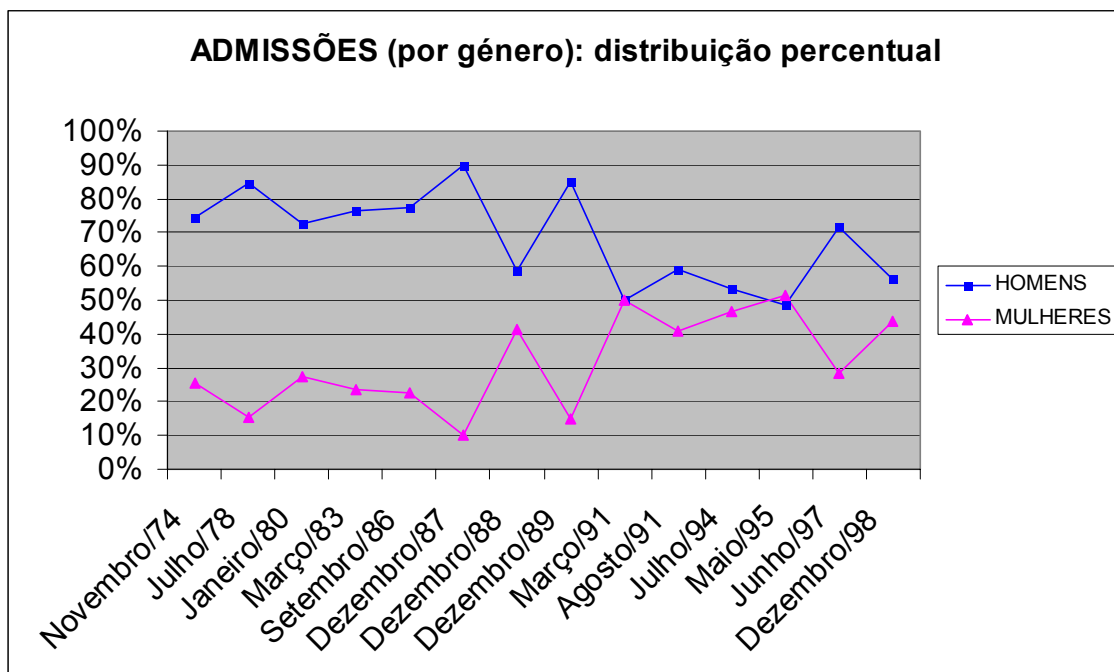
DISTRIBUIÇÃO DAS ADMISSÕES POR GÉNERO

CONCURSO	ADMISSOES				
	total	homens		mulheres	
	[nº]	[nº]	[%]	[nº]	[%]
13 de Novembro de 1974	43	32	74	11	26
20 de Julho de 1978	26	22	85	4	15
18 de Janeiro de 1980	29	21	72	8	28
18 de Março de 1983	51	39	76	12	24
11 de Setembro de 1986	31	24	77	7	23
31 de Dezembro de 1987 *	20	18	90	2	10
24 de Dezembro de 1988	17	10	59	7	41
30 de Dezembro de 1989	27	23	85	4	15
18 de Março de 1991	14	7	50	7	50
30 de Agosto de 1991	22	13	59	9	41
11 de Julho de 1994	15	8	53	7	47
27 de Maio de 1995	39	19	49	20	51
5 de Junho de 1997	35	25	71	10	29
31 de Dezembro de 1998	39	22	56	17	44

Fonte: *Diários do Governo de 1974 e 1975 e Diários da República de 1978 a 1998. Anuário Diplomático e Consular Português*, referido a 31 de Março de 2004
 * Neste concurso as listas foram afixadas no edifício do MNE em 03/03/1988

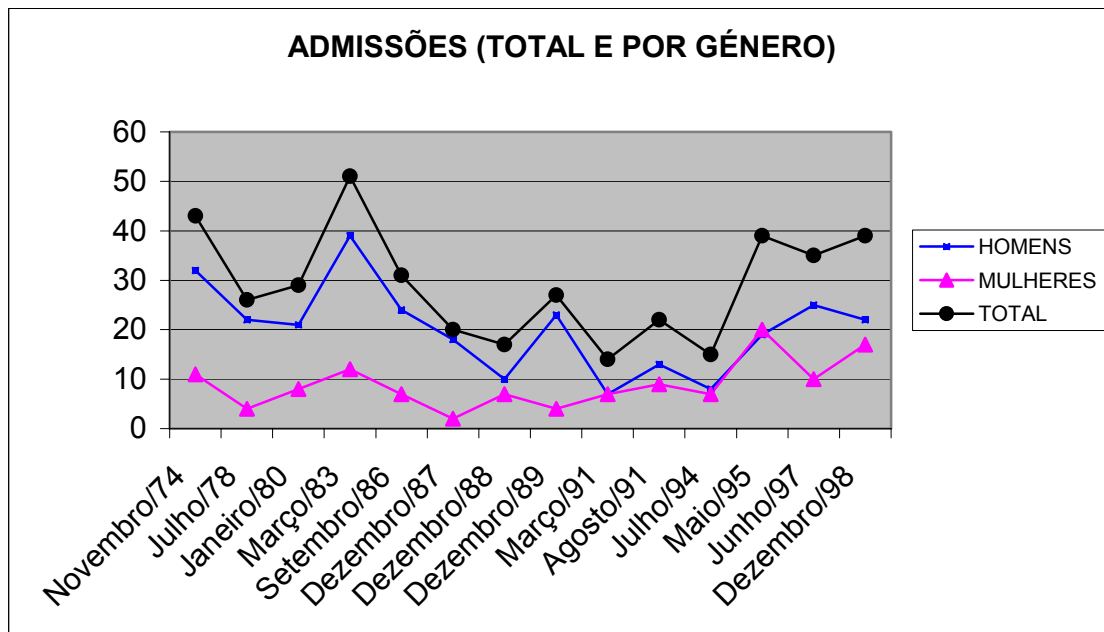
O gráfico nº 5 ilustra a evolução da relação percentual entre homens e mulheres admitidos na sequência de cada concurso, permitindo observar que sistematicamente são admitidos mais homens do que mulheres, excepto em Março de 1991 e em Maio de 1995.

GRÁFICO nº 5



O número de admissões, total e por género, encontra-se ilustrado no gráfico nº 6. É interessante comparar este com a evolução do número total de concorrentes representada no gráfico nº 2.

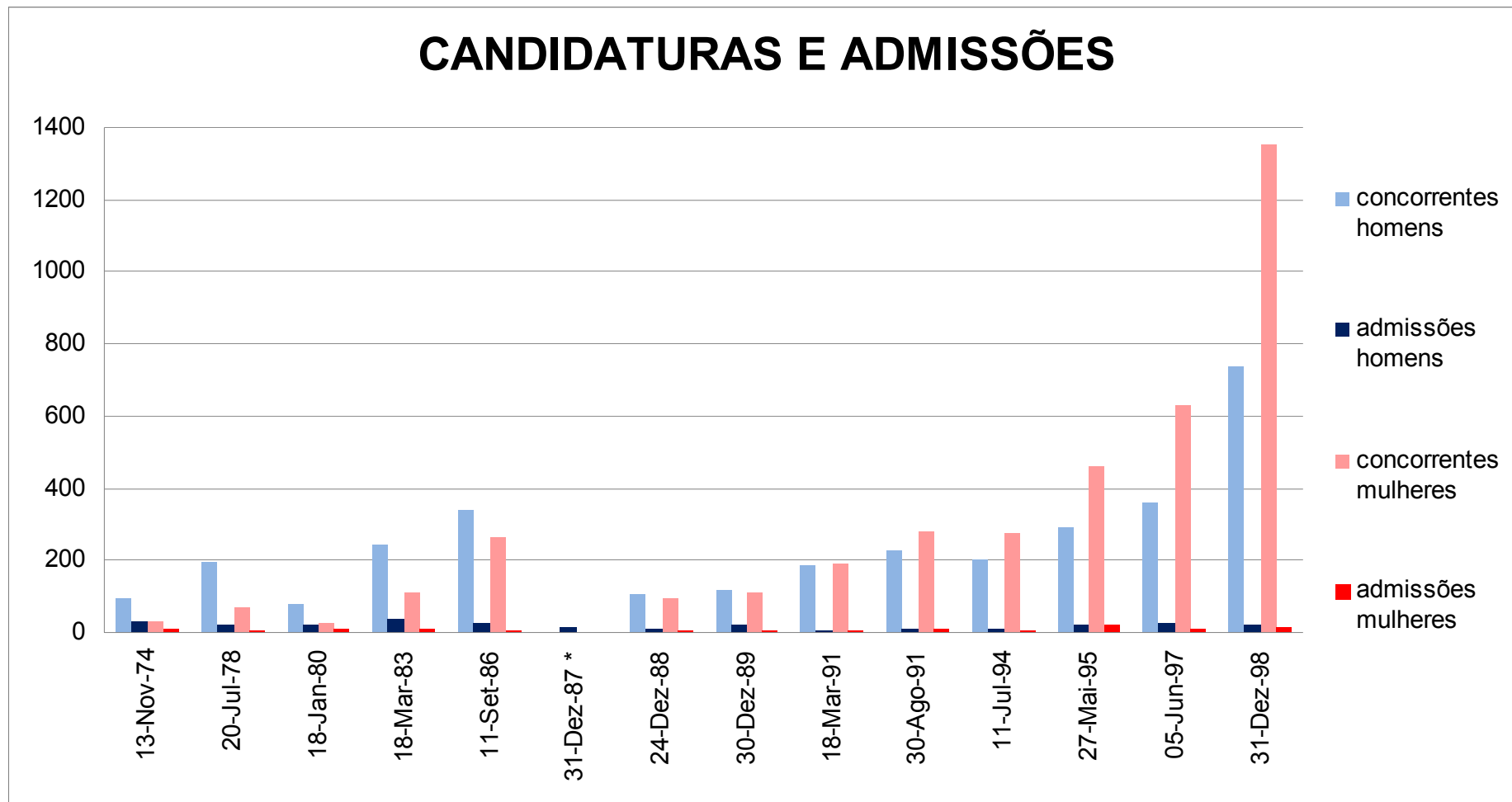
GRÁFICO nº 6



Relativamente à admissão na carreira diplomática de elementos masculinos e femininos, verifica-se uma grande disparidade na evolução da razão entre as candidaturas e as admissões. Exceptuando dois concursos, o número de homens que entraram na carreira diplomática foi sempre superior ao número de mulheres. As excepções verificaram-se no concurso de 18 de Março de 1991, em que entrou a mesma quantidade de homens e mulheres (7) e no concurso de 27 de Maio de 1995, em que entrou mais uma mulher (20) comparativamente ao número de homens (19).

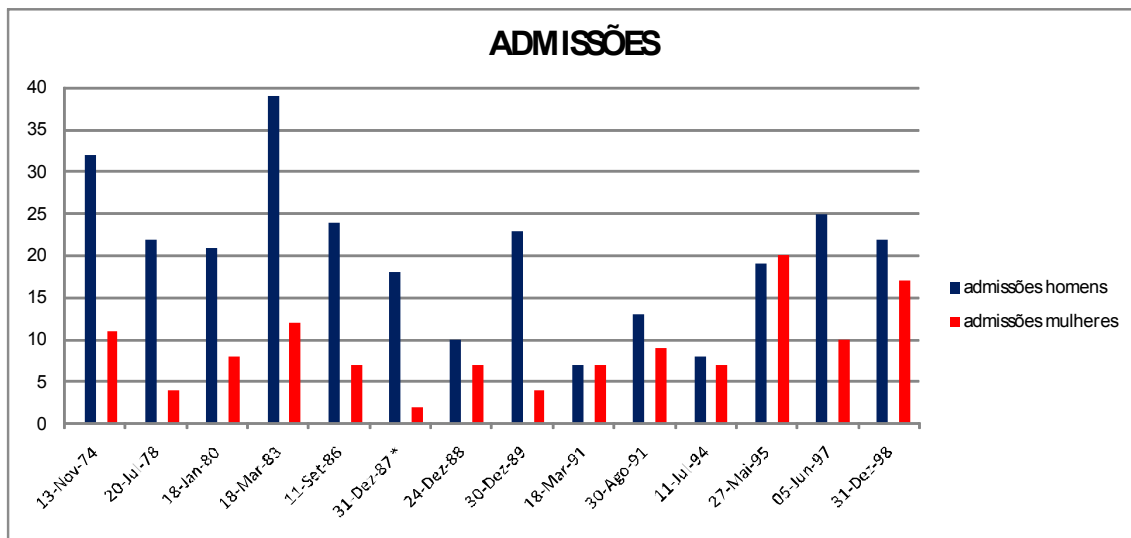
O gráfico nº 7 evidencia o grande aumento de candidaturas femininas nos concursos mais recentes, que atinge quase o dobro das candidaturas masculinas, permitindo também verificar que se mantém o pequeno número de admissões, situação que naturalmente dará origem a uma grande competitividade no momento da admissão na carreira.

GRÁFICO nº 7



Evidenciando a evolução entre as admissões, por género, o gráfico nº 8 deve ser comparado com o anterior. Desta forma, torna-se evidente que nos últimos concursos a quantidade de mulheres admitidas é inferior à de homens, apesar de aquelas concorrerem em muito maior número.

GRÁFICO nº 8



Em síntese, poderemos dizer que, embora o número de mulheres que concorrem tenha aumentado na década de noventa do século XX, o certo é que a proporção de mulheres que entram na carreira diplomática (em função ao número das que concorrem) continua sempre a ser menor do que a proporção nos homens. Este fenómeno, devido ao seu carácter sistemático e enorme disparidade de sucesso entre géneros que representa no momento de acesso à carreira diplomática, mereceria uma análise mais profunda, com o objectivo de identificar as suas causas. Infelizmente, essa análise só poderia ser realizada com base em informação sobre o perfil dos candidatos, nomeadamente ao nível da formação académica, a que não tivemos acesso.

3.2 Diplomatas de carreira e embaixadores de nomeação política

A partir dos elementos recolhidos nos Anuários diplomáticos do período em análise foi possível tornar visíveis dois aspectos relevantes para o nosso estudo, que consistem na evolução ao longo da carreira diplomática e nas habilitações literárias.

Um aspecto bem visível, e que muito contribuiu para nos levar a realizar o presente estudo, foi o facto de se constatar que durante o período em análise nenhuma mulher ter acedido à categoria de topo. O quadro nº 3, que apenas contempla diplomatas que acederam à carreira após 1974, permite verificar que até 2004 nenhuma mulher tinha atingido o topo da carreira, embora algumas já desempenhassem as funções de embaixadora, por nomeação política ou por terem recebido credenciais de embaixadora.

QUADRO nº 3

ACESSO À CATEGORIA (DIPLOMATAS ADMITIDOS APÓS 1974)

	EMBAIXADORES			
	DE CARREIRA	DE NOMEAÇÃO POLÍTICA	DE CARREIRA COM CREDENCIAIS	TOTAL
MULHERES	0	2	6	8
HOMENS	4	15	29	48
Total:				56

Fonte: *Anuários Diplomático e Consular Português: 1979 a 2004*

3.3 Progressão na carreira diplomática

O quadro nº 4 resume toda a informação relativa à progressão na carreira dos diplomatas que entraram desde 1975 até 2004.

QUADRO nº 4

QUADRO COMPARATIVO DA PROGRESSÃO NA CARREIRA (1975-2004)
(SÓ PESSOAL DE CARREIRA)

CATEGORIAS:		Adido		3º Secretário de embaixada		2º Secretário de embaixada		1º Secretário de embaixada		Conselheiro de embaixada		Ministro plenipotenciário de 2ª classe		Ministro plenipotenciário de 1ª classe		Embaixador		
		total	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
MULHERES	1979	11	-	-	10	90,9	1	9,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1981	22	11	50,0	3	13,6	8	36,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1988	42	6	14,3	4	9,5	25	59,5	7	16,7	-	-	-	-	-	-	-	-
	1990	45	9	20,0	3	6,7	25	55,6	8	17,8	-	-	-	-	-	-	-	-
	1993	72	31	43,1	8	11,1	15	20,8	15	20,8	3	4,2	-	-	-	-	-	-
	1996	99	58	58,6	5	5,1	7	7,1	2	2,0	25	25,3	2	2,0	-	-	-	-
	2000	126	19	15,1	35	27,8	18	14,3	24	19,0	23	18,3	5	4,0	2	1,6	-	-
2004	125	1	0,8	18	14,4	31	24,8	44	35,2	18	14,4	5	4,0	8	6,4	-	-	
HOMENS	1979	43	1	2,3	21	48,8	21	48,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1981	83	37	44,6	7	8,4	39	47,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1988	153	25	16,3	25	16,3	67	43,8	36	23,5	-	-	-	-	-	-	-	-
	1990	169	41	24,3	23	13,6	66	39,1	39	23,1	-	-	-	-	-	-	-	-
	1993	222	56	25,2	43	19,4	49	22,1	55	24,8	19	8,6	-	-	-	-	-	-
	1996	222	61	27,5	35	15,8	29	13,1	7	3,2	72	32,4	18	8,1	-	-	-	-
	2000	298	26	8,7	53	17,8	26	8,7	72	24,2	84	28,2	16	5,4	21	7,0	-	-
2004	297	7	2,4	22	7,4	50	16,8	77	25,9	79	26,6	23	7,7	35	11,8	4	1,3	

Fonte: *Anuários Diplomático e Consular Português: 1979 a 2004*

Os gráficos nº 9 e 10 representam a percentagem de diplomatas que em cada Anuário surge em cada uma das categorias.

GRÁFICO nº 9

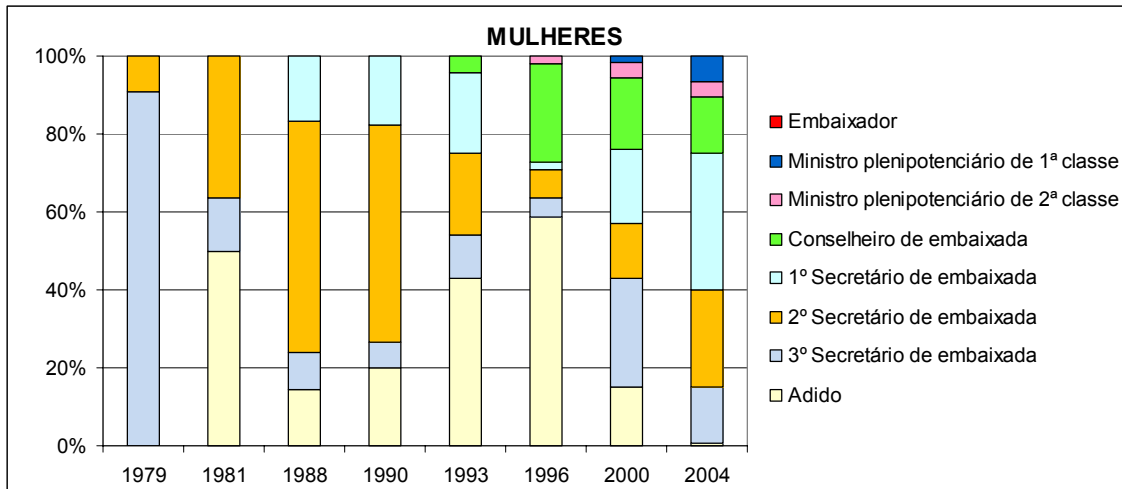
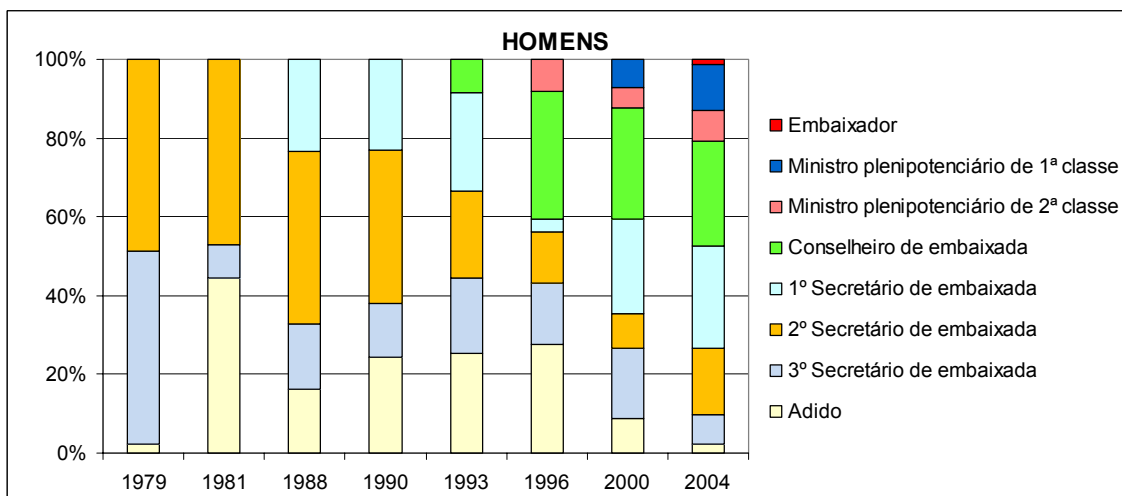


GRÁFICO nº 10



A situação no final do período em estudo, reportada no Anuário de 2004, encontra-se resumida no quadro nº 5, onde sai realçado o facto de nenhuma mulher ter atingido a categoria de topo – embaixadora.

QUADRO nº 5

Quadro Comparativo – Valores Absolutos (só pessoal de carreira)

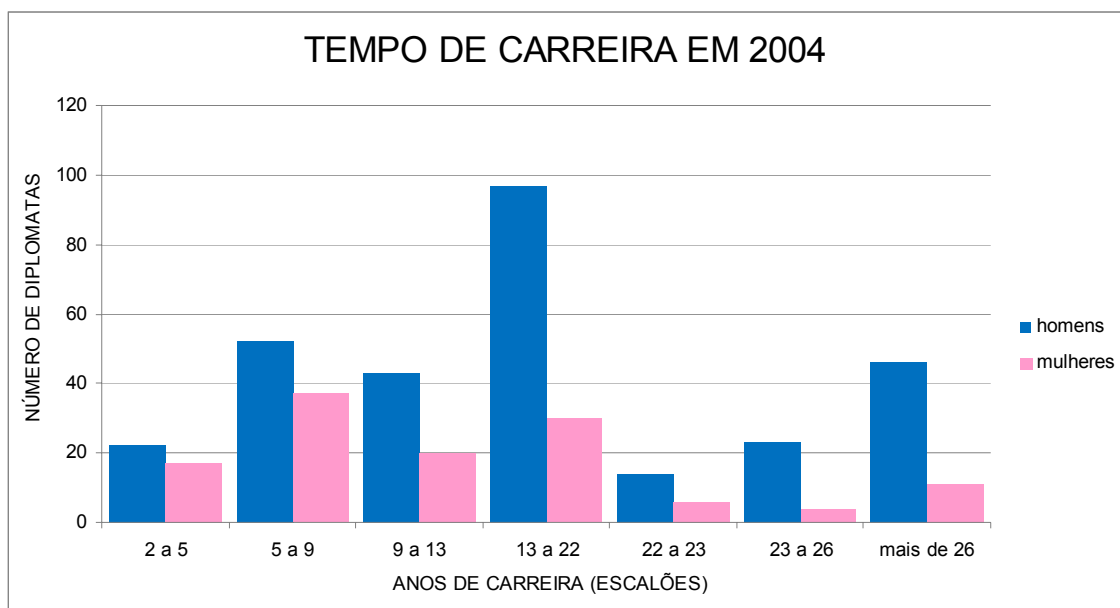
CATEGORIAS:		Adido de embaixada	3º Secretario	2º Secretario	1º Secretario	Conselheiro	Ministro Plenipotenciário de 2ª classe	Ministro Plenipotenciário de 1ª classe	Embaixador
MULHERES	Tempo médio [anos] desde adido de embaixada para atingir cada categoria:	---	2,2	4,7	9,2	13,4	21,1	22,9	----
	Número de pessoas que atingiram a categoria:	125	90	85	61	30	13	8	0
HOMENS	Tempo médio [anos] desde adido de embaixada para atingir cada categoria:	---	2,2	4,3	9,2	13,4	20,2	23,1	26,5
	Número de pessoas que atingiram a categoria:	297	188	191	172	141	57	39	4

Fonte: *Anuários Diplomático e Consular Português: 1979 a 2004*

Verifica-se, assim, que o tempo médio de serviço, desde o acesso à carreira diplomática até que se atinge cada uma das categorias, não apresenta diferenças significativas em função do género. Pode assim concluir-se que, após a fase de acesso, não é identificável uma discriminação em função do género durante a evolução ao longo da carreira diplomática.

Uma vez que o tempo de carreira constitui um requisito indispensável ao acesso às categorias mais elevadas, estudámos o tempo de carreira, por escalões, dos diplomatas à data do Anuário de 2004, podendo a diferença entre géneros relativamente a este requisito ser observada no gráfico nº 11.

GRÁFICO nº 11



Verifica-se assim que há muito mais homens do que mulheres nos escalões com mais anos de carreira, o que pode constituir uma explicação para a menor ocorrência de mulheres nas categorias superiores.

Tendo em conta, que desde o início da década de noventa do século XX a quantidade de mulheres que se candidatam é sempre superior à de homens, caso o sucesso no acesso à carreira fosse independente do género, deveria haver em 2004 mais mulheres do que homens nos escalões com tempo de carreira inferior a catorze anos.

Torna-se claro, que o atraso verificado no acesso das mulheres aos escalões mais elevados da carreira diplomática resulta quase exclusivamente do insucesso que ocorre no momento do acesso à carreira. Este insucesso tem repercussões não só na quantidade de mulheres que integram a carreira diplomática, mas também numa mais lenta evolução do número de mulheres que atingem o tempo de serviço que, em termos médios, é necessário para permitir o acesso às categorias superiores.

Para a categoria de embaixadora, tendo em conta a existência de pouco mais de dez mulheres com o tempo de carreira correspondente, contra mais de quarenta homens nas mesmas condições, seria de esperar que aos quatro embaixadores de carreira se tivesse juntado já uma embaixadora. Embora este facto possa parecer constituir discriminação, devemos realçar que do ponto de vista estatístico não tem qualquer significado.

3.4 Evolução das habilitações académicas dos diplomatas de carreira

O quadro nº 6 resume toda a informação obtida através dos referidos Anuários sobre as habilitações académicas dos diplomatas que acederam à carreira entre 1975 e 2004. Fica assim em evidência que, apesar do menor número de mulheres relativamente aos homens na respectiva carreira, são elas que possuem uma maior percentagem de habilitações que conferem grau académico.

QUADRO nº 6

GRAU ACADÉMICO (SÓ PESSOAL DE CARREIRA)

GRAU ACADÉMICO:	LICENCIATURA		PÓS GRADUAÇÃO		MESTRADO		DOUTORAMENTO		OUTROS *		total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
MULHERES	1979	10	90,9	-	-	-	-	-	-	1	9,1	11
	1981	21	95,5	-	-	-	-	-	-	1	4,5	22
	1988	34	81,0	1	2,4	2	4,8	-	-	5	11,9	42
	1990	35	77,8	5	11,1	2	4,4	-	-	3	6,7	45
	1993	55	76,4	9	12,5	6	8,3	-	-	2	2,8	72
	1996	73	73,7	18	18,2	7	7,1	-	-	1	1,0	99
	2000	86	68,3	26	20,6	11	8,7	2	1,6	1	0,8	126
	2004	77	61,6	29	23,2	12	9,6	2	1,6	5	4,0	125
HOMENS	1979	40	93,0	-	-	-	-	-	-	3	7,0	43
	1981	76	91,6	-	-	-	-	-	-	7	8,4	83
	1988	134	87,6	4	2,6	3	2,0	-	-	12	7,8	153
	1990	141	83,4	7	4,1	6	3,6	1	0,6	14	8,3	169
	1993	189	85,1	20	9,0	6	2,7	3	1,4	4	1,8	222
	1996	189	85,1	19	8,6	8	3,6	3	1,4	3	1,4	222
	2000	233	78,2	37	12,4	22	7,4	4	1,3	2	0,7	298
	2004	224	75,4	37	12,5	21	7,1	3	1,0	12	4,0	297

Fonte: *Anuários Diplomático e Consular Português: 1979 a 2004*

* Habilitações que não conferem nem grau nem diploma académico

Os gráficos nº 12 e 13 representam em valor absoluto, as habilitações literárias dos homens e mulheres da carreira diplomática.

GRÁFICO nº 12

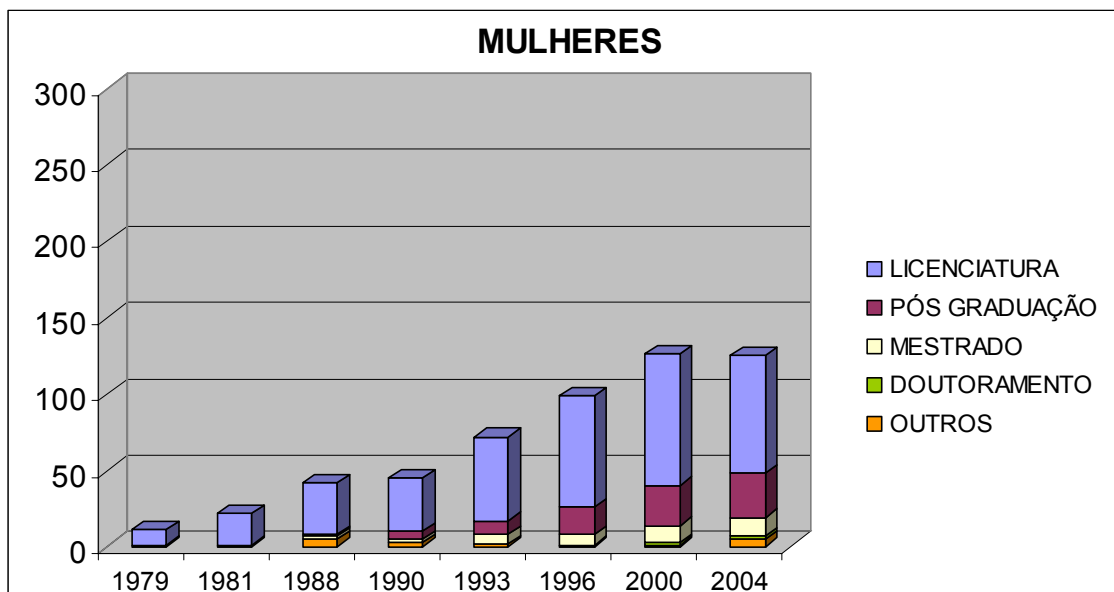
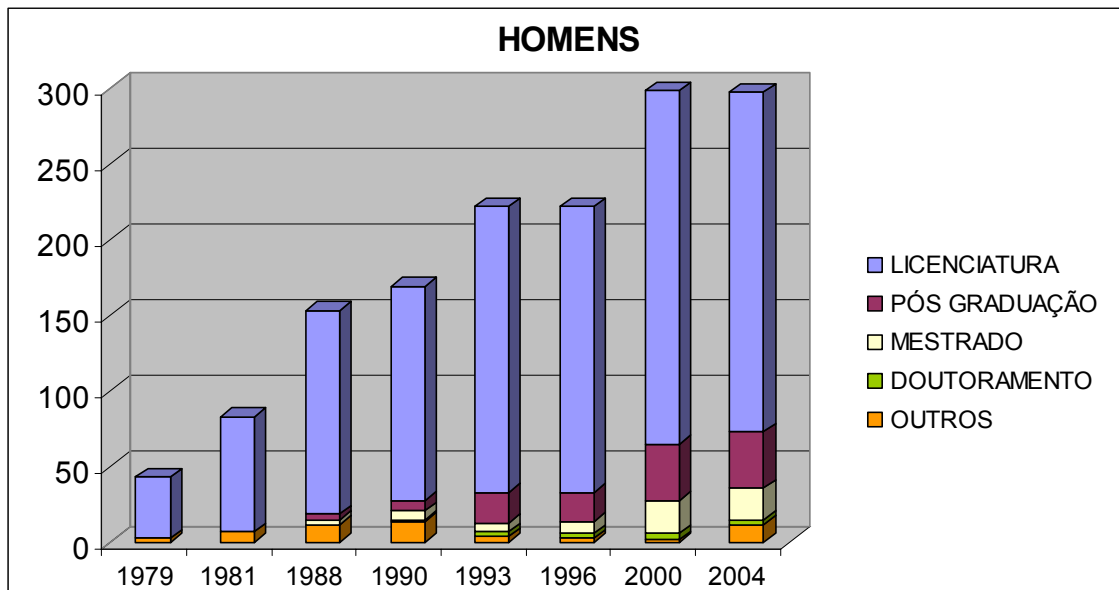


GRÁFICO nº 13



O facto de o número total de mulheres na carreira ser bastante inferior ao dos homens torna difícil comparar as habilitações literárias.

Porém, os gráficos nº 14 e 15, que representam a distribuição de habilitações literárias, em percentagem do total de diplomatas de cada género mencionados em cada Anuário, tornam visível o facto de as mulheres apresentarem habilitações superiores à simples licenciatura, numa percentagem bastante superior aos homens.

GRÁFICO nº 14

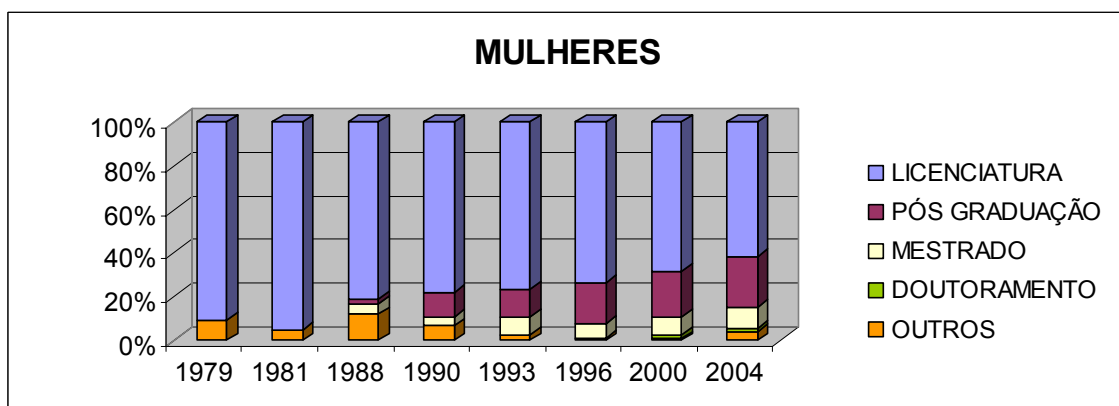
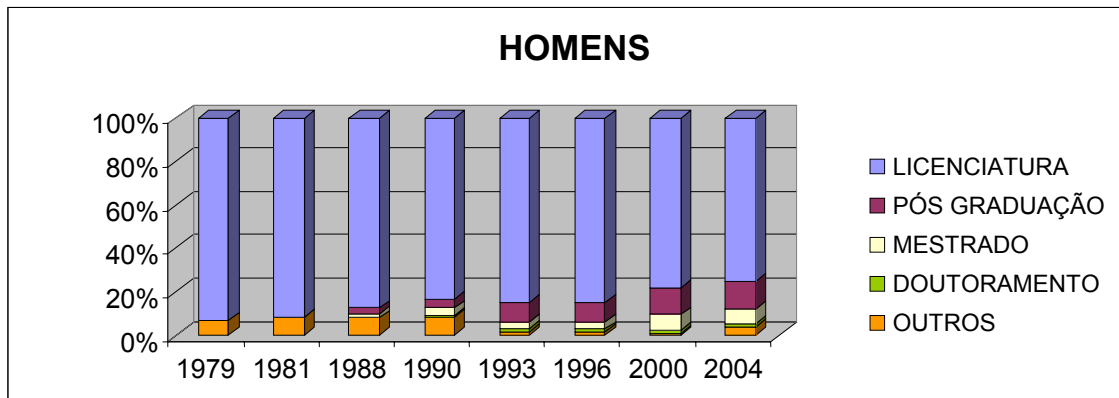


GRÁFICO nº 15



Para realçar a diferença, os gráficos nº 16 e 17 representam em gráfico circular a distribuição percentual das habilitações académicas mencionadas no *Anuário Diplomático e Consular Português* de 2004.

GRÁFICO nº 16

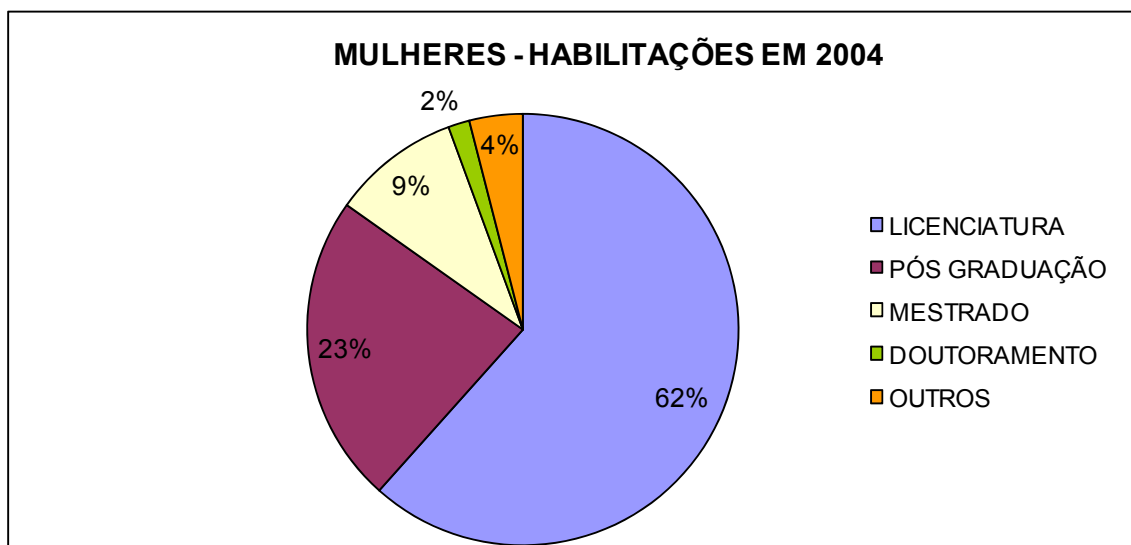
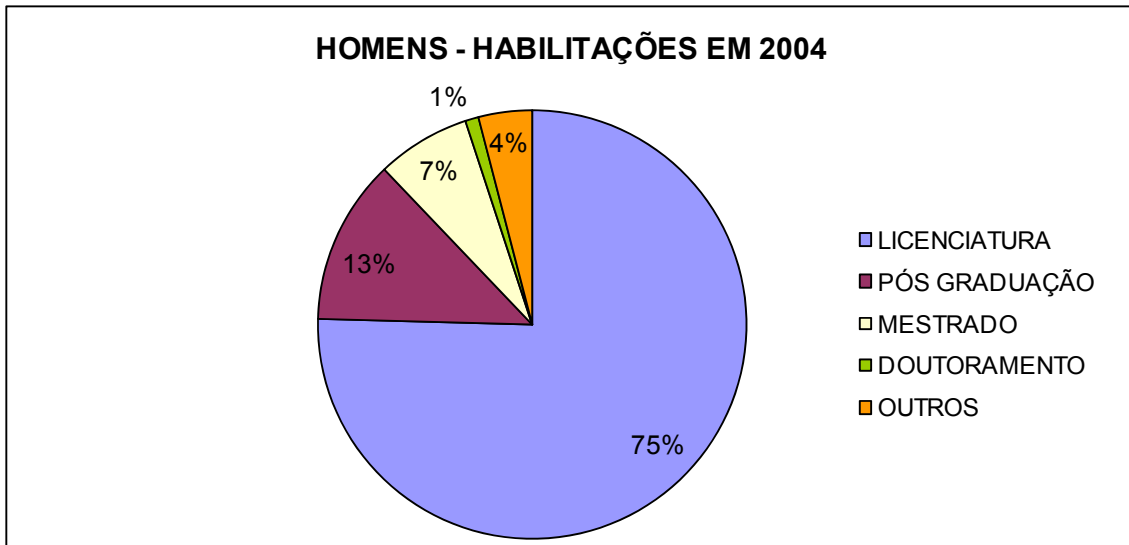


GRÁFICO n° 17



Desta forma torna-se possível quantificar a diferença de habilitações literárias, realçando facilmente os seguintes factos: apenas 62% das mulheres se limitavam à licenciatura, contra 75% dos homens; verificamos também que 23% das mulheres têm uma pós-graduação contra apenas 13% dos homens; relativamente a mulheres com o grau de mestre contam-se 9% ao passo que os homens com o mesmo grau ficam pelos 7%; no que se refere a doutoramentos a percentagem das mulheres com esse grau académico é de 2%, enquanto que apenas 1% dos homens obtiveram esse grau. Relativamente a outros estudos que não conferem diploma ou grau académico, a percentagem de 4% é a mesma para ambos os sexos.

Contudo, apesar de existir uma maior percentagem de mulheres com estudos académicos superiores, esse facto não terá sido relevante para a progressão na carreira, que depende essencialmente do tempo de serviço.

Tentámos também obter informações sobre a variável dos cursos que mais se destacaram para acederem à carreira diplomática no período de 1974 e 2004 e fazer um estudo comparativo com os dados fornecidos pelo artigo de Pedro Aires de Oliveira, para podermos verificar se houve mudanças significativas nos tipos de licenciatura mais utilizados pelos candidatos.

Os quadros n° 7 e 8 resumem a informação obtida através dos Anuários Diplomático e Consular do referido período.

QUADRO nº 7

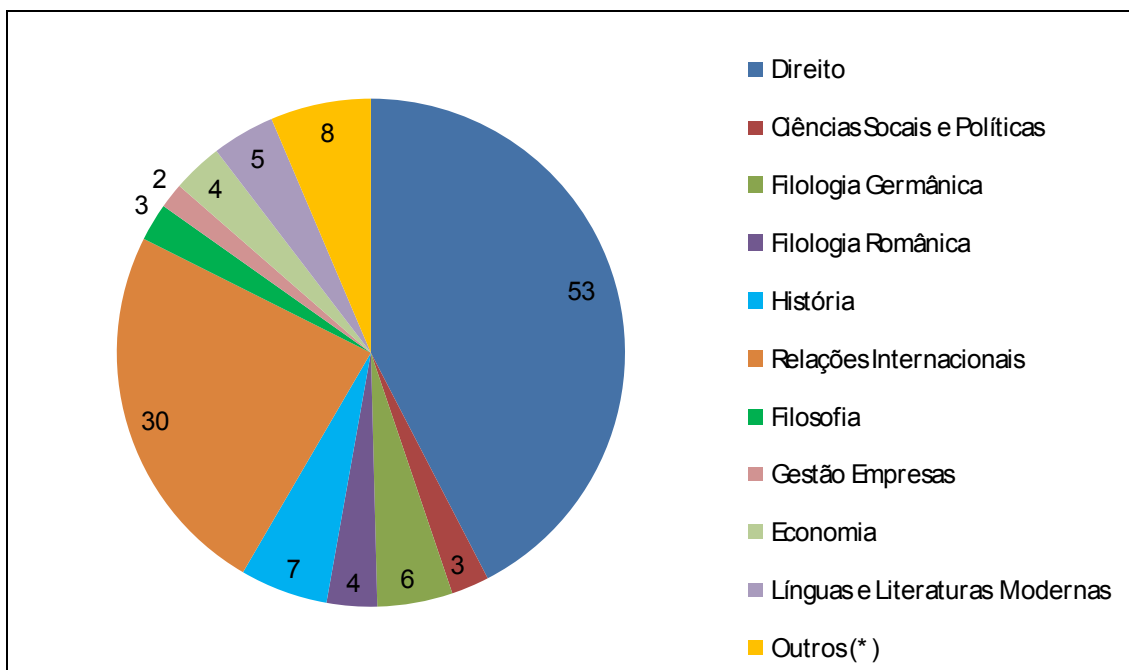
VARIÁVEL LICENCIATURA – MULHERES

LICENCIATURA	Nº	%
Direito	53	42,4
Ciências Sociais e Políticas	3	2,4
Filologia Germânica	6	4,8
Filologia Românica	4	3,2
História	7	5,6
Relações Internacionais	30	24,0
Filosofia	3	2,4
Gestão Empresas	2	1,6
Economia	4	3,2
Línguas e Literaturas Modernas	5	4,0
Outros (*)	8	6,4
TOTAL	125	100

Fonte: *Anuários Diplomático e Consular Português: 1979 a 2004*

* Inclui as Licenciaturas de Ciências Filosóficas (1); Sociologia (1); Engenharia Civil (1); Antropologia (1); Estudos Clássicos e Franceses (1); Comunicação Social (1); Gestão e Administração Pública (1) e Ciências Biológicas (1).

GRÁFICO nº 18 – LICENCIATURAS – MULHERES



QUADRO nº 8

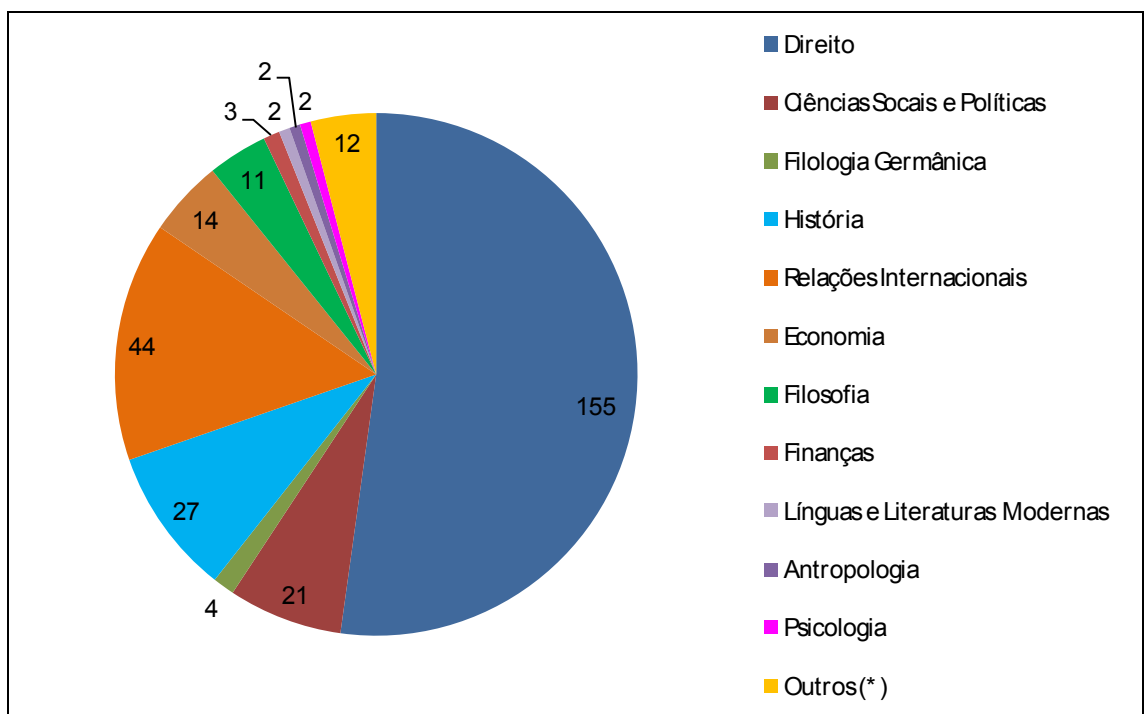
VARIÁVEL LICENCIATURA – HOMENS

LICENCIATURA	Nº	%
Direito	155	52,2
Ciências Sociais e Políticas	21	7,1
Filologia Germânica	4	1,3
História	27	9,1
Relações Internacionais	44	14,8
Economia	14	4,7
Filosofia	11	3,7
Finanças	3	1,0
Línguas e Literaturas Modernas	2	0,7
Antropologia	2	0,7
Psicologia	2	0,7
Outros (*)	12	4,0
TOTAL	297	100

Fonte: *Anuários Diplomático e Consular Português: 1979-2004.*

* Inclui as Licenciaturas de Filologia Românica (1); Gestão de Empresas (1); Administração Ultramarina (1); Arquitectura (1); Medicina (1); Gestão e Administração Pública (1); Estudos Europeus (1); Bioquímica (1) Ciências Jurídicas-Económicas (1); Geografia (1); Engenharia Electrónica de Computadores (1) e Literatura Comparada Portugueses e Franceses (1).

GRÁFICO nº 19 – LICENCIATURAS – HOMENS



Neste contexto, verificamos que o curso de Direito aparece em lugar de destaque relativamente às outras licenciaturas, em ambos os sexos. No estudo de Pedro Aires de Oliveira, também surgia em primeiro lugar relativamente aos outros cursos. Também podemos verificar o aparecimento de uma nova licenciatura, que anteriormente não existia na formação académica dos concorrentes – Relações Internacionais – que acabou por ocupar um lugar relevante ao nível das licenciaturas.

4. AS PERCEPÇÕES DAS DIPLOMATAS SOBRE A CARREIRA

Como complemento dos factos apurados e da análise estatística realizada com o objectivo de quantificar a presença das mulheres na carreira diplomática, nomeadamente nas vertentes de interesse pela carreira e da progressão, torna-se indispensável obter informação, ainda que qualitativa, sobre a percepção que as próprias diplomatas têm sobre esta temática.

Efectivamente, para além dos factores determinísticos, consubstanciados nas regras de acesso e progressão na carreira diplomática estabelecidas na legislação, a própria vontade e percepção das intervenientes em todo o processo de acesso e progressão na carreira exercem uma influência constante, embora de difícil avaliação e virtualmente inquantificável.

O inquérito lançado às diplomatas através do questionário (anexo) não teve um número de respostas que possa ser considerado satisfatório, provavelmente por dificuldades relacionadas com o endereçamento do correio electrónico. Assim, estas respostas não poderão ser consideradas representativas do universo total das mulheres na carreira diplomática, mas permitiram perceber algumas tendências quanto à percepção das mulheres diplomatas sobre o modo como se posiciona a evolução da sua carreira em relação à dos seus colegas homens.

As respostas ao questionário foram efectuadas por: uma Embaixadora; três Ministras Plenipotenciárias de 1ª classe; uma Ministra Plenipotenciária de 2ª classe; sete Conselheiras de embaixada e seis Primeiras-Secretárias de embaixada (estas categorias reportam a 2007, três anos após o fim do período em análise).

A razão que nos levou a não efectuar uma análise da totalidade das questões formuladas no inquérito, prende-se com o facto, já referido, de termos obtido uma pequena percentagem de respostas e como tal não poderemos generalizar ao universo

feminino em estudo. Assim, optámos por escolher apenas algumas questões que considerámos mais relevantes para ilustrar a percepção das diplomatas sobre a carreira.

Relativamente à questão “*Quais os factores que eventualmente colocaram mais obstáculos à progressão na sua carreira diplomática?*”, verifica-se uma grande variedade de respostas, tendo sido mencionadas, entre outras, as alterações legislativas ocorridas nos diversos períodos, o ter filhos ou outros familiares dependentes, a falta de disponibilidade para mudança geográfica de residência, a actividade profissional do cônjuge e também “projectos pessoais de vida”, o que mostra estar ainda muito interiorizado na mulher o factor Família, prioritariamente, em relação ao factor Profissão.

No que se refere à questão “*Qual o grau em que considera que as suas expectativas profissionais de entrada na carreira diplomática foram ou não atingidas?*”, nove das respondentes consideram que foram medianamente atingidas, sete crêem que foram muito atingidas e duas referem que foram pouco atingidas. As respostas dadas a esta questão mostram-nos que as expectativas profissionais foram em geral medianamente ou muito atingidas, o que nos leva a supor que a evolução na carreira foi satisfatória, em relação às expectativas de partida da maioria.

Quanto à questão sobre “*Qual o grau de discriminação de género na evolução da carreira diplomática até à categoria de topo?*”, duas diplomatas responderam que não existe nenhuma discriminação, nove referem existir pouca discriminação, duas referem que não existe nem muito nem pouca discriminação, quatro optaram por considerar existir muita discriminação e uma refere a total discriminação. Nesta questão, verificamos que existe uma correlação entre as idades das diplomatas e a sensação de ser negativamente discriminada, pois que foram as mais jovens que afirmaram existir muita discriminação de género na evolução da carreira.

Relativamente à questão sobre “*Que nível de oportunidades para evoluir na carreira diplomática têm as mulheres, em comparação com as oportunidades que se verificam para os homens?*”, uma das respondentes refere que os homens têm muito mais oportunidades que as mulheres, ao passo que doze responderam que os homens têm mais oportunidades e cinco consideram que homens e mulheres têm iguais oportunidades. Havendo ou não discriminação na evolução da carreira, as respostas obtidas nesta questão indiciam a existência de mais oportunidades na evolução para o género masculino do que para o género feminino.

No que se refere à questão “*Na sua actividade profissional na carreira diplomática, qual a percentagem do seu tempo que dedicou a cada uma das seguintes áreas?*”, a área política foi a que obteve maior pontuação nas respostas, seguida da área económica, ficando as outras áreas (Consulares, Gestão Administrativa e Intendência, Jurídico-Administrativo, Protocolo, etc.) em terceiro lugar, seguindo-se a área cultural e, por último, a área social. As respostas obtidas sobre esta questão surpreendem-nos pelo facto de supostamente pensarmos que as actividades exercidas pelas diplomatas seriam mais no âmbito social ou cultural, o que na realidade não acontece.

Sobre a questão “*Em seu entender, por que razão até ao Anuário de 2004³⁵ não houve nenhuma diplomata de carreira que chegasse à categoria de topo (Embaixadora)?*”, a maioria das respostas recebidas relaciona essa ausência com o facto de só a partir de 1974 terem tido acesso à carreira, aceitando assim como natural um período de trinta anos (1974 a 2004) em que nenhuma mulher tenha atingido a categoria de embaixadora.

No que se refere à questão “*Que qualidades considera essenciais para que a categoria de topo da carreira diplomática seja atingida?*”, as respostas referem um conjunto diversificado de qualidades, entre as quais: elevada competência profissional; dedicação exclusiva à profissão; profundo sentido de estado; experiência; bom senso; sentido de equipa; bons conhecimentos de política; capacidade de trabalho; capacidade de liderança e de negociação; inteligência; dinamismo; educação; carisma; espírito corporativo; respeito pelos colegas e superiores; personalidade forte e não ser intimidável; ponderação; paciência; persistência; experiência da prática diplomática dentro e fora do país e sorte. Apesar de se encontrarem nas respostas dadas a esta questão vários estereótipos femininos considerados qualidades essenciais para uma boa prática diplomática, estes por si só não se revelaram decisivos na escolha das mulheres para os lugares de topo.

Contudo as respostas obtidas, como já referimos anteriormente, não poderão ser generalizáveis à população feminina da carreira diplomática em estudo, uma vez que foram poucas. Teria sido interessante se tivéssemos conseguido um maior número de respostas para podermos ter realizado uma análise mais profunda e descortinar, de forma mais pormenorizada, como as diplomatas percepcionam a sua carreira.

³⁵ Data do último Anuário a que se reporta o presente estudo.

CONCLUSÕES

A análise dos elementos recolhidos e o tratamento estatístico permitem obter um panorama claro da situação das mulheres na carreira diplomática, das quais se destacam:

A. Grande apetência para a carreira diplomática

A grande apetência das mulheres para a carreira diplomática é um facto inquestionável, largamente demonstrado pela relação mulheres/homens que se candidataram à carreira. A partir de 1991, todos os concursos tiveram mais candidaturas de mulheres, e no final do período em análise quase dois terços das candidaturas eram de mulheres.

B. Baixa taxa de sucesso no momento de acesso à carreira

Apesar da abertura à carreira verificada em 1974, e do crescente número de mulheres que se candidatam à carreira diplomática, verificou-se durante o período em análise que a percentagem de homens admitidos, relativamente ao número de candidatos masculinos, é sistematicamente maior do que no caso das mulheres.

Embora não tenhamos estudado as habilitações académicas dos candidatos, a partir do que nos foi possível observar da comparação entre os géneros das habilitações acumuladas no decurso da carreira, acreditamos que não existem diferenças sistemáticas no sentido de menores qualificações que possam explicar esta diferença de tratamento no acesso.

Portando, a existir alguma discriminação está será muito subtil, e situa-se logo à partida nos concursos de acesso à carreira diplomática, uma vez que concorreram sempre mais mulheres do que homens (excepto no concurso de 18 de Março de 1991, em que entrou a mesma quantidade de elementos (7) e no concurso de 27 de Maio de 1995, em que entrou mais uma mulher (20), comparativamente ao número de homens (19)); em todos os outros concursos ingressaram sempre mais homens na carreira. A

questão que se coloca então é a de saber: por que razão, apesar do número de mulheres concorrentes ser o dobro do número de homens em quase todos os concursos, são estes que entram em muito maior quantidade.

Dado que o trabalho estatístico elaborado não mostrou qualquer tipo de discriminação na progressão da carreira, como iremos focar seguidamente, a questão do acesso à carreira ficará em aberto, uma vez que poderão existir inúmeras razões para que tal aconteça e não possuímos informação que nos permita identificar uma eventual discriminação nos concursos de acesso à carreira; esta será uma hipótese inconclusiva. Contudo, a ilação a retirar é que a baixa taxa de sucesso no momento da admissão, constitui uma das causas para que exista uma tão fraca representação feminina em todas as categorias da carreira diplomática e, conseqüentemente, nos lugares de topo.

C. Equilíbrio de sucesso na progressão

Apesar de uma análise simplista poder induzir o observador desprevenido a considerar a existência de diferenças significativas na progressão na carreira, a análise estatística permitiu revelar que a progressão se encontra indexada ao tempo de serviço e que não há diferenças de tratamento associadas ao género.

Tendo em consideração o tempo médio de progressão em cada uma das categorias, não foi identificada qualquer diferença significativa na progressão na carreira entre homens e mulheres, com excepção do acesso ao grau de embaixadora, situação que, por ser pontual, não tem significado estatístico.

D. Acesso limitado ao topo de carreira?

Apesar de o Anuário de 2004 não mencionar nenhuma embaixadora de carreira, o pequeno número de mulheres diplomatas que acederam à categoria relativamente ao total dos que tinham tempo suficiente de carreira para progredir não permite concluir a existência de diferenças de género.

Dado que a evolução da carreira diplomática até à categoria de Conselheiro de embaixada é progressiva, ou seja, a passagem efectua-se automaticamente após a permanência de um determinado tempo na categoria anterior, não parece existir qualquer tipo de discriminação. A partir dessa categoria, até à de topo, a passagem já não é efectuada pelo tempo de permanência na categoria anterior; pressupõe, para além

de uma média de trinta anos na carreira diplomática, que existem ainda outras variáveis que influenciam a escolha do sujeito para a categoria seguinte, entre as quais terem efectuado trabalhos relevantes a nível diplomático, os conhecimentos adquiridos durante esse período e a disponibilidade demonstrada ao longo da carreira. Todas estas variáveis acabam por ter um peso considerável aquando da escolha para a categoria seguinte até ao topo de carreira.

Considerando, no entanto, o facto de as mulheres terem acumulado mais habilitações literárias do que os homens, seria expectável que houvesse repercussão desta variável ao nível da evolução na carreira diplomática, o que não é perceptível.

E. A mudança de paradigma

Verifica-se uma clara mudança de paradigma, pois a diplomacia, que era, antes de 1974, uma profissão exclusivamente masculina, terá de passar a ser encarada como uma profissão tendencialmente feminina.

Esta mudança de paradigma não resulta apenas da eliminação da barreira legal. A eliminação dessa barreira, só por si, não daria origem a uma integração tão intensa das mulheres na carreira diplomática, se não fosse acompanhada de um outro factor de importância inquestionável: a forte apetência das mulheres para esta carreira.

Deve por isso realçar-se que a eliminação da barreira legal veio permitir a revelação daquilo que se encontrava latente: a apetência pela carreira diplomática é maior nas mulheres do que nos homens, como poderemos verificar pelo número de mulheres que concorrem - comparativamente ao número de homens. Assim, em vez da mudança de paradigma, deveremos provavelmente referir a revelação do verdadeiro paradigma que se encontrava bloqueado artificialmente pela impossibilidade de acesso das mulheres à carreira diplomática. Esta afirmação encontra-se suportada pelas inúmeras intervenções de mulheres no âmbito da diplomacia reveladas pela análise histórica.

Consideramos importante referir que, com a eliminação da barreira do género nas profissões, deixam de ser aplicáveis as expressões “profissão masculina” ou “profissão feminina”, passando no entanto a fazer sentido nos casos em que de facto se revela uma apetência maior de um dos géneros, a existência de profissões “tendencialmente masculinas” ou “tendencialmente femininas”. Esta maior apetência de um dos géneros para uma determinada profissão resulta de uma variedade de factores:

culturais, sociais, económicos e legais, que, por terem carácter evolutivo, também irão determinar uma evolução do posicionamento do género em relação a cada profissão. Embora, num estágio de evolução da Humanidade muito mais avançado, a apetência para cada profissão possa vir a ser independente do género, acreditamos que actualmente ainda são determinantes inúmeros factores que permitem orientar, em contextos bem definidos, uma maior apetência de um dos géneros para algumas profissões.

Contudo, teremos que compreender e analisar este fenómeno à luz dos diversos factores, sociais e profissionais, que incompatibilizam a vida profissional com a pessoal das mulheres, assim como os constrangimentos sociais e culturais ainda subjacentes à identidade dos papéis de género.

Esperamos que, futuramente, haja alterações significativas particularmente nos campos profissionais, políticos e económicos, uma vez que as mulheres representam mais de metade da população do país e têm cada vez mais uma maior participação nas Universidades, pelo que as tornam tão aptas em qualquer tipo de profissão que exija capacidades e conhecimentos.

Tal como afirma Helena Carreiras (1997:191) “ (...) *talvez possamos esperar que esta incursão feminina no domínio militar*” – e, acrescentamos, diplomático ou outro qualquer até recentemente reservado ao masculino – “*possa contribuir para a diluição de desigualdades e assimetrias.*”

Como em todas as investigações empíricas, ficaram ainda muitas interrogações para explorar. Talvez num futuro próximo esse trabalho por realizar tenha continuidade.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

ANUÁRIO DIPLOMÁTICO E CONSULAR PORTUGUÊS (1979). Referido a 31 de Março de 1979, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tip Henry Gris Lda., Lisboa.

ANUÁRIO DIPLOMÁTICO E CONSULAR PORTUGUÊS (1981). Referido a 01 de Outubro de 1981, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tip Henry Gris, Lda., Lisboa.

ANUÁRIO DIPLOMÁTICO E CONSULAR PORTUGUÊS (1988). Vol. LXX, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tip Henry Gris, Lda., Lisboa.

ANUÁRIO DIPLOMÁTICO E CONSULAR PORTUGUÊS (1990). Vol. LXXI, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Europress, Lisboa.

ANUÁRIO DIPLOMÁTICO E CONSULAR PORTUGUÊS (1993). Referido a 31 de Dezembro de 1992, Vol. LXXII, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

ANUÁRIO DIPLOMÁTICO E CONSULAR PORTUGUÊS (1996). Ministério dos Negócios Estrangeiros, Impresse 4, Lisboa.

ANUÁRIO DIPLOMÁTICO E CONSULAR PORTUGUÊS (2000). Vol. I, II, III, IV, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

ANUÁRIO DIPLOMÁTICO E CONSULAR PORTUGUÊS (2004). Referido a 31 de Março de 2004, Vol. LXXIV, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Europress, Lisboa.

DIÁRIO DO GOVERNO, 2ª série, nº 264, de 13 de Novembro de 1974, pp.7274 a 7275.

DIÁRIO DO GOVERNO, 2ª série, nº 69, de 22 de Março de 1975, pp. 1791 a 1793

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª série, nº 165, de 20 de Julho de 1978, p. 4278

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª série, nº 269, de 22 de Novembro de 1978, pp. 7034 a 7036

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª série, nº 15, de 18 de Janeiro de 1980, p. 226.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª série, nº 78, de 02 de Abril de 1980, pp. 2282 a 2283.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª série, nº 64, de 18 de Março de 1983, pp. 2042 a 2043.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª série, nº 115, de 19 de Maio de 1983, pp. 4112 a 4116.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª série, nº 209, de 11 de Setembro de 1986, pp. 8494 a 8495.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª série, nº 251, de 30 de Outubro de 1986, pp. 10054 a 10058.

- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 300, de 31 de Dezembro de 1987, pp.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 52, de 03 de Março de 1988, p. 2099.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 296, de 24 de Dezembro de 1988, pp. 12058 a 12059
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 55, de 07 de Março de 1989, pp. 2370 a 2372.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 299, de 30 de Dezembro de 1989, pp. 12898 (91) a 12898 (92)
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 56, de 08 de Março de 1990, pp. 2347 a 2349
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 64, de 18 de Março de 1991, p. 3169.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 119, de 24 de Maio de 1991, pp. 5558 – (2) a 5558 – (6)
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 199, de 30 de Agosto de 1991, pp. 8798 a 8799.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 253, de 04 de Novembro de 1991, pp. 11066 – (2) a 11066 – (5).
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 158, de 11 de Julho de 1994, p. 6879.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 201, de 31 de Agosto de 1994, pp. 9056 a 9061.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 123, de 27 de Maio de 1995, p. 5719.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 167, de 21 de Julho de 1995, pp. 8357 a 8364.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 129, de 05 de Junho de 1997, pp. 6486 a 6487.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 176, de 01 de Agosto de 1997, pp. 9214 a 9221.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 301, de 31 de Dezembro de 1998, p. 18468.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA*, 2ª série, nº 46, de 24 de Fevereiro de 1999, pp. 2694 a 2708.
- DECRETO-LEI nº 47 331 de 23 de Novembro de 1966 – Promulga a Orgânica dos Serviços do MNE.
- DECRETO nº 47 478 de 31 de Dezembro de 1966 – Aprova o Regulamento do MNE.
- DECRETO-LEI nº 308/74 de 06 de Julho – Abre o acesso das mulheres à Carreira Diplomática.
- DECRETO-LEI nº 83/78 de 02 de Maio – Reforça o Decreto-Lei nº 308/74 de 06 e Julho, que abre o acesso das mulheres à Carreira Diplomática.
- DECRETO-LEI nº 528/85 de 31 de Dezembro – Visa dotar O MNE do quadro Orgânico.
- DECRETO-LEI nº 529/85 de 31 de Dezembro – Revoga o Decreto-Lei nº 47 331/66 de 23 de Novembro, aprovando a nova Orgânica do MNE.

LEI nº 105/88 de 31 de Agosto – Autorização ao Governo para rever o regime e estatuto da Carreira Diplomática.

DECRETO-LEI nº 34-A/89 de 31 de Janeiro – Promove o novo regime de promoções da Carreira Diplomática.

DECRETO-LEI nº 79/92 de 06 de Maio – Revoga o Decreto nº 47 478/66 de 31 de Dezembro, aprovando o novo Regulamento do MNE.

DECRETO-LEI nº 48/94 de 24 de Fevereiro – Revoga o Decreto-Lei nº 529/85 de 31 de Dezembro, aprovando uma nova Orgânica do MNE.

LEI nº 4-A/98 de 20 de Janeiro – Autoriza o Governo a aprovar o estatuto profissional dos funcionários do quadro do serviço diplomático.

DECRETO-LEI nº 40-A/98 de 27 de Fevereiro – Revoga do Decreto-Lei nº 79/92 de 06 de Maio, aprovando um novo Regulamento do MNE.

Fontes Secundárias

AAVV (2005). *Ex aequo* nº 12, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, Edições Afrontamento, Lisboa.

AAVV (2000). *Mulheres das Cidades Futuras*, Livros Horizonte, Lisboa.

AAVV (2007). *O Longo Caminho das Mulheres – 80 anos depois*, (coord.) Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Publicações Dom Quixote, Lisboa.

AAVV (1999). *Igualdade de Oportunidades Género e Educação*, (org.) Félix Neto, Teresa Joaquim, Rui Soares e Teresa Pinto, Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta, Lisboa.

AAVV (1986). *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais* (Actas do Colóquio), Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

AAVV (1993). *Estudos Sobre as Mulheres em Portugal*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), Lisboa, Janeiro.

AAVV (1993). *História de Portugal*, Vol. IV, (coord.) António Manuel Hespanha, Círculo de Leitores, Lisboa.

AAVV (1982). *Dicionário da História de Portugal Ilustrado*, Vol. 1 e 2 , Formar, Lisboa.

AAVV (1998). *Enciclopédia Verbo*, Vol I, Verbo, S.Paulo/Lisboa.

AMÂNCIO, Lígia (1994). *Masculino e Feminino – A construção da Diferença*, Edições Afrontamento, Porto.

BEAUVOIR, Simone (1949). *Le Deuxième Sexe*, Gallimard, Paris.

BESSA, António Marques (2002). *Elites e Movimentos Sociais*, Universidade Aberta, Lisboa.

BOCK, Gisela (1989). “História das Mulheres, História do Género”, in *Penélope*, nº 4, Novembro.

CANÇO, Dina, SILVA, Teresa Vieira da, GRADIM, Nuno (2007). *A Igualdade de Género em Portugal*, 2ª Ed., Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Lisboa.

CARREIRAS, Helena (1997). *Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas*, Edições Cosmos, Lisboa, Junho.

CARRILHO, Maria (1990). *Mulheres e a Defesa Nacional*, Edição da Comissão da Condição Feminina (Presidência do Conselho de Ministros), Lisboa.

CASTRO, Zília Osório de e ESTEVES, João (2005). *Dicionário no Feminino, Séculos XIX e XX*, Livros Horizonte, Lisboa.

COVA, Anne, PINTO, António Costa (1997), “O Salazarismo e as Mulheres – uma abordagem comparativa”, in *Penélope* nº 17.

COVA, Anne, SILVA, Maria Beatriz Nizza da, (1999). *As Mulheres e o Estado*, Universidade Aberta, Lisboa.

DEMÓSTENES (1972). “Plaidoyers Politiques”, in *English Oxford Dictionary*, Les Belles Lettres, Paris: cit. por Magalhães (2005).

DUROSELLE, Jean-Baptiste (1978). *Histoire Diplomatique de 1919 a nos Jours*, 7ª ed., Dalloz, Paris.

FARIA, Sérgio (2000). “Sobre o (difícil) trânsito feminino para o espaço do poder político”, in J. M. Leite Viegas e E. Costa Dias (org.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Celta, Oeiras.

FERREIRA, José Medeiros (1993). *História de Portugal*, Volume VIII. “Portugal em Transe (1974-1985)”, Circulo de Leitores, Lisboa.

FRIAS, Graça, LISBOA, Manuel, ROQUE, Ana, CEREJO, Dalila (2006). “Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático (25 de Abril de 1974 a 2004)”, in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* nº 18, Edições Colibri, Lisboa.

GANSHOF, François D. (1935), *Le Moyen Age in Histoire des Relations Internationales*, (dir.) Pierre Renouvin, Hachette, Paris: cit. por Magalhães (2005).

MAGALHÃES, José Calvet de (2005). *A Diplomacia Pura*, Editorial Bizâncio, Lisboa, Novembro.

MAGALHÃES, José Calvet de (1990). *Breve História Diplomática de Portugal*, 2ª Ed., Europa-América, Mem Martins.

KISSINGER, Henry (2007). *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, Outubro. MAGALHÃES, MARTÍNEZ, Pedro Soares (1981). *História Diplomática de Portugal*, 2ª ed., Editorial Verbo, Lisboa.

MARTINS, Guilherme d’Oliveira (1989). *D. Afonso VI*, Guimarães Editores, Viseu.

MATTINGLY, Garrett (1964). *Renaissance Diplomacy*, Penguin Books, Baltimore: cit. por Magalhães (2005).

MAXWELL, Kenneth (1999). *A Construção da Democracia em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa.

MOREIRA, Adriano (2003). “O Papel da Política Externa Portuguesa no Mundo Contemporâneo”, in *Visões de Política Externa Portuguesa* (Ciclo de conferências-debate – 2003 a 2005), Edição: Sociedade de Geografia de Lisboa, em colaboração com o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros), Setembro.

NUMELIN, Ragnar (1950). *The Beginning of Diplomacy*, Oxford University Press, London: cit. por Magalhães (2005).

OLIVEIRA, Pedro Aires (2006). “O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)”, in *Revista Análise Social*, Vol. XLI (178).

PAIVA, Maria Amélia (2003). “A Mulher na Diplomacia Portuguesa”, in *Visões de Política Externa Portuguesa* (Ciclo de conferências-debate – 2003 a 2005), Edição: Sociedade de Geografia de Lisboa, em colaboração com o Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros), Setembro.

PIMENTEL, Irene Flunser (2000). *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro.

PIMENTEL, Irene Flunser (1996).”O Estado Novo e a Assistência às Mulheres”, *História*, Março.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (1980). *Sulcos do Nosso Querer Comum*, Edições Afrontamento, Porto.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (1985). *Dimensões da Mudança*, Edições Afrontamento, Porto.

PINTASILGO, Maria de Lourdes (2005). *Palavras Dadas*, Livros Horizonte, Lisboa.

RENOUVIN, Pierre, DUROSELLE, Jean-Baptiste (1964). *Introduction a L’Histoire des Relations Internationales*, 4ª ed., Librairie Armand Colin, Paris.

SANTOS, Boaventura Sousa (1994). *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*, Edições Afrontamento, Porto.

SARAIVA, José Hermano, GUERRA, Maria Luísa (1998). *Diário da História de Portugal*, Selecções do Reader’s Digest.

SARAIVA, José Hermano (1978). *História Concisa de Portugal*, Europa-América, Lisboa.

SCOTT, Joan Wallach (1988). *Gender and the Politics of History*, Columbia University Press, New York.

SILVA, Manuela (2002). *A Igualdade de Género – Caminhos e Atalhos para uma Sociedade Inclusiva*, 2ª ed., Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), Lisboa.

SOUZA, Maria Reynolds de, CANÇO, Dina (2001). *Na Política, as Mulheres são Capazes!*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), Lisboa, Janeiro.

SOUZA, Maria Reynolds de (2005). *Dicionário Biográfico Parlamentar*, Volume II, (coord.) Braga da Cruz e António Costa Pinto, Lisboa.

TAVARES, Manuela (2000). *Movimentos de Mulheres em Portugal - Década de 70 e 80*, Livros Horizonte, Lisboa, Junho.

TELO, António (1996). “Política Externa”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume II, (dir.) Fernando Rosas e J. M. Brandão de, Circulo de Leitores, Lisboa.

TOFFLER, Alvin, (1991). *The Third Wave*, Baniam Books, New York.

VAISSE, Maurice (2005). *As Relações Internacionais desde 1945*, Edições 70, Lda., Lisboa.

VAQUINHAS, Irene (1993). “Estudos sobre as Mulheres na área da História” in *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, CIDM, Lisboa.

VIEGAS, José Manuel Leite e FARIA, Sérgio (2001). *As Mulheres na Política*, Celta Editora, Oeiras.

Sites Visitados

www.unesco.org.

www.janusonline.pt

www.lxxl.pt/babel/biblioteca/mulheresl.html

www.portuguesetimes.com

www.jn.sapo.pt

www.europarl.europa.eu

www.ipv.pt/forumedia/f2_idei1.htm

Artigos

Jornal *A Capital*, de 06/12/1976, MNE – CLT, M.434.

Revista *Expresso*, de 10/12/1976, MNE – CLT, M.434.

Jornal *Diário de Notícias*, de 22/10/1974, p. 1 e 9 e 08/08/1977, p. 11.

PINTASILGO, Maria de Lourdes, “Poderá a Europa Vencer a Pobreza?”, Revista *Visão*, 04/06/1998, p. 146.

PINTASILGO, Maria de Lourdes, “Refundar a Europa”, Revista *Visão*, 11/03/1999, p. 130.

PINTASILGO, Maria de Lourdes, “Contra o Desalento Verbal”, Revista *Visão*, 05/07/2001, p. 194.

PINTASILGO, Maria de Lourdes, “Direitos e Deveres Fundamentais”, Revista *Visão*, 17/10/2002, p. 170.

VIEIRA, Pedro, “Diplomacia muda de sexo”, Revista *Visão*, 02/11/2006, p. 56

Outras Fontes

Cronologia UNESCO, documento gentilmente cedido pelo Professor Doutor Daniel Marcos.

MOACHO, Dulce Maria Baptista (2003) *Ana de Castro Osório e as Origens do Feminismo em Portugal*, Tese de Mestrado em História Social Contemporânea do ISCTE.

ÍNDICE DE ORGANOGRAMAS, QUADROS E GRÁFICOS

ORGANOGRAMAS

Organograma nº 1: MNE – Serviços internos (1966)	46
Organograma nº 2: MNE – Serviços externos (1966)	47
Organograma nº 3: MNE – Serviços internos (1985)	49
Organograma nº 4: MNE – Serviços externos (1985)	50
Organograma nº 5: MNE – Organismos autónomos (1985)	50
Organograma nº 6: MNE – Serviços internos (1994)	51
Organograma nº 7: MNE – Serviços externos (1994)	52
Organograma nº 8: MNE – Organismos autónomos (1994)	52

QUADROS

Quadro nº 1: Concursos externos de acesso à carreira diplomática (1974/1998)	59
Quadro nº 2: Distribuição das admissões por género	64
Quadro nº 3: Acesso à categoria (diplomatas admitidos após 1974)	69
Quadro nº 4: Quadro comparativo da progressão na carreira (1975/2004) (só pessoal de carreira)	69
Quadro nº 5: Quadro comparativo – valores absolutos (só pessoal de carreira)	71
Quadro nº 6: Grau académico (só pessoal de carreira)	73
Quadro nº 7: Variável licenciatura – mulheres	77
Quadro nº 8: Variável licenciatura – homens	78

GRÁFICOS

Gráfico nº 1: Concorrentes (por género): distribuição percentual (1974-1998)	60
Gráfico nº 2: Concorrentes, total e distribuição por género (1974-1998)	61
Gráfico nº 3: Admissões em função das candidaturas, por género: distribuição percentual (1974-1998)	62
Gráfico nº 4: Admissões em função das candidaturas, por género: distribuição percentual (apenas de 1991 a 1998)	63
Gráfico nº 5: Admissões por género: distribuição percentual	65
Gráfico nº 6: Admissões (total e por género)	66
	94

Gráfico nº 7: Candidaturas e Admissões	67
Gráfico nº 8: Admissões	68
Gráfico nº 9: Mulheres	70
Gráfico nº 10: Homens	70
Gráfico nº 11: Tempo de carreira em 2004	71
Gráfico nº 12: Mulheres (valores absolutos das habilitações literárias)	73
Gráfico nº 13: Homens (valores absolutos das habilitações literárias)	74
Gráfico nº 14: Mulheres: distribuição percentual das habilitações	74
Gráfico nº 15: Homens: distribuição percentual das habilitações	75
Gráfico nº 16: Mulheres – habilitações em 2004	75
Gráfico nº 17: Homens – habilitações em 2004	76
Gráfico nº 18: Licenciaturas – mulheres	77
Gráfico nº 19: Licenciaturas – homens	78

ANEXOS

ANEXO A.1 – Texto de Apresentação do Inquérito



Inquérito às Mulheres da Carreira Diplomática Portuguesa

O questionário anexo faz parte de um projecto de investigação para a defesa de uma tese de Mestrado em História das Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

O questionário destina-se a todas as mulheres que prestam ou prestaram serviço na Carreira Diplomática Portuguesa e é rigorosamente anónimo.

Dadas as limitações decorrentes do prazo para a conclusão desta prova académica, pedimos que as respostas sejam enviadas no prazo máximo de duas semanas.

Gostaríamos que colaborassem respondendo a um conjunto de perguntas sobre o referido tema.

Garantimos de que se guardará completa confidencialidade das respostas que nos enviar.

Acreditamos no seu interesse e na sua colaboração.

Muito Obrigada!

A responsável pelo projecto

Isabel da Conceição Lemos

ANEXO A.2 – Questionário

AS MULHERES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

- QUESTIONÁRIO-

1 – Ano de nascimento.

Por favor escreva a sua resposta.

2 – País de residência.

Por favor escreva a sua resposta.

3 – Estado Civil.

Por favor assinale com X na opção escolhida.

• Solteira

• Casada

• Outro

Qual?

4 – Número de filhos.

Por favor escreva a sua resposta.

5 – Qual a situação profissional do seu cônjuge.

Por favor assinale com um ou mais X a(s) opção(ões) escolhida(s).

• Pertence à Carreira Diplomática

• Trabalhador por conta própria

• Trabalhador por conta de outrem

• Outra situação

Qual?

6 – Quais os factores que eventualmente colocaram mais obstáculos à progressão na sua Carreira Diplomática?

Assinale os factores por ordem de importância, sendo o número 1 aquele que lhe colocou mais obstáculos.

• Actividade profissional do seu cônjuge

• Ter filhos ou outros familiares dependentes

• As suas habilitações académicas

• Falta de disponibilidade para mudança geográfica de residência

• Projectos pessoais de vida

• O facto de ser mulher

• As alterações legislativas ocorridas nos diversos períodos

• Outro

Qual?

7 – Qual a sua actual situação dentro da Carreira Diplomática?

Por favor assinale com X a opção escolhida.

- Exerce a sua profissão a tempo inteiro
- Exerce a sua profissão a tempo parcial
- A frequentar estágio
- Situação de bolseiro
- Em licença de longa duração
- Reformada
- Outra situação

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
Qual?

8 – Qual a categoria que actualmente ocupa na carreira diplomática?

Por favor assinale com X a opção escolhida.

- Adida de embaixada
- 3º Secretária de embaixada
- 2º Secretária de embaixada
- 1º Secretária de embaixada
- Conselheira de embaixada
- Ministra plenipotenciário de 2ª classe
- Ministra plenipotenciário de 1ª classe
- Embaixadora

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

9 – Há quanto tempo está na respectiva categoria?

Por favor escreva a sua resposta nos espaços respectivos.

meses/	anos
--------	------

10 – Assinale o seu grau de satisfação relativamente a cada um dos seguintes aspectos da sua actividade profissional?

Por favor assinale com X por baixo da resposta que seleccionar.

	1. totalmente insatisfeita	2. pouco satisfeita	3. nem muito nem pouco satisfeita	4. muito satisfeita	5. totalmente satisfeita
• Remuneração					
• Horário					
• Relações com os colegas					
• Relações com os superiores					
• Grau de responsabilidade					
• Ritmo e intensidade de trabalho					
• Desempenho individual					
• Poder de decisão					
• Progressão na carreira					

11 – Qual o grau que considera que as suas expectativas profissionais de entrada na carreira diplomática foram ou não atingidas?

Por favor assinale com X por baixo da resposta que seleccionar.

1.nada atingidas	2.pouco atingidas	3.medianamente atingidas	4.muito atingidas	5.totalmente atingidas

12 – Pensando nos próximos 2 anos, quais são as suas expectativas profissionais?

Por favor assinale com X por baixo da resposta que seleccionar.

	1.nada provável	2.pouco provável	3. nem muito nem pouco provável	4.muito provável	5.altamente provável
• Permanecer no mesmo local de trabalho					
• Vir a ser promovida					
• Mudar de profissão					
• Reformar-se					
• Outros projectos					

13 – Para si a sua profissão na Carreira Diplomática é, acima de tudo...

Assinale por ordem de importância, sendo a número 1 a mais importante:

- Uma forma de realização/reconhecimento pessoal
- Um meio de sobrevivência
- Um meio ascender na vida
- Uma forma de obter segurança financeira
- Uma fonte de prestígio social
- Uma fonte de sofrimento e tensão
- Outra

Qual?

14 – Várias foram as razões que a poderão ter influenciado na escolha da Carreira Diplomática. Colocadas as hipóteses seguintes, assinale o grau de importância que cada um desses aspectos teve para si.

Por favor assinale com X por baixo da resposta que seleccionar.

	1.nada influenciada	2.pouco influenciada	3. nem muito nem pouco influenciada	4.muito influenciada	5.totalmente influenciada
<ul style="list-style-type: none"> • Ser uma carreira profissional relativamente recente para as mulheres. 					
<ul style="list-style-type: none"> • Ter familiares que já exerciam essa profissão. 					
<ul style="list-style-type: none"> • Prestígio social inerente a essa profissão. 					
<ul style="list-style-type: none"> • Outra. Qual? 					

15 – Qual o seu grau académico quando iniciou a sua profissão na Carreira Diplomática

Por favor assinale com X a opção escolhida.

- Licenciatura
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento
- Outros

<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	
<input type="checkbox"/>	Qual?

16 – Após a entrada na Carreira Diplomática, continuou a estudar?

Por favor assinale com X a opção escolhida.

- Sim
- Não

17 – Se respondeu “sim” à pergunta anterior, que grau de estudos atingiu?

Por favor assinale com X a opção escolhida.

- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento
- Outros

18 – Quais as razões que a levaram a continuar os estudos?

19 – Qual o grau de discriminação de género na evolução da carreira diplomática até à categoria de topo?

Por favor assinale com X por baixo da resposta que seleccionar.

1.nenhuma discriminação	2.pouca discriminação	3.nem muito nem pouco discriminação	4.muita discriminação	5.total discriminação

20 – Que nível de oportunidades para evoluir na carreira diplomática têm as mulheres, em comparação com as oportunidades que se verificam para os homens?

Por favor assinale com X a opção escolhida.

- Os homens têm muito mais oportunidades que as mulheres
- Os homens têm mais oportunidades que as mulheres
- Os homens têm iguais oportunidades que as mulheres
- Os homens têm menos oportunidades que as mulheres
- Os homens têm muito menos oportunidades que as mulheres

21 – Na sua actividade profissional na Carreira Diplomática, qual a percentagem do seu tempo que dedicou a cada uma das seguintes áreas? (no caso de se ter dedicado totalmente a uma dessas áreas deverá colocar 100%).

- Política
- Económica
- Social
- Cultural
- Outra

%	
%	
%	
%	
%	Qual?

22 – Em seu entender, por que razão até ao Anuário de 2004 (data do último Anuário a que se reporta o presente estudo) não houve nenhuma diplomata de carreira que chegasse à categoria de topo (Embaixadora)? *Escreva por favor no espaço em baixo.*

23 – Que qualidades considera essenciais para que a categoria de topo da carreira diplomática seja atingida? *Escreva por favor no espaço em baixo.*

24 – Porque existe na carreira diplomática, em especial nas categoriais mais de topo de carreira, uma tão fraca representação das mulheres? *Escreva por favor no espaço em baixo.*

25 – Observações (caso deseje acrescentar comentários ou sugestões). *Escreva por favor no espaço em baixo.*

Muito obrigada pela sua colaboração!

ANEXO B.1 – Inventário dos Percursos Individuais dentro da Carreira Diplomática - Mulheres

MULHERES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA
(Anuário referido a 2004)

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo	18/01/30	L – Engenharia Químico-Industrial								1976-1981 Política	Aposentada em 18/01/2000
Maria Raquel Lopes de Bettencourt Ferreira	30/08/38	L – Direito								29/04/88 Política	Embaixador de Portugal na Suécia
Maria Dinah Bandeira Santos Silva Azevedo Neves *	06/01/46	L – Direito	13/08/75	12/01/78	26/12/78	02/03/83	08/06/93	02/06/00	03/06/03		Cônsul-Geral em Milão, em 4/12/03
Ana Maria da Silva Marques Martinho *	16/05/48	L – Direito	13/08/75	12/01/78	17/04/79	10/09/84	08/08/90	09/03/95	09/03/98		Na Embaixada em Praga, com Credenciais de Embaixadora , em 29/11/02

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Vera Maria Fernandes	08/02/48	L – Ciências Sociais e Políticas; Curso de Ciências Pedagógicas; Curso de Inglês e de Línguas Orientais	13/08/75	05/09/78	19/11/79	27/12/85	09/06/93	18/03/04			Na Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, em 1/1/03
Ana Maria de Almeida Hidalgo Barata	10/05/44	L – Filologia Germânica	13/08/75	5/1/78	15/12/79	10/9/84	8/6/93	26/02/97	26/02/00		Na Embaixada em Zagreb, com credenciais de Embaixadora , em 1/7/99
Maria Margarida de Araújo de Figueiredo *	29/07/47	L – Ciências Filosóficas	01/07/76	05/09/78	15/12/79	27/12/85	08/08/90	26/04/96	27/04/99		Com Credenciais de Embaixadora em Varsóvia, em 7/1/03
Maria Isabel Lino Neto de Pádua *	25/01/44	L – Filologia Românica	13/08/75	05/01/78	12/03/80						Em licença de longa duração, desde 8/10/81
Anabela Maria Mourato Cardoso	25/05/45	L – Filologia Germânica	01/07/76	05/09/78	23/04/80	27/12/85	08/08/90				Na Secretaria de Estado, em 5/1/04
Maria da Conceição Azevedo Moreira Salgueiro	02/12/39	L – Filologia Românica	01/07/76	05/09/78	06/02/81	27/12/85					Aposentada em 1/8/96
Maria Isabel de Sousa Félix Machado	15/12/43	L – História	01/07/76	19/05/77	29/04/82	27/12/85	08/06/93				Na disponibilidade, em 15/12/03

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Maria do Carmo de Sousa Pinto Allegro de Magalhães	11/12/47	L – Filologia Germânica	27/07/76	05/09/78	01/10/82	08/08/90	08/06/93	26/02/97	26/02/00		Na embaixada em Windhork com credenciais de embaixadora , em 26/11/98 Na Secretaria de Estado como secretária-geral adjunta, em 10/9/02
Maria Teresa Reis Poças	15/08/50	L – Filologia Românica	01/07/76	05/09/78	01/10/82	27/07/90	09/06/93				Na Direcção de Serviços da Ásia e Oceânia, em 11/9/95
Maria Manuela Ferreira de Macedo Franco	8/9/56	L – Direito	30/07/79	23/01/82	01/10/82	02/03/98					Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em 9/10/03
Maria Manuela Lombo Ruivo	15/01/40	L – Sociologia; Curso sobre Novas Técnicas de Marketing; Curso de Relações Internacionais “Master of Sciences”	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	09/06/93				Na situação de disponibilidade em serviço, em 15/1/99
Maria de Fátima de Pina Perestrello *	03/10/58	L – Filologia Românica	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	09/06/93	18/03/04			Cônsul-Geral na Cidade do Cabo, em 3/10/2000
Maria Rita da Franca Sousa Ferro Levy Gomes *	04/08/53	L – Filosofia	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93	26/11/98	26/11/01		Cônsul-Geral em Madrid, em 1/9/99

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Ana Maria Rosa Martins Gomes *	09/02/54	L – Direito	22/10/80	07/05/83	10/09/84		24/09/94	16/11/98	16/11/01		Na embaixada em Jacarta com credenciais de Embaixadora , em 18/07/2000; Licença sem vencimento, desde 11/4/03
Maria da Graça Reynaud Campos Trocado Andresen Guimarães *	08/09/48	L – Gestão de Empresas	22/10/80	07/05/83	10/09/84	08/08/90	24/09/94	26/03/02			Na Secretaria de Estado, em 19/2/04
Maria Cristina Serpa de Almeida *	28/06/53	L – Economia	22/10/80	07/05/83	10/09/84	08/08/90	04/10/94				Directora do Departamento de Cifra, em 1/7/01
Luisa Margarida de Carvalho Bastos de Almeida *	23/01/50	L – Filologia Germânica	22/10/80	07/05/83	10/09/84	26/07/90	04/10/94	09/07/03			Na Secretaria de Estado
Maria Josefina Fronza dos Reis Carvalho	12/12/46	L – Direito	22/10/80	07/05/83	10/09/84	08/08/90	24/09/94	14/11/98	11/2001		Na Embaixada em Washington, com Credenciais de Embaixadora , junto da Organização dos Estados Americanos, em 1/2002
Maria José Wende de Sousa Monteiro	24/02/36	L – Filologia Germânica	19/02/81	30/08/83	27/12/85	26/07/90					1ª Secretária de Embaixada, em 2/3/98
Maria Manuela Freitas Bairos *	15/01/62	L – Direito; PG – Estudos Europeus	30/06/87	19/04/90		02/03/98					Chefe de Divisão na Direcção de Serviços da Europa, da Direcção-Geral das Relações Bilaterais, em 1/7/02

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Rosa Maria Bettencourt Amarante de Ataíde Batoréu Salvador e Brito *	04/08/59	L – Direito	12/03/84	26/10/86	15/04/87		06/09/95				Directora de Serviços da Ásia e Oceânia, em 7/10/02
Helena Margarida Rezende de Almeida Coutinho *	13/02/57	Candidature em Sciences Économiques, Sociales et Politiques; “Honours” em Ciências Políticas	03/09/82	30/04/85	27/12/85		06/09/95				Na Direcção de Serviços da Europa, em 28/11/03
Isabel Maria Taborda Amaral Craveiro	08/12/55	L – Direito; “Licence en Lettres Modernes”	16/10/84	16/03/87	04/06/90	02/03/98					Na Embaixada em Tóquio, em 27/11/01
Maria Clara Guerra de Borja Araújo de Freitas Ramos *	16/08/59	L – Economia; PG – Economia Europeia	30/06/87	19/04/90			30/06/98				Na situação de Bolseira desde 27/10/03
Maria da Graça Diniz Gomes Saraiva Mira Gomes *	19/01/59	L – Direito; PG – Estudos Europeus	12/03/84	27/10/86	07/04/87		06/09/95				Representante Permanente adjunta, na Delegação Permanente junto da OCDE, em 4/9/2000

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Maria Paula Rodrigues Passos de Gouveia Vieira Branco *	21/12/55	L – Direito; Diploma de Altos Estudos Europeus; Curso de Defesa Nacional	12/03/84	27/10/86	15/04/87	02/03/98					Equiparada a Bolseira fora do País, em 2/9/02
Maria Regina da Costa Flor e Almeida (Marchueta)	04/02/50	L – História; M – Relações Internacionais; DR – Ciências Sociais (área RI)	12/03/84	27/10/86	15/04/87		02/08/96				Directora de Serviços das Relações Externas Regionais da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em 15/10/99
Maria Teresa Netto dos Santos Mariano Shearman de Macedo *	25/08/57	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87	02/03/98	02/07/02				Na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em 26/9/02
Ana Cristina de Albuquerque Moniz Melo	04/01/60	L – Direito; PG – Estudos Europeus	30/06/87	19/04/90		02/03/98					Chefe de Divisão, em regime de substituição, na Direcção de Serviços das Relações Bilaterais da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em 6/5/02
Maria de Fátima Velez de Andrade Mendes	29/05/57	L – História; M – Relações Internacionais; Curso de Aperfeiçoamento Protocolar	12/03/84	27/10/86	15/04/87		06/09/95				Cônsul-Geral em Genebra, em 6/11/2000

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Liliana de Melo Mascarenhas Neto de Gouveia Araújo *	18/05/53	L – Filologia Germânica	16/10/84	16/03/87	21/07/90		02/08/96				Representante Permanente adjunta na OSCE
Maria da Conceição Fernandes Parra *	12/08/53	L – Engenharia Civil	01/10/82	30/04/85	27/12/85						Em licença de longa duração, em 14/4/88
Maria da Graça Queirós Gonçalves Pereira *	10/05/52	L – Economia	12/03/84	27/10/86	15/04/87		08/08/95				Directora de Serviços de Acção Cultural Externa, no Instituto Camões, em 16/12/03
Maria José Teixeira de Morais Pires *	18/12/59	L – Direito; M – Direito Internacional	12/03/84	27/10/86	15/04/87		24/09/94				Na Direcção-Geral das Relações Bilaterais, em 1/1/04
Maria Leonor Isabel de Palma Mendonça da Costa Rosa de Lopes Sabino *	30/09/56	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87		04/10/94				Na Unidade de Planificação da Política e de Alerta Rápido directamente dependente do Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum/Secretário-Geral do Conselho da União Europeia, em 16/11/99

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Suzana Maria Meave Zileri Teixeira de Sampayo de Macedo Leão *	29/11/59	L – Relações Internacionais M – Relações Internacionais; Curso de Formação Diplomática e de Funcionários Internacionais	30/06/87	19/04/90		02/03/98					Chefe de Divisão na Direcção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, da Direcção dos Assuntos Multilaterais, em 8/10/02
Maria Clara Nunes Pinto Capelo Ramos Nunes dos Santos *	09/11/59	L – Direito	30/06/87	18/04/90			30/06/98				Directora de Serviços no Gabinete do Director-Geral da Política Externa, em 7/10/02
Maria Paula Vieira Ferreira Leal da Silva (da Conceição Silva)	16/06/58	L – Direito	30/06/87	19/04/90			30/06/98				Directora de Serviços da Direcção de Serviços da Política Externa e Segurança Comum, em 7/10/02
Ana Paula Baptista Grade Zacarias *	05/01/59	L – Antropologia; Bacharel – Direito	16/10/84	16/03/87			04/10/94	18/03/04			Na Missão Permanente junto da UNESCO, em Paris, em 15/11/2000
Isabel Maria Márquez Ribeiro da Silva *	04/07/58	L – Administração e Gestão de Empresas; PG – “Hautes Etudes Européennes”	16/02/89	07/06/91		02/03/98					Chefe de Divisão da Direcção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe, em 2/9/99

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Luísa Maria Marques Pais dos Santos	04/07/64	L – Relações Internacionais Diploma de Estudos Superiores de Alemão	16/02/89	07/06/91		02/03/98					Em Comissão de Serviços na Representação Permanente junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em Viena, em 23/12/02
Ana Maria Coelho Ribeiro da Silva *	08/08/60	L – Direito	30/06/87	19/04/90		02/03/98					Na Embaixada em Helsínquia, em 1/9/2000
Maria Teresa de Almeida Martins Adegas	28/11/64	L – Direito	21/12/90	15/12/92		22/12/98					Em Licença de Longa Duração, desde 1/9/2000
Maria Gabriela Vieira Soares de Albergaria	26/11/66	L – Direito; PG – Estudos Europeus	21/12/90	15/12/92		22/12/98					Na Embaixada em Brasília, em 28/8/01
Ana Paula de Almeida Ferreira Moreira da Silva e Abreu de Almeida *	16/06/64	L – Direito	13/05/92	28/10/93	02/03/98	02/03/01					Na Embaixada em Luanda, em 7/9/01
Teresa Paula Ferreira Kol de Alvarenga *	03/12/65	L – Direito	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Chefe de Divisão na Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, em 28/9/02

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Ana Isabel de Sá Linhares de Andrade	12/09/46	L – História; Cursos Complementares em História da Arte e Arqueologia; Curso Profissional de BAD (Biblioteca, arquivo e documentação)	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Chefe de Divisão na Direcção-Geral dos Assuntos Consulares em Comunidades Portuguesas, em 5/1/04
Maria Ermelinda da Silva Arede	26/11/52	L – Ciências Político-Sociais e em Ciências Antropológicas e Etnológicas; M – Relações Internacionais; Curso de Formação Diplomática	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Na Embaixada em Seul, em 17/9/2000
Carla Sofia Peres Cansado de Azevedo Batalha	19/01/70	L – Direito; PG – Estudos Europeus	07/03/96	28/05/97	07/03/01						No Consulado Geral em São Paulo, como Cônsul-Geral Adjunta, em 24/10/03
Cláudia Verena de Spínola Boesch *	22/03/67	L – Direito	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Chefe de Divisão, na Direcção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe, em 24/2/03
Ana Sofia Pessanha de Barros e Carvalhosa	19/07/66	L – Direito	07/03/96	28/05/97							Na Embaixada em Moscovo, em 18/3/02

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Maria Cristina Xavier Castanheta	19/01/65	L – Línguas e Literaturas Modernas	01/02/95	26/04/96	01/02/00	02/02/03					Na Secretaria de Estado, em 4/1/04
Sónia Maria Melo e Castro	05/01/66	L – Relações Internacionais; PG – Estudos Europeus	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Missão Permanente junto das Organizações Internacionais, em Genebra, em 6/11/2000
Fernanda Isabel Cadilhe Veiga Coelho *	15/06/72	L – Relações Internacionais	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Brasília, em 31/10/2000
Maria Filipa Araújo Rocha Menezes Cordeiro	20/06/59	L – Estudos Clássicos e Franceses; M – Literaturas Clássicas e em Eslavística	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Na Secretaria de Estado no Serviço de Cifra, em 4/8/03
Susana Oliveira de Sousa Diogo Vaz Patto *	24/05/67	L – Relações Internacionais	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Na Embaixada em Luanda, em 29/9/2000
Maria Manuel Quintela Baptista Durão *	19/08/64	L – Direito	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Cônsul em Lille, em 29/9/2000
Maria Leonor Jordão Penalva Esteves	10/08/64	L – Comunicação Social	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Secretaria de Estado, em 5/1/04

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Maria Manuela Silva Ramos Caldas Faria *	09/07/59	L – Línguas e Literaturas Modernas	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Chefe de Divisão, na Direcção-Geral das Relações Bilaterais, em 16/87/03
Florbela Matos Correia Santos Ferreira	09/02/70	L – Relações Internacionais	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Missão Permanente junto da Organização das Nações Unidas, em 16/8/02
Teresa Manuela Melleiro Abraão Proença Ferreira	04/08/68	L – Direito	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Moscovo, em 9/7/99
Maria Madalena Lobo Carvalho Fischer *	27/12/63	L – Direito; M – Direito Comparado e Comunitário	01/02/95	26/04/96	01/02/00	02/02/03					Na Secretaria de Estado, chefe de Divisão, na Direcção de Serviços de Política Externa e Segurança Comum, em 22/4/03
Luisa Maria Machado da Palma Fragoso *	11/09/69	L – Relações Internacionais PG – Estudos Europeus e em Gestão de Negócios Internacionais	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Na Embaixada em Berlim, em 7/11/01
Maria de Fátima Esteves González *	22/05/61	L – Direito	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Chefe de Divisão na Direcção de Serviços da África Subsariana, da Direcção-Geral de Relações Bilaterais, em 29/8/01

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Carla Alice Teixeira Grijó *	02/10/66	L – Direito; PG – Estudos Europeus	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Jacarta, em 23/9/2000
Maria Rita Gonçalves da Costa Marques Guerra Bingre do Amaral *	29/07/69	L – Gestão e Administração Pública	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Haia, em 30/11/01
Rita Maria Figueiras Henriques Laranjinha Patrício Vieira *	18/08/70	L – Relações Internacionais; “Diplôme d’Etudes Européennes Approfondies en Sciences Politiques et Administratives”	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Madrid, em 5/9/2000
Mónica Pereira de Sales Lisboa dos Santos Ferro *	16/01/71	L – Relações Internacionais PG – Estudos Europeus	01/02/95	26/04/96	01/02/01	02/02/03					Na Embaixada em Berna, em 30/9/2000
Helena Maria Rodrigues Fernandes Malcata	15/06/66	L – Direito; PG – Estudos Europeus	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Adjunta no Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, em 17/9/02
Sara Feronha Martins	27/03/71	L – Direito; ”Diplôme d’Etudes Approfondies en Droit Commnautaire”	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Representação Permanente junto da ONU, em 5/1/04

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Maria Teresa Alves Pereira Nunes de Matos *	04/08/66	L – Línguas e Literaturas Modernas	13/05/92	28/10/93	02/03/98						Na Secretaria de Estado, em 13/5/92
Maria Cristina Albuquerque de Vilhena Moniz Moreira *	22/11/67	L – Línguas e Literaturas Modernas	01/02/95	26/04/96	01/02/00	02/02/03					Em Comissão de Serviço na Embaixada em Dublin, em 1/12/03
Beatriz da Silva Moreira *	20/06/59	L – História; PG – Estudos Europeus	21/12/90	15/12/92		22/12/98					Na Embaixada em Bucareste, em 1/10/02
Mónica Maria de Magalhães Moutinho	30/07/60	L – Direito	07/03/96	28/05/97	07/03/01						No Instituto Camões, em 7/11/2000
Indira Rodrigues Noronha	23/01/71	L – Direito	01/02/95	26/04/96	01/02/00	02/02/03					Na Secretaria de Estado, em 9/1/04
Helena Alexandra Andrade Furtado de Paiva	29/10/66	L – Direito	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Na Missão Permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 11/8/2000
Maria Amélia Maio de Paiva *	21/01/61	L – História	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, na Presidência do Conselho de Ministros, em 18/9/02

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Florbela Alinho Paraíba	29/06/72	L – Relações Internacionais	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Washington, em 17/1/02
Isabel Maria Oliveira Brilhante Pedrosa *	07/08/64	L – Direito; PG – Estudos Europeus	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Na Missão em Díli, em 21/2/02
Maria da Conceição de Sousa Pilar (Dias)	18/03/67	L – Relações Internacionais PG – Estudos Europeus	13/05/92	27/10/93	02/03/98	13/05/00					Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, no Departamento Geral de Administração, em 7/10/02
Maria Virgínia Mendes da Silva Pina	30/09/69	L – Direito	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Delegação junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 26/10/2000
Cláudia Renata Figueiredo da Mota Pinto *	31/12/68	L – Relações Internacionais M – Relações Internacionais	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Na situação de equiparada a Bolseira, em 1/4/02
Manuela Paula Teixeira Pinto	27/08/70	L – Relações Internacionais; PG – Estudos Europeus	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Representação Permanente junto da União Europeia, em Bruxelas, em 17/9/01
Maria Jorge Lobo da Guerra Pires	25/08/57	L – Direito	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Cônsul em Versalhes, em 5/1/01

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Filipa Maria Correia de Sampaio Calheiros Ponces	25/11/65	L – Direito	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Chefe de Divisão na Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, em 3/3/04
Cristina Maria Cerqueira Pucarinho *	12/08/65	L – Direito; PG – Integração Europeia	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Na Embaixada em Maputo, em 5/1/04
Maria Isabel de Carvalho Mendonça Raimundo	08/07/66	L – Direito; PG – Estudos Europeus; “Diplôme Européen des Hautes Études Internationales” e Certificat des Études Supérieures des Communautés Européennes	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Bruxelas, em 14/10/02
Isabel Margarida Bela Ferreira de Marques Batoque (Garcia Ribeiro)	18/09/63	L – Direito	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Na Embaixada em Estocolmo, em 13/5/97
Ana Filomena da Costa Rocha	16/02/67	L – Direito	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Na Embaixada em Pretória, em 5/11/01
Catarina de Mendonza y Arruda Oliveira Rodrigues	16/08/70	L – Relações Internacionais	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Washington, em 4/10/02

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Carla Manuela Lourenço Saragoça *	04/06/70	L – Direito; PG – Relações Internacionais	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Roma, em 30/9/02
Vanda Maria Dias Sequeira	13/10/71	L – Relações Internacionais	01/02/95	26/04/96	01/02/00	02/02/03					Na Embaixada em Viena, em 8/11/01
Maria Filomena Bordalo Silva Croft de Moura *	11/03/67	L – Direito; PG – Relações Internacionais	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Praia, em 6/9/2000
Carmen Bagulho Silvestre	18/02/71	L – Relações Internacionais PG – Estudos Europeus	01/02/95	26/04/96	01/02/00	02/02/03					Na Secretaria de Estado, em 4/1/04
Natércia Fernanda Portella de Viana Teixeira *	12/08/47	L – Línguas e Literaturas Modernas	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Na Secretaria de Estado, em 5/1/04
Maria João Boavida Urbano	28/08/67	L – Relações Internacionais; PG – Estudos Europeus; PG – Direito Internacional	07/03/96	28/05/97	07/03/01						Na Embaixada em Ottawa, em 7/12/03
Márcia Suzete Gomes de Almeida	15/07/73	L – Relações Internacionais, Culturais e Políticas	06/09/99								Na Secretaria de Estado, em 6/9/99

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Ana Luisa Pinho Baltazar Nunes Barata	21/04/70	L – Direito	19/02/98		20/02/03						Na Comissão Europeia, em 16/11/02
Helena Gilda Moreira Freire de Morais Barroco	03/08/60	L – Filosofia; L – linguística; M – Interpretação de Conferências; DR – Filosofia da Física Quântica	19/02/98		20/02/03						Consultora da Casa Civil do Presidente da República, em 1/12/99
Maria Helena de Oliveira Bicho	27/05/73	L – Relações Internacionais	19/02/98		20/02/03						Na Embaixada em Viena, em 17/7/03
Alexandra Isabel de Meester de Ravenstein de la Croix Bilreiro	11/12/72	L – Direito; “Master in European Community Law”	06/09/99								Na Secretaria de Estado, em 6/9/99
Maria João Falcão Poppe Lopes Cardoso	11/01/61	L – Ciências Biológicas; M – Produção Vegetal	19/02/98		20/02/03						Na Embaixada em Moscovo, em 17/3/03
Ana Paula Sobral Ferreira de Menezes Cordeiro	09/11/72	L – Relações Internacionais	19/02/98		20/02/03						Na Secretaria de Estado

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Sara Batoréo Pinto de Lemos Crespo	13/11/74	L – Direito; PG – Relações Internacionais	06/06/99								Na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em 5/7/03
Maria Joana da Costa Afonso Lino Gaspar	21/05/75	L – Relações Internacionais	19/02/98		20/02/03						Na Embaixada em Paris, em 1/10/02
Patrícia Carla Dourado Gaspar	02/07/71	L – Relações Internacionais; M – Desenvolvimento e Cooperação Internacional	19/02/98		20/02/03						Na Embaixada em S Tomé e Príncipe, em 1/10/01
Vera de Amorim Ferreira Reis Leal Goulart de Ávila *	05/02/72	L – Relações Internacionais; “Diplôme d’Études Européennes Approfondies en Sciences Politiques et Administratives”	19/02/98		20/02/03						Na Secretaria de Estado, em 19/2/98
Ana Branco Rodrigues Leitão	04/10/74	L – Direito; “Diplôme d’Études Approfondies en Droit Communautaire	06/09/99								Na Secretaria de Estado
Maria Manuela de Sousa Carmo Lima	05/05/70	L – Direito; PG – Estudos Europeus	19/02/98		20/02/03						Na Secretaria de Estado, em 19/2/98

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Maria da Graça Costa Macedo	15/01/71	L – Direito	06/09/99								Na Secretaria de Estado, em 6/9/99
Sandra Cristina Velhinho de Magalhães	11/06/71	L – Direito; PG – Ciências Jurídico-Administrativas	06/09/99								Na Secretaria de Estado, em 6/9/99
Ana Helena Pinheiro Marques	05/05/72	L – Economia; PG – Estudos Europeus “Master of Arts in European Economic Studies”	06/09/99								Adjunta do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 6/4/02
Cristina Isabel Domingos de Matos	05/12/73	L – Relações Internacionais	19/02/98		20/02/03						Na Embaixada em Kiev, em 17/2/03
Ana Cláudia Álvares de Lemos de Lema Monteiro *	11/08/72	L – Relações Internacionais; PG – Estudos Europeus	06/10/99								Na Direcção-Geral de Política Externa, em 12/2/03
Lina Isabel de Castro Mota	06/08/70	L – Filosofia; Diplomada em Ciências Pedagógicas; M – Filosofia	06/09/99								Na Embaixada em Nairobi, em 15/4/03

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Lúcia Isabel de Noronha e Meneses Portugal Nuncio	23/09/73	L – Relações Internacionais	06/09/99								Na Secretaria de Estado, em 6/9/99
Shelley Margaret Garcia de Sá Pires	26/05/75	L – Direito	06/09/99								Na Secretaria de Estado, em 6/9/99
Marta Sofia Machado Garcia Ribeiro	11/03/74	L – Relações Internacionais; M – Estudos Internacionais e Diplomacia	06/09/99								Na Embaixada em Díli, em 8/12/02
Lídia Margarida Bandeira Nabais da Silva	03/02/75	L – Direito	06/09/99								Adjunta do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1/5/02
Maria Isabel Pinto Valente da Silva	28/10/69	L – Relações Internacionais, Culturais e Políticas; PG – Estudos Europeus Política e Administração	06/09/99								Na Direcção-Geral de Política Externa, em 18/2/03
Maria Manuel Morais e Silva	05/12/74	L – Relações Internacionais, Culturais e Políticas; M – Relações Internacionais e Estudos Europeus	06/09/99								Na Secretaria de Estado, em 6/9/99

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Maria Leonor Vieira Sousa	02/09/67	L – Relações Internacionais; Diplomada em Administração Pública	06/09/99								Na Secretaria de Estado, em 6/9/99
Paula Maria Vale Cardoso Vicente *	28/04/66	L – História	06/09/99								Na Secretaria de Estado, em 6/9/99

Fonte: *Anuários Diplomático e Consular Português*: 1979 a 2004 do MNE

* - Casada

ANEXO B.2 – Inventário dos Percursos Individuais dentro da Carreira Diplomática - Homens

HOMENS NA CARREIRA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA
APÓS 1974 (Anuário referido a 2004)

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Albertino dos Santos Fonseca de Almeida *	25/08/63	L – Direito								28/07/75 Político	Embaixador de Portugal no Maputo, em 28/7/75; Na Secretaria de Estado, em 22/11/82
Manuel João da Palma Carlos	24/06/15	L – Direito								25/10/77 Político	Embaixador em Havana, em 25/10/77
José Pires Cutileiro *	20/11/34	Doutor em Ciências Sociais; “Lecturer” em Antropologia Social								02/06/77 Político	Na disponibilidade em 20/11/99

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
José Custódio de Freitas Fernandes Fafe	31/01/27	L – Ciências Histórico-Filosóficas								28/01/75 Político	Embaixador em Havana, em 28/1/75; Embaixador no México, em 25/10/77 Embaixador na Cidade da Praia, em 19/3/86; Embaixador em Buenos Aires, em 28/11/90; Na disponibilidade em serviço, desde 31/1/92
Pedro Manuel Cruz Roseta *	29/06/43	L – Direito								19/10/81 Político	Embaixador Representante Permanente de Portugal junto da OCDE, em Paris, em 19/10/81
José Augusto Lopes e Seabra *	18/02/37	L – Direito; DR – Estudos Ibéricos								19/02/86 Político	Embaixador, Representante Permanente de Portugal junto da UNESCO, em Paris, em 19/2/86; Embaixador de Portugal em Nova Deli, em 30/11/92

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Henrique Manuel Fusco Granadeiro	02/12/43	L – Organização e Administração de Empresas								19/02/79 Político	Embaixador Representante Permanente de Portugal junto da OCDE, em 19/2/79
Álvaro Manuel Soares Guerra *	19/10/36	Frequência da Faculdade de Direito de Lisboa								01/07/77 Político	Embaixador em Belgrado, em 1/7/77 Embaixador em Kinshasa, em 26/2/84 Embaixador em Nova Delhi, em 2/8/88; Na Secretaria de Estado, em 23/12/92
Ernâni Rodrigues Lopes *	20/02/42	L – Economia								17/02/75 Político	Embaixador em Bona, de 17/02/75 a 10/07/79; Na secretaria de Estado em, 06/11/85
António Antero Coimbra Martins *	30/01/27	L – Filologia Românica								13/01/75 Político	Embaixador em Paris, em 13/01/75; Reintegrado em 18/5/83
Victor José Costa da Cunha Rego *	30/08/33	Jornalista								07/06/77 Político	Embaixador em Madrid, em 07/06/77
Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa *	20/11/19	L – Engenharia								02/06/77 Político	Embaixador em Caracas, em 02/06/77

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia *	12/10/39	L – Engenharia Civil								30/05/88 Político	Embaixador extraordinário e plenipotenciário de Portugal na República Democrática de S. Tomé e Príncipe, em 30/05/88
Fernando Augusto dos Santos Martins	10/10/30	L – Engenharia; L – Economia								21/09/88 Político	Embaixador, Representante Permanente de Portugal junto da OCDE em Paris, desde 21/09/88
Basilio Adolfo de Mendonça Horta da Franca *	16/11/43	L – Direito								05/09/02 Político	Representante permanente junto da OCDE em 05/09/2002
João Luís Laranjeira de Abreu *	31/05/48	L – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	01/07/76	05/09/78	23/04/80	05/03/86	08/06/93				Consul em Vancouver em 24/02/2003
Rui Nogueira Lopes Aleixo *	03/05/47	L – História	13/08/75	12/01/78	15/12/79	10/09/84	08/06/93	24/09/99	24/09/02		Coordenador da presidência portuguesa da OSCE em 01/06/02
Pedro Luís Baptista Moitinho de Almeida *	09/01/51	L – Economia	13/08/75	12/01/78	17/04/79	10/09/84	08/06/93	02/03/98	02/03/01		Cônsul-Geral em Macau, em 17/02/2003

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
João Reinaldo Ferreira Amador *	16/06/30	L – Ciências Sociais e Políticas	13/08/75	05/01/78	19/11/79	17/08/84	08/08/90				Na disponibilidade em serviço, em 11/05/95
José Manuel da Costa Arsénio *	11/04/43	L – Filologia Germânica	13/01/75		19/05/77	01/10/82	08/08/90	26/04/96	26/04/99		Na Embaixada em Teerão, com credenciais de embaixador em 15/03/98
José Fernando Parreira Faleiro Baltazar	07/10/38	L – Direito	13/08/75	12/01/78	17/04/79	10/09/84					Chefe de Divisão da Direcção de Serviços da África Subsariana, em 06/03/89
Gonçalo Aires de Sá da Bandeira *	22/01/40	L – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	13/01/75		19/05/77	10/10/82					Primeiro-secretário de embaixada, em 02/03/98
José Branco Monteiro Baptista	05/03/34	L – Ciências Sociais e Políticas	01/07/76	13/10/78	23/04/80	27/12/85	08/08/90				Na Secretaria-Geral em 28/05/96
Américo Rodrigues Madeira Bárbara *	03/08/46	L – Direito	13/08/75	12/01/78	26/12/78	10/09/84	08/08/90	26/04/96	27/04/99		Consul-geral em Boston em 10/08/99
Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros *	26/01/44	L – Direito	13/01/75	01/09/77	14/03/78	13/10/82	08/08/90	26/04/96	26/04/99		Na Embaixada em Adis-a-beba, com credenciais de embaixador , em 23/05/02

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
José Manuel Santos Braga *	05/01/49	L – Filologia Germânica	01/07/76	05/09/78	15/12/80	27/12/85	08/08/90	02/03/98	02/03/01		Na Embaixada em Jacarta, com credenciais de embaixador , em 01/07/2003
António Augusto Montenegro Vieira Cardoso *	18/08/44	L – Direito	21/04/75	05/09/78	17/04/79	27/12/85	08/06/93	04/05/01			Na Secretaria de estado em 03/03/2004
Manuel Joaquim dos Santos Cardoso *	22/11/44	L – Ciências Históricas; Curso de Ciências Pedagógicas	01/07/76	05/09/78	28/10/80	27/12/85					Na embaixada em Bogotá em 10/01/98
António Jorge Jacob de Carvalho	26/04/46	L – Ciências Sociais e Políticas; PG – Ciências Políticas	25/08/75	05/01/78	23/04/80	10/09/84	08/06/93	24/09/99	24/09/02		Na embaixada na Guiné-Bissau, com credenciais de embaixador , em 10/2001
João Pedro de Almeida da Silveira Carvalho *	19/12/48	L – Ciências Sociais e Política Ultramarina; Certificado em Ciências Políticas	13/01/75		19/05/77	01/10/82	26/07/90	09/03/95	04/04/98	23/12/02	Embaixador em Ottawa, em 16/11/2003
José António de Brito Sequeira de Carvalho *	25/02/47	L – Economia; M – Economia; M – Sociologia; M – Ciências Políticas	13/08/75	12/01/78	10/09/84	02/03/98					Administrador principal na Direcção-Geral do Desenvolvimento (VIII) da Comissão Europeia, 1996

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
António Maria Rêgo de Mello e Castro	12/04/49	Diplomado em Administração Ultramarina; Curso Complementar de Estudos Ultramarinos	13/01/75		19/05/77	01/10/82	08/08/90	09/03/95	09/03/98		Cônsul-Geral em Frankfurt, em 30/04/2003
João Manuel Pina Perestrello Cavaco	02/09/51	L – Direito	01/07/76	05/09/78	06/02/81	27/12/85	08/06/93				Consul geral em Sydney em 15/8/2003
Francisco Manuel Seixas da Costa *	28/01/48	L – Ciências Político-Sociais	13/08/75	12/01/78	17/04/79	10/10/84	08/08/90	22/02/94	02/03/98	28/11/01	Presidente do Conselho Permanente da OSCE de 02/09/2002 a 31/12/2002
Joaquim José Ferreira da Fonseca *	13/11/41	L – Direito	01/07/76	11/10/78	23/04/80	27/12/85	08/06/93	04/05/01			Chefe da representação junto da Autoridade Palestina, em Rmalla, em 7/8/2001
Pedro Joaquim Gonçalves dos Santos Gomes *	13/03/39	L – Ciências Sociais e Políticas	01/07/76	05/09/78	28/07/82	23/08/86	08/06/93				Adjunto do Inspector-Geral diplomático e consular, em 03/05/99
José Manuel de Carvalho Lameiras	26/11/46	L – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	13/01/75		19/05/77	01/10/82	08/08/90	26/04/96	27/04/99		Na embaixada de Rabat, com credenciais de embaixador , em 12/2002
Walter José Ramos dos Santos Leitão *	17/11/40	L – Ciências Sociais e Políticas	11/08/75	05/01/78	26/12/78						Na Secretaria de Estado, em 08/05/81

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Joaquim José Lemos Ferreira Marques *	16/06/49	L – Ciências Sociais e Política Ultramarina	01/07/76	19/05/77	23/04/80	27/12/85	08/06/93	24/09/99	24/09/02		Na embaixada em Nova Delhi, com credenciais de embaixador , em 18/11/2002
José Manuel Bulhão Martins	05/02/43	L – Filologia Românica	13/01/75		19/05/77	01/10/82	08/08/90	26/04/96	26/04/99		Na Secretaria de Estado em 06/11/2000
Manuel da Silva Pracana Martins *	16/02/43	L – Direito	13/01/75		19/05/77	01/10/82	08/08/90	26/04/96	26/04/99		Consul geral em Marselha em 24/9/2001
Mário Godinho de Matos *	14/03/51	L – Economia	01/07/76	19/05/79	01/10/82	27/12/85	08/08/90	26/04/96	26/04/99		Na Embaixada em Havana, com credenciais de embaixador , em 08/03/2004
Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes *	21/11/50	L – Direito	13/08/75	12/01/78	14/03/78	13/10/82	08/09/93	02/03/98	02/03/01		Na embaixada em Budapeste, com credenciais de embaixador em 03/02/2003
Simeão Archer Pinto de Mesquita *	13/09/49	Diplomado com o Curso de Administração do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas	01/09/76	06/10/78	01/10/82	16/08/90	08/06/93				Cônsul-Geral em Zurique em 20/9/2002
Afonso Maria Teixeira da Mota *	22/04/41	L – Filosofia	13/01/75		19/05/77	01/10/82	08/06/93				Na disponibilidade em 22/04/2001

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Álvaro José Costa de Mendonça e Moura *	17/03/51	L – Direito	13/08/75	12/01/78	14/03/78	13/10/82	08/08/90	22/02/94	02/03/98	13/08/02	Representante permanente junto da UE em 01/10/2002
Eduardo de Magalhães do Amaral Neto	31/05/49	L – Finanças	01/09/76	06/10/78	10/09/84						Em licença de longa duração, em 1/2/87
Fernando Manuel de Mendonça d'Oliveira Neves *	25/01/47	L – Direito	13/08/75	05/01/78	14/03/78	13/10/82	08/08/90	22/02/94	02/03/98	28/11/01	Embaixador em Dublin em 08/10/2002
Carlos Manuel Durrant Pais *	27/03/44	L – Ciências Sociais e Políticas	13/08/75	12/01/78	11/04/78	23/07/83	08/08/90	22/02/94	02/03/98		Chefe da Delegação da OECE em SKOPGE em 01/12/2002
Eurico Jorge Henriques Paes *	03/06/46	L – Direito	13/01/75		19/05/77	01/10/82	08/08/90	09/03/95	04/04/98		Na embaixada em Harare com credenciais de embaixador em 08/06/2000; Na Secretaria de Estado como Chefe do Protocolo do Estado em 10/09/2002
João António da Silveira de Lima Pimentel *	23/12/47	L – Direito	13/08/75	05/01/78	14/03/78	23/07/83	08/08/90	22/02/94	02/03/98		Na embaixada de Bangué Coque, com credenciais de embaixador , em 17/10/2002
Silvino Moreira Ribeiro *	05/05/42	L – Filosofia; L – Teologia	13/08/75	05/01/78	15/12/79	27/12/85	09/06/93				Na disponibilidade em 05/05/2000

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
João Pedro Leone Zanatti Rodrigues *	14/02/46	L – Ciências Sociais e Políticas	13/01/75		19/05/77	01/10/82	08/08/90	26/04/96	27/04/99		Acreditado como embaixador não residente em Riga, em 22/01/2002
José Lages dos Santos *	12/04/49	L – Direito	13/08/75	12/01/78	19/11/79	27/12/85	06/09/95				Consul em Portalegre em 27/11/2000
António Luiz da Silva Sennfelt	26/01/41	L – Filologia Germânica	01/07/76	05/09/78	01/10/82	08/09/90	08/06/93	16/11/98	16/11/01		Na embaixada em Maputo, com credenciais de embaixador em 04/10/2002
Francisco Manuel Guimarães Henriques da Silva *	17/12/44	L – História	13/01/75		19/05/77	01/10/82	08/08/90	09/03/95	04/04/98		Embaixador não residente no Sri Lanka em 25/06/2002
José Jaime Fernandes Ribeiro da Silva *	27/09/41	L – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; L – Administração Económico-Financeira	01/07/76	05/09/78							No Consulado em Curitiba, em 18/09/79
Paulo Tiago Fernandes Jerónimo da Silva	26/08/51	L – Direito	13/08/75	05/01/78	14/03/78	13/10/82	08/06/93	02/03/98	05/02/00		Na embaixada em Sófia com credenciais de embaixador em 09/09/01

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Luís Manuel Dias da Silveira *	02/01/40	L – Direito	13/01/75		19/05/77	01/10/82	08/06/93				Na Secretaria de Estado, em 01/09/95
Fernando Manuel Dias de Almeida e Vasconcellos	06/07/52	L – Direito; Curso de Direito Internacional	11/08/75	05/01/78	14/03/78						Na Secretaria de Estado, em 11/8/75
José Manuel da Encarnação Pessanha Viegas *	18/05/46	L – Filosofia; L – Ciências Pedagógicas	13/08/75	12/01/78	14/03/78	27/12/85	08/06/93	24/09/99	25/09/02		Na embaixada em Kiev com credenciais de embaixador em 14/09/2003
José Guilherme Feijão Queiroz de Ataíde	16/08/56	L – Direito	30/07/79		01/10/82	08/08/90	08/06/93	02/03/98	26/02/02		Em licença sem vencimento desde 01/09/2002
Luís José Moreira da Silva Barreiros *	22/06/48	L – Direito	22/10/80	07/05//83	10/09/84	08/08/90	04/10/94	26/03/02			Encarregado de negócios com cartas de gabinete, em Bagdade em 28/05/2001
Henrique Manuel Vilela da Silveira Borges *	12/02/54	L – Filosofia	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93	02/06/00	03/06/03		Na embaixada em Ryade com credenciais de embaixador em 05/02/2004
José Filipe Mendes Moraes Cabral *	06/12/50	L – Ciências Políticas e Diplomáticas	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93	02/03/97	02/03/00		Com credenciais de embaixador em Tel Aviv em 21/06/99; Chefe da casa civil do Presidente da República em 01/07/2001

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
António Correia Cardoso *	13/10/32	L – Direito	22/10/80	07/05/83	10/09/84	08/08/90	24/09/94				Director de Serviços de Direito Internacional no Departamento dos Assuntos Jurídicos, em 09/11/95
Fernando António Alberty Tavares de Carvalho	28/05/51	L – Direito	30/07/79	07/05/83	10/09/84		24/09/94				Na missão temporária em Sarajevo em 31/07/2003
Fernando da Silva Gouveia Coelho *	16/02/53	L – Direito	22/10/80	07/05/83	10/09/84	08/08/90	24/09/94				Na embaixada em Tóquio em 30/07/99
António Manuel Moreira Tânger Corrêa *	24/04/52	L – Direito	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93		17/11/01		Na embaixada em Belgrado com credenciais de embaixador em, 17/03/99; Cônsul Geral no Rio de Janeiro em 27/04/2003
Francisco Camolas dos Santos Correia *	12/04/47	L – História	30/07/79	01/10/82	12/11/82	08/08/90	08/06/93				Cônsul-Geral em Bordéus, em 28/11/2003
Alfredo Manuel Silva Duarte Costa *	04/05/46	L – Ciências Políticas e Diplomáticas	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93	16/11/98	16/11/04		Na Embaixada em Kinshasa, com credenciais de embaixador , em 30/03/2004
António Augusto Russo Dias	04/09/43	L – Direito	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93	16/01/98	17/01/01		Embaixador não-residente em Skopje, em 29/10/2001

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Emídio da Veiga Domingos *	20/10/41	Docteur en Science Politique; Maitre de Philosophie; Diplôme d'Études Approfondies en Science Politique; L – Logique Formelle; Diplôme de Culture Française Contemporaine	22/10/80	07/05/83	10/09/84	08/08/90	24/09/94				Na disponibilidade, em 20/10/99
Francisco Manuel da Fonseca Xavier Esteves *	21/07/54	L – História	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93	05/02/97	05/02/00		Na Embaixada em Luanda, com credenciais de embaixador , em 13/10/2002
José Joaquim Esteves dos Santos de Freitas Ferraz *	29/10/49	L – História	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93	02/03/98	05/02/00		Na Embaixada em Copenhague, com credenciais de embaixador , em 11/12/2000
Manuel Maria d'Athouguia da Rocha Fontes *	14/02/54	L – Finanças; M – Business Administration	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90					Licença sem vencimento, desde 02/10/90, a fim de prestar serviço em Organismos Internacionais

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Carlos Manuel Leitão Frota	02/06/47	L – Direito	30/07/79	23/01/82	01/10/82	24/07/90	08/06/93	16/11/98	16/11/01		Na Embaixada em Seul, com credenciais de embaixador , em 10/10/2002
João Manuel da Cruz da Silva Leitão *	26/08/52	L – Direito; M – Ciências Jurídico-Políticas	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93	24/09/99	24/09/02		Subdirector-Geral das Relações Bilaterais, em 24/09/99
Silvino Octávio Valente Ferreira Leite	14/04/52	L – Direito	19/02/81	30/08/83	10/09/84	08/08/90	08/08/95				Na disponibilidade, em 01/12/2002
Luís João de Sousa Lorrvão *	03/08/53	L – Direito; L – Ciências Políticas e Sociais	19/02/81	30/08/83	27/12/85	08/08/90	24/09/94	12/04/04			Director adjunto do Departamento Geral da Administração, em 25/8/2003
Pedro Vasconcelos de Fontoura Madureira	07/10/51	L – Economia	30/07/79	26/01/82	01/10/82	08/08/90	09/06/93	04/05/01			Em licença de longa duração, desde 06/05/2002
António Félix Machado de Faria e Maya *	17/10/45	L – Direito	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	09/06/93	26/02/97	26/02/00		Na Embaixada em Santiago do Chile, com credenciais de embaixador em 02/03/2001

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
José Manuel Soares Beleza Pais Moreira	02/02/47	L – Direito	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	09/06/93	07/03/02			Na Secretaria de Estado, em 05/01/2004
Sérgio Manuel Pinto Moutinho	04/04/49	L – Filosofia	22/10/80	07/05/83	10/09/84						Na Embaixada em Ankara, em 26/10/88
Mário Fernando Damas Nunes *	19/07/50	L – Direito	15/12/80	07/05/83	10/09/84	08/08/90	24/09/94				Na Embaixada em Bruxelas, em 01/09/2000
Augusto José Pestana Saraiva Peixoto *	11/10/52	L – Direito	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	09/06/93	04/05/01			Sub-Chefe do Protocolo de Estado, em 09/12/2003
João Luís Niza Pinheiro *	24/02/48	L – Economia	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93		02/03/98		Na Embaixada em Dakar, com credenciais de embaixador em 12/04/99
Alfredo Lopes Pires *	10/05/31	L – Direito; Diploma Superior de Estudos Franceses Modernos	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93				Director de Serviços do Arquivo e Expediente, em 22/01/96
António Alberto Passos Lobo de Araújo Queiroz *	28/06/31	L – Filologia Germânica; L – Direito	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93				Na disponibilidade em serviço, em 11/05/95

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
António Carlos Carvalho de Almeida Ribeiro *	22/08/55	L – Direito	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	08/06/93	16/11/98	16/11/01		Na Embaixada em Buenos Aires, com credenciais de embaixador em 30/09/2002
Paulo Jorge Albuquerque Delgado Rufino *	09/04/51	L – Direito	19/02/81	29/02/83	27/12/85	08/08/90	16/08/97				Na Embaixada em Luanda, em 16/01/2004
Walid Maciel Chaves Saad *	25/01/49	L – Economia; Diplomado em Integração Europeia	22/10/80	07/05/83		02/03/98					Na Secretaria de Estado, em 05/01/2004
João Paulo de Matos Sequeira Berberan e Santos *	10/06/53	L – Direito	22/10/80	07/05/83	10/09/84	26/07/90	24/09/94				Na Embaixada em Pequim, em 24/09/2003
José Bouza Serrano *	20/07/50	L – Direito	30/07/79	23/01/82	01/10/82	08/08/90	09/06/93	04/05/01			Vice-Presidente do Instituto Camões, em 01/02/2003
João José Gomes Caetano da Silva *	26/04/56	L – Direito	22/10/80	07/05/83	10/09/84	08/08/90	24/09/94	02/06/00			Na Embaixada em Manila, com credenciais de embaixador em 28/02/2001
António Maria Vieira Botelho de Sousa *	17/04/48	L – Direito; Curso sobre a Conjuntura Internacional	22/10/80	07/05/83	10/09/84	08/08/90	24/09/94				Cônsul em Providence, em 08/07/2000

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
João José de Ataíde Amaral Marques Teixeira	29/09/48	L – Direito	22/10/80	07/05/83	10/09/84	08/08/90	24/09/94				Na disponibilidade, em 01/04/2001
Paulo Jorge Sousa da Cunha Alves *	21/07/64	L – Relações Internacionais	30/06/87	19/04/90		02/03/98					Conselheiro Técnico Principal na Representação Permanente junto da UE-REPER, em 26/03/2004
Manuel Lobo Antunes *	27/06/58	L – Direito; PG – Estudos Europeus	12/03/84	27/10/86	15/04/87		04/10/94	26/03/02			Subdirector-Geral da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em 06/04/2002
Fernando Manuel de Gouveia Araújo *	09/11/54	L – História	16/10/84	16/03/87	21/07/90	01/01/92	02/08/96				Em Comissão de Serviço na Secretaria de Estado, de 19/8/ a 15/12/2002, como coordenador da Organização e Logística do 10ª Conselho Ministerial da OSCE
João Mário Barahona Pinto Arez *	09/11/55	L – Direito	30/06/87	19/04/90		02/03/98					Na Embaixada em Harare, em 01/09/2000

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Francisco Carlos Duarte Azevedo *	19/05/56	L – Filosofia; Certificado de Estudos Diplomáticos do 1º Curso de Formação Diplomática	30/06/87	19/04/90		02/03/98					Cônsul-Geral em Caracas, em 11/9/2000
André Sopas de Melo Bandeira *	06/61	L – Direito	30/06/87	19/04/90		02/03/98					Na Embaixada em Roma, em 01/09/2003
Jorge Frederico Pinto de Oliveira Baptista *	05/03/53	L – Filosofia	30/04/82	09/08/84	27/12/85	08/08/90	24/09/94				Faleceu em 03/03/2004
Luís Filipe Ribeiro da Silva Barros	10/09/58	L – Direito	16/10/84	16/03/87	21/07/90		30/06/98				Na Embaixada em Haia, em 11/2/2003
Pedro Nuno de Abreu e Melo Bártolo *	26/06/59	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87		04/10/94	09/07/03			Com credenciais de embaixador em Telavive, em 28/11/2003
Nuno de Melo Bello *	14/05/61	L – Direito	30/06/87	19/04/90		02/03/98	17/05/02				Cônsul-Geral em Montreal, em 29/08/2000

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Nuno Filipe Alves Salvador e Brito *	05/08/59	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87		04/10/94	26/03/02			Assessor Diplomático do Primeiro-Ministro, em 02/07/2002
João Maria Rebelo de Andrade Cabral *	13/04/59	L – Direito	16/10/84	16/03/87	27/07/92		08/08/95				Na Embaixada de Portugal em Berlim, em 27/10/2000
Jorge Tito de Vasconcelos Nogueira Dias Cabral *	05/10/58	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87		08/08/95				Encarregado de Negócios a.i., de 7/12/2001 a 27/7/2002 e de 04/09/ a 31/10/2002
Manuel Simplicio Fadista Branco Caldeirinha	14/03/60	L – Direito	30/06/87	19/04/90			11/08/98				Na DELNATO, em 07/02/2002
João do Carmo Ataíde da Câmara *	02/06/58	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87		08/08/95				Na Direcção de Serviços da África Subsariana como Director de Serviços, em 15/10/2003
António José Alves de Carvalho *	09/08/59	L – Direito; Certificado de Estudos Europeus	30/06/87	19/04/90			30/06/98				Director de Serviços da América do Sul e Central, da Direcção-Geral das Relações Bilaterais, em 20/09/2001

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Manuel Maria Camacho Cansado Carvalho *	27/04/60	L – Direito	30/06/87	18/04/90			18/08/97				Na Secretaria de Estado, como Director de Serviços das Organizações de Defesa e Segurança (DSD), em 20/08/2001
Miguel Gonçalo Mayer Faria de Carvalho *	09/12/58	L – Direito	16/10/84	16/03/87			02/08/96				Cônsul-Geral no Luxemburgo em 05/09/2000
João José Cabral de Albuquerque Corte-Real *	21/09/53	L – História	16/10/84	16/03/87	21/07/90		18/08/97				Cônsul-Geral em Sevilha, em 07/07/2001
Carlos Maria de Gouveia Veloso da Costa	11/12/59	L – Direito	30/06/87			02/03/98					Cônsul-Geral em Toulouse, em 21/02/2003
António Luís Peixoto Cotrim	18/06/51	L – Direito	04/07/84	04/07/87	04/07/87		02/08/96				Na Embaixada em Brasília, em 02/07/2001
Bernardo Luís Fauvelet Ribeiro da Cunha *	24/04/61	L – Direito; PG – Estudos Europeus	30/06/87	14/04/90		02/03/98					No Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, em 09/04/2002

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
José Fernando Moreira da Cunha *	01/12/51	L – História; DR – Ciência Política	30/04/80	09/08/84	27/12/85	08/08/90	04/10/94	12/04/04			Na Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais em 11/11/2003
Miguel José Fawor	06/02/56	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87						Falecido a 05/03/2000
Fernando Manuel de Jesus Teles Fazendeiro *	24/01/57	L – História	12/03/84	27/10/86	04/07/90		02/08/96				Cônsul em New Bedford, em 08/99
Albertino Nunes Ferreira *	26/07/47	L – Direito	01/10/82	30/04/85	15/04/87	02/03/98					Cônsul em Nogent-Sur-Marne, em 30/07/99
Alexandre Roquette Tavares Festas	11/03/58	L – Ciências Históricas	12/03/84	27/10/86	07/04/87						Em licença de longa duração, em 24/11/88
Óscar de Campos Ribeiro Filipe	29/09/47	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87		30/06/98				Cônsul-Geral em Salvador, em 02/08/99
António Manuel Ricoca Freire	25/12/54	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87		02/08/96				Cônsul-Geral em Johannesburgo, em 19/03/2003

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Henrique Manuel Jansen Verdades Dinis da Gama	10/02/44	L – Arquitectura	16/10/84	16/03/87	21/07/90		02/08/96				Na disponibilidade, desde 10/02/2004
João Pedro Prazeres da Silva Garcia	27/01/59	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87						Em licença de longa duração, em 01/10/92
João António da Costa Mira Gomes *	04/12/59	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87		24/09/94	26/03/02			Na Embaixada em Paris, em 02/09/2001
José Júlio Pereira Gomes *	31/08/52	L – Direito; DR – “Institut Universitaire d’Hautes Études Internationales”	12/03/84	27/10/86	15/04/87		24/09/94	26/03/02			Representante Permanente junto da União Europeia Ocidental, em 01/11/2002
Ricardo Manuel Martins Passos de Gouveia *	05/07/56	L – Direito	30/06/87	19/04/90		02/03/98					Na Embaixada em Belgrado, em 24/08/2001
Manuel António Gonçalves de Jesus *	16/01/55	L – Economia	16/10/84	16/03/87	21/07/90		02/08/96				Na Representação Permanente junto da União Europeia, em 17/02/2002
Jaime Vanzeller Leitão *	11/12/56	L – Direito	16/10/84	16/03/87			08/08/95				Conselheiro de Imprensa na Representação Permanente junto da UE-REPER, em 16/05/2003

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Joaquim Alberto se Sousa Moreira de Lemos *	01/09/61	L – Direito	30/06/87	19/04/90			30/06/98				Cônsul-Geral em Lyon, em 04/01/2004
António José Emauz de Almeida Lima *	05/11/56	L – Direito	12/03/84	27/10/86	15/04/87		09/09/94	12/04/04			Chefe de Gabinete da Ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, em 09/10/2003
José Manuel Lomba *	07/11/53	L – Direito	22/04/82	09/08/84	27/12/85	08/08/90	24/09/94				Cônsul em Bilbao, em 20/08/2001
Bernardo Fernandes Homem de Lucena *	22/08/60	L – Direito	30/06/87	19/04/90		02/03/98	18/04/02				Director de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, na Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais em 11/09/2002
Rui Filipe Monteiro Belo Macieira	17/08/60	L – Economia	12/03/84	27/10/86	15/04/87		06/09/95				Na Missão Permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 25/7/2002

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Artur Monteiro de Magalhães	13/06/52	L – Direito; Curso de Formação Diplomática; Curso de Iniciação às Comunidades Europeias	30/06/87	19/04/90		02/03/98					No Consulado Geral em Toronto, em 25/08/2003
Afonso Henriques Abreu de Azeredo Malheiro *	27/05/58	L – Ciências Económicas; M – Marketing Internacional	30/06/87	01/01/90		27/06/99					Na Delegação Permanente em Bruxelas, em 01/10/2001
Carlos José de Pinho e Melo Pereira Marques	18/05/62	L – Direito	30/06/87	14/04/90			30/06/98				Na Representação Permanente de Portugal junto das Organizações Internacionais, em Viena, em 14/12/2003
Francisco Carvalho de Sá Martha *	07/06/46	L – História	12/11/82	24/10/85	15/04/87		02/08/96				Na Secretaria de Estado em, 28/11/2003
Hugo Solano Cabral de Moncada	21/05/55	L – Direito	16/10/84	16/03/87	04/07/90		08/96				Faleceu em 20/07/2002
António Manuel do Amaral Quinteiro Lopes Nobre *	14/06/55	L – Direito	04/03/85	26/08/87	21/07/90		02/08/96				Cônsul-Geral em Barcelona, em 06/11/2001

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Jorge Ayres Roza de Oliveira *	21/09/59	L – Línguas e Literatura Modernas	12/03/84	21/01/88	21/07/90		08/08/95				Chefe do Gabinete da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em 09/02/2004
João Morais Sarmento Patrício *	06/03/64	L – Antropologia	30/06/87	19/04/90		26/03/98	11/08/98				Director de Serviços na Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais em 16/12/2003
António Gaspar Inocêncio Pereira	06/08/55	L – Organização e Gestão de Empresas; Diplomado em Relações Internacionais; PG – Ciência Política	12/03/84	27/10/86	15/04/87		24/09/94				Na Embaixada no Cairo, em 22/08/2002
Bernardo Luís de Carvalho Futscher Pereira *	28/02/59	L – História; M – Relações Internacionais; Master em Filosofia	30/06/87	19/04/90			01/02/98				Assessor para as Relações Internacionais da Casa Civil do Presidente da República, em 28/06/99
Jorge Ryder Torres Pereira *	30/03/56	L – Medicina	30/06/87	19/04/90			11/08/98				Na Embaixada em Moscovo, em 01/10/2001

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
José Fernando Alves da Costa Pereira *	15/04/58	L – História	16/10/84	16/03/87	21/07/90		18/08/97				Na Embaixada de Portugal, em Washington, em 02/12/2003
João Nugent Ramos Pinto *	11/08/49	L – Direito	22/04/82	09/08/84	27/12/85	08/08/90	24/09/94	07/03/02			Encarregado de Missão junto do MNE para as questões relativas à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 13/09/2001
Ricardo Eduardo Vaz Pereira Pracana	21/06/56	L – Ciências Políticas; L – Estudos Europeus	16/10/84	16/03/87	21/07/90		08/08/95				Cônsul-Geral em Roterdão, em 19/05/99
João Manuel Quesado Manso Preto *	27/10/58	L – Ciências Económicas; L – Ciências Políticas; M – Ciências Políticas	16/10/84	16/03/87	04/07/90	02/03/98					Na Embaixada em Camberra, em 19/11/2003
Luís Filipe Melo e Faro Ramos *	25/05/62	L – Direito	30/06/87	18/04/90			30/06/98				Na Missão Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais em Genebra, em 21/12/99

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Gualdino Avelino Rodrigues *	26/09/46	L – Direito	04/03/85	26/08/87	04/07/90	02/03/98					Na Secretaria de Estado, em 08/09/2001
Caetano Luís Pequito de Almeida Sampaio *	16/12/57	L – Direito	12/03/84	27/10/86	07/04/87		24/09/94	09/07/03			Presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em 15/01/2003
Luís Augusto Fernandes Gaspar da Silva *	05/08/57	L – Ciências Económicas	30/06/87	19/04/90		02/03/98					Chefe de Divisão na Direcção de Serviços das Organizações de Defesa e Segurança da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais em 06/11/2000
Artur Jorge Duarte Simões *	11/07/48	L – História; PG – Relações Internacionais	01/10/82	30/04/85	21/07/90		18/08/98				Cônsul-Geral em Estrasburgo, em 02/01/2004
Luís Manuel Barreira de Sousa *	25/10/57	L – Economia; Diploma de Relações Internacionais; Certificado de Estudos Superiores	12/03/84	27/10/86	15/04/87		24/09/94	09/07/03			Cônsul-Geral em São Paulo, em 30/06/2003

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Miguel Maria Simões Coelho de Almeida e Sousa	01/08/59	L – Direito	16/10/84	16/03/87	21/07/90		24/9/94	12/04/04			Na Embaixada em Roma, em 18/01/99
Francisco Maria de Sousa Ribeiro Telles *	10/05/53	L – História	16/10/84	16/03/87	21/07/90		08/08/95	26/03/02			Na Cidade da Praia, com credenciais de embaixador em 02/10/2002
Rui Alberto Manuppella Tereno *	18/07/59	L – Direito; Certificate of Proficiency in English; Diploma de Curso de Formação de Funcionários de Países de Língua Oficial Portuguesa	12/03/84	27/10/86	15/04/87		24/09/94	12/04/04			Director de Serviços da América do Norte, em 05/06/2002
José Alberto Beato Cardoso do Vale	01/06/55	L – Filosofia	30/06/87								Na Secretaria de Estado, em 30/6/87
Miguel de Mascarenhas de Calheiros Velozo *	27/02/59	L – Direito	14/11/84	26/08/87	21/07/90		18/08/97				Cônsul-Geral em Goa, 19/08/2002
Júlio José de Oliveira Carranca Vilela *	05/12/62	L – Direito; PG – Estudos Europeus	30/06/87	19/04/90		02/03/98	18/04/02				Director dos Serviços de Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração, em 19/04/2002

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Domingos Teixeira de Abreu Fezas Vital *	27/09/58	L – Direito; PG – Comércio Internacional	12/03/84	27/10/86	15/04/87		24/09/94	26/03/02			Na Representação Permanente junto da União Europeia, em 27/09/2002
João Bernardo de Oliveira Martins Weinstein	16/09/57	L – História; PG – História – Relações Internacionais	30/06/87	19/04/90			30/06/98				Cônsul-Geral em Londres, em 23/04/2003
Ângelo Manuel de Lima Vieira Araújo *	21/05/50	L – Finanças; PG – Relações Internacionais	16/02/89	07/06/91		02/03/98	18/04/02				Director de Serviços do Cerimonial e Deslocações, em 27/01/2003
Pedro Maria Santos Pessoa e Costa *	14/10/62	L – Direito; PG – estudos Europeus; Curso de “Comunicação Governamental e Pública”	16/02/89	07/06/91		02/03/98	18/04/02				Na Missão Permanente junto do Conselho da Europa, em 11/01/2002
Luís Manuel Fernandes de Menezes de Almeida Ferraz *	9/03/61	L – Direito; PG – Estudos Europeu	16/02/89	07/06/91		02/03/98					Chefe de Divisão na Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais em 10/12/2002

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
António Manuel Câmara Pestana de Noronha Gamito *	19/04/60	L – Direito	16/02/89	07/06/91		02/03/98	17/05/02				Em comissão de serviço na Embaixada em Washington em 01/03/2004
Miguel José Rosário da Silva Jerónimo	25/08/61	L – Relações Internacionais	16/02/89	07/06/91		02/03/98					Com licença sem vencimento para exercício de funções em Organismo Internacional, em 01/10/2000
Francisco António Duarte Lopes *	13/08/63	L – Direito; PG – Estudos Europeus	16/02/89	07/06/91		02/03/98	18/04/02				Na Direcção de Serviços das Instituições Comunitárias, em 05/03/2003
António Vasco da Cunha e Lorena Alves Machado *	13/07/63	L – Direito	16/02/89	07/06/91		02/03/98	18/04/02				Na Embaixada junto da Santa Sé, em 02/08/2002
António José Raposo da Silva Pinheiro Marques	14/11/53	L – Ciências Políticas; L – Sociologia; Diploma de Altos Estudos Internacionais	16/02/89	07/06/91		02/03/98					No Protocolo de Estado, em 06/02/2003
Jorge Eduardo Perestrello Botelho Lobo de Mesquita	15/05/60	L – Antropologia	16/02/89	07/06/91		02/03/98	17/05/02				Director de Serviços na Direcção de Serviços de Administração Patrimonial, em 04/04/2003

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
João Dória Nóbrega Teotónio Pereira *	09/10/59	L – Ciências Históricas	16/02/89	07/06/91		02/03/98	18/04/02				Cônsul-Geral em Paris, equiparado a chefe de missão, em 16/01/2004
Paulo João Lopes do Rêgo Viseu Pinheiro *	08/11/63	L – Direito	16/02/89	07/06/91		02/03/98	18/04/02				Director-Geral Adjunto do Serviço de Informações Estratégicas, da Defesa e Militares, em 26/11/2002
Miguel João Alves Rita	23/01/60	L – Direito	18/10/89	07/07/92		02/03/98					Cônsul-Geral em Maputo, em 02/10/2000
António Manuel Torres Domingues Leão Rocha *	04/03/59	L – História; M – Relações Internacionais	16/02/89	07/06/91		02/03/98	17/05/02				Adjunto Diplomático no Gabinete do Primeiro-Ministro, em 11/11/2002
Pedro Manuel Bessone Gouvêa Leite de Sampaio *	02/09/59	L – Direito	16/02/89	07/06/91		02/03/98					Chefe de Divisão na Direcção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, da Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais em 08/10/2002

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
José Eduardo Macedo Leão Ferreira da Silva *	05/10/63	L – Direito; PG – Altos Estudos Europeus; Certificado de Estudos Superiores de Federalismo	16/02/89	07/06/91		02/03/98					Chefe de Divisão da Protecção Consular, na Direcção de Serviços de Administração Consular, em 26/02/2003
João Pedro de Castro Oliveira Soares *	05/10/61	L – Direito; PG – Estudos Europeus	16/02/89	07/06/91		02/03/98					Na Secretaria de Estado, em 02/11/94
Manuel António Garcia Borges Grainha do Vale *	28/02/60	L – Direito	16/02/89	07/06/90		02/03/98					Chefe de Divisão, na Direcção de Serviços da África Subsariana, da Direcção-Geral das Relações Bilaterais, em 07/10/2002
José Pedro Machado Vieira *	11/06/60	L – Direito	16/02/89	07/06/91		02/03/98					Na Direcção de Serviços das Relações Externas Regionais, em 05/05/2003
António Pedro de Lucena Pignatelli Corrêa de Aguiar	30/10/62	L – História	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Na Missão Temporária em Saravejo, em 12/01/2004

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
João Manuel Mendes Ribeiro de Almeida	01/12/62	L – Direito; Ciclo de Estudos de Defesa Nacional da OTAN	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Cônsul-Geral em Benguela, em 24/03/2003
Mário Pedro de Sousa Cámeira Abreu de Almeida *	12/10/64	L – Direito	13/05/92	27/10/93		13/05/00					Cônsul-Geral em Luanda, e, 7/09/2001
Carlos Nuno Almeida de Sousa Amaro *	17/02/58	“Bachelor of Arts”; “Honours” em Relações Internacionais	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Chefe de Divisão da Direcção de Serviços do Mercado Interno e das Questões Científicas, Tecnológicas e Industriais na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em 01/03/2004
João Pedro Lourenço Antunes	20/06/64	L – Direito	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Na REPER, em 03/12/2002
Rui Alberto Carvalho Baccera	16/06/67	L – Relações Internacionais; PG – Estudos Europeus	21/12/90	15/12/92		22/12/98					Na Secretaria de Estado, na Direcção de Serviços das Organizações Económicas, como chefe de Divisão, em 29/12/2003

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
António José de Carvalho Barroso *	26/05/67	L – Direito; PG – Relações Internacionais	13/05/92	28/10/93	02/03/98	14/05/00					Na Secretaria de Estado, em 29/10/2002
Fernando Demée de Brito *	12/04/60	L – Direito	21/12/90	15/12/92		22/12/98					Na Missão Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais, em Genebra, em 29/07/1999
Luís Manuel Ribeiro Cabaço *	01/03/67	L – Direito	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/02					Chefe de Divisão, na Direcção de Serviços da Europa, em 20/01/2003
Rui Fernando Sucena do Carmo	13/03/62	L – Direito	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Na Secretaria de Estado, em 29/10/2001
José Rui Baptista Borges Velez Carçoço *	30/10/68	L – Direito; PG – Estudos Europeus; Curso de Formação Diplomática	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Na Representação Permanente junto da União Europeia, em Bruxelas, em 28/09/2001
Paulo Carlos Ferreira Chaves	10/04/66	L – Relações Internacionais	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Na Embaixada em Santiago do Chile, em 10/01/2000

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Pedro Filipe Pereira Félix Coelho	29/05/60	L – Direito; PG – Estudos Europeus	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Na Secretaria de Estado, em 26/03/2001
João Miguel Maldonado de Mattos Nunes Correia *	04/11/65	L – Direito; PG – Estudos Europeus; PG – Relações Internacionais	21/12/90	15/12/92							Na Secretaria de Estado, em 21/12/90
António José Marques Sabido Costa *	06/07/63	L – Direito	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Na Direcção de Serviços das Organizações de Defesa e Segurança, em 17/02/2003
João Miguel Abrantes Tavares Neves da Costa	25/10/64	L – Relações Internacionais	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Na Representação Permanente de Portugal junto da EU – REPER, em 31/12/2003
João Paulo Marques Sabido Costa *	09/10/60	L – Direito	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Chefe de Divisão na Direcção de Serviços de Língua Portuguesa e Intercâmbio Cultural do Instituto Camões, em 29/03/2004

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Paulo Jorge Ascêncio da Costa *	28/08/64	L – Direito; PG – Estudos Europeus; PG – Economia e Gestão de Ciência e Tecnologia	13/05/92								Na Secretaria de Estado, em 13/05/92
José Augusto de Jesus Duarte *	31/03/63	L – Relações Internacionais	21/12/90	15/12/92		21/12/98	18/04/02				Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, em 31/08/2002
Mário Rui dos Santos Miranda Duarte *	12/06/65	L – História	21/12/90	15/12/92		15/12/98	18/04/02				Na DELNATO, em Bruxelas, em 04/09/2000
Jorge Manuel Fernandes *	05/06/50	L – Relações Internacionais	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Cônsul-Geral em Valência, em 23/08/2001
Fernando d'Orey de Brito e Cunha Figueirinhas	09/11/64	L – História	16/02/90	07/07/92		02/03/98					Chefe de Divisão no Gabinete do Secretário-Geral, em 10/09/2002
Jorge Gabriel Silva da Fonseca	16/01/63	L – Direito	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Na Secretaria de Estado, como Chefe de Divisão da Direcção de Serviços da Ásia e Oceânia, em 10/03/2003

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Rui Manuel Vinhas Tavares Gabriel	17/12/64	L – Direito	13/05/92	28/10/93	02/03/98	14/05/00					Chefe de Divisão na Direcção de Serviços da América do Norte da Direcção-Geral das Relações Bilaterais, em 06/04/2002
João Pedro de Vasconcelos Fins do Lago	15/12/65	L – Direito; Diploma de Altos Estudos Administrativos Europeus	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Na Embaixada em Tóquio, em 01/03/2004
Pedro David Mendes da Silva Laima	26/01/66	L – Direito	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Na Secretaria de Estado, na Direcção de Serviços de Direito Internacional, em 14/05/2003
Jorge Manuel da Silva Lopes *	14/03/62	L – Direito	16/02/90	07/07/92		02/03/98	18/04/02				Na Embaixada em Copenhaga, em 26/09/2000
Rogério Paulo Silvestre Lopes *	12/05/62	L – Direito	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Na Secretaria de Estado, no Serviço de Cifra, em 04/08/2003
José Frederico Viola de Drummond Ludovice *	02/02/58	L – Direito	21/12/90	15/12/92		22/12/98					Na Secretaria de Estado, como Chefe de Divisão na Direcção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe, em 03/10/2002

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
José Manuel de Jesus Carneiro Mendes *	18/05/61	L – Direito	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Na Embaixada em Caracas, em 01/07/99
Paulo Jorge da Silva Patrício Mendes	04/05/64	L – Direito	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Cônsul em Santos, em 12/01/98
Francisco Pimentel de Melo Ribeiro de Menezes	15/07/65	L – Direito	16/02/90	07/07/92		02/03/98	18/04/02				Na Embaixada em Madrid, em 01/09/2001
António Manuel Albuquerque de Vilhena Moniz *	01/12/65	L – Direito; Curso de Formação Diplomática	24/09/91	15/12/92		24/09/99					Na Embaixada em Varsóvia, em 01/04/2003
Rui Miguel Peixoto Gonçalves Monteiro	01/07/65	L – Direito	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Cônsul-Geral em Valência, em 05/01/2004
António Manuel Coelho da Costa Moura	16/01/63	L – Direito; PG – Estudos Europeus; Altos Estudos de Ciências Políticas	21/12/90	15/12/92		21/12/98	18/04/02				Director de Serviços do Gabinete de Assuntos Económicos, em 01/01/2004

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Paulo Jorge Pereira do Nascimento *	30/09/67	L – Direito	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Na Delegação Permanente junto da OCDE, em 06/09/2000
Carlos Manuel Folhadela de Macedo Oliveira	25/10/64	L – Direito	21/12/90	15/12/92		22/12/98					Na Direcção de Serviços de Vistos e Circulação de Pessoas, em 12/04/2003
Pedro Manuel Soares de Oliveira *	06/08/66	L – Psicologia; PG – Toxicoddependência	13/05/92	27/10/93	02/03/98	13/05/00					Na Secretaria de Estado, na Inspeção Diplomática e Consular, em 28/04/2003
Francisco de Assis Morais e Cunha Vaz Patto *	07/10/66	L – Direito; PG – Estudos Europeus	21/12/90	15/12/92		21/12/98	17/05/02				Na Embaixada em Luanda, em 29/09/2000
Pedro Sanchez da Costa Pereira *	28/11/62	L – Relações Internacionais; Diplomado em Altos Estudos Europeus	21/12/90	15/12/92		21/12/98	18/04/02				Adjunto no Gabinete do Primeiro-Ministro, em 23/08/2002
Miguel Henrique Simão Pires	08/08/65	L – Direito	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Na Secretaria de Estado, em 22/11/2003
Paulo Neves Pocinho *	28/08/62	L – Filosofia	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Cônsul-Geral em Newark, em 01/08/99

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Eduardo Manuel da Fonseca Fernandes Ramos *	15/11/62	L – Direito	24/09/91	15/12/92	02/03/98	24/09/99					Na Secretaria de Estado, como adjunto do Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, em 15/12/2003
Luís Manuel Mata Rocha	19/02/63	L – Direito	21/12/90	15/12/92							Na Secretaria de Estado, em 21/12/90
José Eduardo de Carvalho Rosa *	01/01/52	L – História	16/02/90	07/07/92		02/03/98					No Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em 05/02/2003
Jorge António Meave Zileri Teixeira de Sampayo *	03/01/65	L – Relações Internacionais	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Cônsul em Curitiba, em 19/09/2000
António Manuel Pires Gomes Samuel *	21/02/63	L – Relações Internacionais; M – Economia Internacional	21/12/90	15/12/92		21/12/98	18/04/02				Na Secretaria de Estado, em 23/03/2004
José Manuel de Castro Neves Costa Santiago *	25/10/63	L – Direito; PG – Estudos Europeus	21/12/90	15/12/92		22/12/98					Na Embaixada em Ottawa, em 18/08/99

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Adelino Vieira da Cunha da Silva	06/01/65	L – Direito	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Na Embaixada em Adis Abeba, em 23/05/2002
António Pedro da Vinha Rodrigues da Silva *	05/11/65	L – Direito	13/05/92	28/10/93	02/03/98	13/05/00					Na Secretaria de Estado, em 19/01/2004
António José Chrystêllo d'Oliveira Santos Tavares *	07/09/61	L – História	16/02/90	07/07/92		02/03/98					No Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, em 05/01/2004
João Manuel Syder Santiago Terenas *	06/08/57	L – Ciências Históricas; PG – Relações Internacionais	24/09/91	15/12/92		24/09/99					Na Embaixada em Tunes, em 08/07/2003
Luís Manuel de Magalhães de Albuquerque Veloso *	28/06/64	L – Direito	21/12/90	15/12/92		21/12/98					Na Embaixada em Budapeste, em 30/06/2003
Pedro Alexandre Amor da Fonseca Cabral Adão	12/07/69	L – Relações Internacionais	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Embaixada em Estocolmo, em 08/09/2001
Domingos Maria de Saldanha Melo e Alvim	29/06/66	L – Direito	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Embaixada em Rabat, em 27/09/2000

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
José de Castro Ataíde Amaral	20/03/70	L – Relações Internacionais Culturais e Políticas; Certificado em Estudos Europeus; “Master” em Administração Pública	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Embaixada em Atenas, em 01/11/99
Licínio Albino Curvaceira Bingre do Amaral *	27/05/62	L – Direito	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Delegação junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 05/10/2001
José Carlos Reis Arsénio	23/05/70	L – Relações Internacionais	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Representação Permanente junto da OSCE, em 31/12/2003
João Pedro de Noronha Brito Câmara *	18/05/66	L – Direito; PG – Estudos Europeus	01/02/95	02/03/98	01/02/00	02/02/03					Na Embaixada em Riade, em 05/03/2002
Luís Henrique de Noronha Brito Câmara *	04/02/69	L – Direito	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Representação Permanente junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), em Viena, em 03/10/2001

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Luís Filipe Baptista da Cunha	05/09/67	L – Relações Internacionais; PG – Estudos Europeus	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Embaixada em Berlim, em 31/10/2000
Gonçalo Nuno Gamito Beija de Teles Gomes	31/10/71	L – Direito; “Diplôme d’Études Approfondies en Droit Communautaire”; “Diplôme d’Études Supérieures Européens”	07/03/96	02/03/98	08/03/01						Na Embaixada em Pretória, em 17/09/2001
Rui Casimiro Alves Gomes	01/05/71	L – Relações Internacionais	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Cônsul no Recife, em 10/09/2001
Luís Quartin Graça	05/02/69	L – Relações Internacionais	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Embaixada em Dublin, em 28/10/2000
Gilberto Jorge de Sousa Jerónimo	09/06/72	L – Relações Internacionais	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Embaixada em Paris, em 27/10/2000
Paulo Jorge Lopes Lourenço	10/03/72	L – Direito	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Embaixada em Londres, em 23/10/2000
Pedro Manuel Carqueijeiro Lourtie *	15/01/71	L – Economia; M – Estudos Europeus	01/02/95	02/03/98	01/02/00	07/02/03					Na Representação Permanente junto da União Europeia, em Bruxelas, em 29/01/99

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
João Shearman de Lemos Macedo	07/08/70	L – Direito	01/02/95	02/03/98	01/02/00	02/02/03					Na Embaixada em Londres, 06/11/2001
Vítor Manuel Castanheira Marcelino	24/09/72	L – Relações Internacionais	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Encarregado de Negócios a.i., em 08/09/2002
Fernando Jorge de Figueiredo Esteves Marcos	27/06/62	L – Relações Internacionais	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Embaixada em Bangucoque, em 12/03/2002
Nuno Vaultier Mathias	12/06/68	L – Direito; PG – Estudos Europeus	01/02/95	02/03/98	01/02/00	02/02/03					Na Embaixada em Maputo, em 31/12/2003
Francisco Xavier Graça Moura Meireles *	14/02/65	L – Direito	01/02/95	02/03/98	01/02/00	02/02/03					Na Embaixada no Luxemburgo em 28/08/2002
Pedro Jorge Direito Monteiro *	03/07/69	L – Direito; PG – Estudos Europeus	01/02/95	02/03/98	01/02/00	02/02/03					Na Secretaria de Estado, em 04/01/2004
Frederico Cerveira Baião do Nascimento	07/10/71	L – Direito	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Embaixada em Nova Delhi, em 25/10/2000

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Carlos António Rico da Costa Neves	04/12/63	L – Línguas e Literaturas Modernas; Diploma em Estudos Internacionais	01/02/95	02/03/98	01/02/00	02/02/03					Na Embaixada em Madrid, em 06/12/99
Jorge Manuel Alves César das Neves *	18/10/59	L – Filosofia; Magister Artium em Filosofia	07/03/96	02/03/98	07/03/00						Na Representação Permanente junto da União Europeia, em Bruxelas, em 16/09/2002
Paulo Jorge Adão Martins dos Santos	2/11/73	L – Relações Internacionais	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Embaixada em Havana, em 05/02/2002
Vasco Queiroz Seruya	15/04/69	L – Relações Internacionais; Certificat d'Études Européennes; PG – Gestão de Negócios Internacionais	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Na Missão Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais, em Genebra, em 01/10/2000
Luís Miguel Leandro da Silva *	01/06/69	L – Relações Internacionais	01/02/95	02/03/98	01/02/00	02/02/03					Na Embaixada em Zagrebe, em 01/04/2003
Manuel Frederico Pinheiro da Silva *	21/03/63	L – História; PG – Estudos Europeus	07/03/96	02/03/98	07/03/01						Cônsul em Belo Horizonte, em 27/07/2002

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Rui Nuno Oliveira de Almeida *	08/02/62	L – Direito	06/09/99	06/09/01							Na Embaixada em Lima, em 02/09/2002
Duarte Falé Costa de Bué Alves	04/01/74	L – Direito; M – Estudos Europeus	06/09/99	07/09/01							Na Secretaria de Estado, em 06/09/99
Carlos Reino Antunes	17/09/63	L – Gestão e Administração Pública	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na Embaixada em Oslo, em 07/12/2001
Jorge Eduardo Ferreira Silva Aranda	29/08/74	L – Relações Internacionais	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na Embaixada em Berlim, em 10/03/2003
Vasco Lourenço da Costa Pereira Goulart de Ávila *	19/08/65	L – Direito	06/09/99	07/09/01							Na Secretaria de Estado, em 06/09/99
João Carlos Leitão Batista *	07/05/71	L – Estudos Europeus	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na Embaixada no México, em 14/02/2003
Carlos José Pizarro de Sousa Brito *	12/03/68	L – Direito	06/09/99	06/09/01							Na Embaixada em Ankara, em 03/02/2003
Pedro Miguel Pereira Carmona	17/10/69	L – Direito	19/02/98	12/05/99	20/02/03						No Gabinete do Secretário-Geral, em 16/09/2002

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Pedro Troni de Pedreira Carneiro	11/11/73	L – Relações Internacionais; “Master of Arts” em Relações Internacionais e Estudos Europeus	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na Embaixada em Praga, em 15/08/2002
Manuel André Coutinho Sobral da Cruz Cordeiro *	08/08/69	L – História PG – Estudos Europeus	06/09/99	06/09/01							Na Secretaria de Estado, em 06/09/99
Rui António da Costa Martinot Mendes Correia	02/05/67	L – Direito; M – Estudos Europeus	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na Representação Permanente junto da União Europeia, Em Bruxelas, em 02/09/2002
Ricardo Fernandes Garcia Cortes	18/03/72	L – Relações Internacionais	06/09/99								Na Embaixada em Abuja, em 15/10/2001
João Paulo Barbosa da Costa	15/08/72	L – Relações Internacionais; M – Relações Internacionais; M – Estudos Europeus	06/09/99	07/09/01							Na Secretaria de Estado, em 06/09/99
José Pedro Marinho da Costa *	16/09/73	L – Relações Internacionais; PG – Estudos Europeus	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na Embaixada na Cidade da Praia, em 23/07/2001
Jorge Manuel Soares Valadas Preto Cruz	27/09/64	M – Psicologia	06/09/99	06/09/01							No Gabinete do Ministro da Administração Interna, em 01/1/2004

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
João Marco de Deus	28/05/76	L – Relações Internacionais	06/09/99	06/09/01							Na Secretaria de Estado, em 06/09/99
Paulo Miguel Guedes Domingues *	13/12/72	M – Relações Internacionais	06/09/99	07/09/01							Na Secretaria de Estado, em 06/09/99
Francisco Durão Ferreira Alegre Duarte	09/08/73	L – Direito; PG – Relações Internacionais	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na representação permanente na ONU, em 03/03/2003
Carlos Alberto Maciel Ferreira	25/10/72	L - Bioquímica	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na embaixada em Rabat em 06/07/2002
António Manuel de Figueiredo da Costa Ferreira *	13/10/61	L – Ciências Jurídico-Económicas	18/02/98	12/05/99	20/02/03						Na Missão Permanente junto do Conselho da Europa, em 22/04/2002
Paulo Gaivão Teles da Gama	14/02/72	L – Relações Internacionais	19/02/98	12/05/99	20/02/03						No Consulado Geral no Rio de Janeiro em 24/11/2003
Mário José Soares Gomes	16/09/74	L – Relações Internacionais; PG – Estudos Europeus	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na embaixada em Teerão em 15/01/2002
Miguel de Agorreta de Alpuim Gagliardini Graça	14/05/71	L – Direito	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Adjunto do gabinete do secretário de estado dos negócios estrangeiros e da cooperação, em 08/04/2002

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Paulo Miguel Lopes da Graça	30/03/76	L – Relações Internacionais	06/09/99	06/03/01							Na secretaria de estado em 06/09/99
Alexandre Potsch Duarte de Jesus *	12/11/65	L – Ciências Políticas e Relações Internacionais	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na embaixada em Kiev em 27/10/2001
Alexandre José dos Reis Leitão *	08/12/65	L – Geografia; Diplomado em Administração Autárquica	06/09/99	06/09/02							Na secretaria de estado em 06/09/99
Mário Rui Marques Martins	30/06/69	L – Relações Internacionais; PG – Relações Internacionais	06/09/99	06/09/01							Na embaixada em Tel-Avive em 09/01/2003
Marcelo Vaultier Mathias	13/03/71	L – Direito; M – Relações Internacionais	06/09/99	06/09/01							No gabinete do Secretário-geral em 21/05/2003
Jorge Manuel da Cunha Monteiro	9/6/72	L – Relações Internacionais; PG – Estudos Europeus	06/09/99	06/09/01							Na secretaria de estado em 06/09/99
Bruno Xavier Arrais Belezza Pais Moreira	17/12/71	L – Direito	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na embaixada em Pequim em 04/01/2004

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Carlos Miguel Lopes de Oliveira	06/06/69	L – Relações Internacionais	19/02/98	12/05/99	30/02/03						Na embaixada em Caracas em 03/12/2001
Pedro Abecacis de Andrade da Costa Pereira	30/06/75	L – Relações Internacionais; M – Relações Internacionais	06/09/99								Adjunto do gabinete do secretário de estado dos assuntos europeus em 08/04/2002
Carlos Alberto Raheb Lopes Pires	10/09/73	L – Relações Internacionais; M – Estudos Europeus	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na comissão permanente junto da NATO-DELNATO em 21/02/2003
João Luis Neves Queirós	01/04/75	L – Direito	06/09/99	06/09/01							Na embaixada em Bissau em 06/09/2002
Eduardo Nuno da Silva Rafael	09/09/71	L – Direito	19/02/98	12/05/99	20/02/03						No consulado geral em Nova Iorque em 25/11/2003
Francisco Cabrita Saraiva	30/09/75	L – Filosofia	06/09/99	06/09/01							Na secretaria de estado em 07/11/2001
Israel Cláudio Esteves Saraiva	13/06/72	L – Relações Internacionais; Diplôme d'Études Approfondies en "Études Politiques"	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na embaixada em Londres em 21/03/2003
Luis Manuel Borralho Sequeira	29/08/73	L – Economia; PG – Estudos Europeus	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na secretaria de estado no serviço de protocolo em 02/04/2003

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
José Carlos Serejo Campos Serafino *	02/06/59	L – Engenharia Electrotécnica e de Computadores; M – Gestão de Empresas	06/09/99	06/09/01							Na embaixada em Bague-Dade em 09/10/2003
Vitor Paulo da Costa Sereno	02/12/70	L – Direito	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na embaixada em Buenos Aires em 15/10/2002
Paulo Marcelo Lenoire Maia e Silva	30/08/70	L – Relações Internacionais; PG – Estudos Europeus	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na embaixada em Kinshasa em 06/01/2004
Miguel Felipe de Sousa Franco Cruz Silvestre	19/04/71	L – Direito; “Master” of Arts in European Studies	06/09/99	06/09/01							Na embaixada em Argel em 14/03/2003
Paulo Alexandre Barroso Simões	10/05/72	L – Relações Internacionais; Diplomê d’études Europeénes Approfondies en “Sciences Politiques et administratives”	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Na representação permanente junto da União Europeia, em Bruxelas, em 28/08/2002

As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004

Nome	Data de Nasc.	Habilitações Literárias	Adido de Embaix.	3º Secr. Embaix.	2º Secr. Embaix.	1º Secr. Embaix.	Cons. de Embaix.	M.P. de 2ª Clas.	M.P. de 1ª Clas.	Embaixador(a)	Situação à data do Anuário
Hugo Monteiro Brilhante Sobral	15/07/76	L – Relações Internacionais	06/09/99	07/09/01							Adjunto do gabinete do ministro dos negócios estrangeiros e das comunidades portuguesas, em 06/04/2002
José Eduardo Bleck Guedes de Sousa	22/09/68	L – Relações Internacionais	06/09/99	06/09/01							Na secretaria de estado, direcção geral dos assuntos multilaterais, em 18/03/2003
Paulo Tiago de Sousa Amorim Rocha Trindade *	14/05/65	M – Literaturas Comparadas Portuguesa e Francesa	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Com licença por um ano, desde 31/5/2003, como administrador do comité das regiões da União Europeia em 01/06/2003
Ricardo de Sousa Meneses Bonnet Victória *	16/02/71	L – Relações Internacionais; M – Economia Internacional	19/02/98	12/05/99	20/02/03						Adjunto no gabinete do secretário de estado dos assuntos europeus em 19/05/2003

Fonte: *Anuários Diplomático e Consular Português: 1979 a 2004* do MNE

* - Casado

ANEXO C – Decreto-Lei n.º 308/74, de 6 de Junho
O Artigo 25.º Abre o Acesso das Mulheres à Carreira Diplomática

6 DE JULHO DE 1974

788-(3)

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto-Lei n.º 308/74
de 6 de Junho

Usando da faculdade conferida pela primeira parte do n.º 3.º do artigo 16.º da Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, o Governo Provisório decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os §§ 1.º e 3.º do artigo 6.º, o § 2.º do artigo 7.º, os artigos 15.º, 18.º e 21.º, o § 1.º do artigo 22.º, o artigo 25.º, o § 1.º do artigo 26.º, o § 2.º do artigo 37.º e o artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 47 331, de 23 de Novembro de 1966, passam a ter a redacção seguinte:

Art. 6.º

§ 1.º Os Serviços Jurídicos e de Tratados são chefiados por um ministro plenipotenciário de 1.ª classe; os Serviços de Informação e de Imprensa, os Serviços do Protocolo e a Inspeção Diplomática e Consular são chefiados por ministros plenipotenciários de 1.ª ou de 2.ª classe, consoante as conveniências de serviço, entendendo-se que os provimentos dos cargos numa das categorias implica o abatimento de outras tantas unidades na outra categoria.

§ 2.º

§ 3.º A Repartição do Arquivo e Biblioteca será chefiada por um bibliotecário-arquivista, equiparado a conselheiro de embaixada, que terá a coadjuvância de três segundos-bibliotecários-arquivistas, equiparados a segundos-secretários de embaixada. A nomeação para aqueles cargos é de livre escolha do Ministro dos Negócios Estrangeiros, devendo, porém, recair em diplomados com o curso de bibliotecário-arquivista ou com o estágio de preparação técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas de competência reconhecida e comprovada para o exercício das funções. O provimento dos lugares será feito por contrato.

§ 4.º

Art. 7.º

§ 1.º

§ 2.º O director-geral é assistido por três adjuntos com categoria de ministros plenipotenciários de 2.ª classe.

Art. 15.º As missões diplomáticas são chefiadas por embaixadores, ministros plenipotenciários de 1.ª ou de 2.ª classe ou por conselheiros de embaixada, que, independentemente do seu grau hierárquico, terão a designação e as honras inerentes à titularidade da missão que chefiam. Além do seu chefe, as missões compreenderão os funcionários do serviço diplomático, os conselheiros ou adidos técnicos e o pessoal burocrático ou administrativo, permanente ou eventual, que a conveniência de serviço impuser.

§ 1.º Quando o pessoal de uma missão diplomática não compreender funcionários do serviço diplomático de categoria igual ou superior à de conselheiros de embaixada ou quando conveniências políticas o aconselharem, pode ao funcionário diplomático mais categorizado ser confiada a chefia dessa missão e ser-lhe atribuído o título de encarregado de negócios.

§ 2.º

Art. 18.º A criação, modificação de categoria ou supressão de missões diplomáticas dos consulados e das secções consulares serão feitas por decreto.

Art. 21.º A execução dos serviços internos e externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros compete aos funcionários do serviço diplomático, ao pessoal do quadro administrativo e aos funcionários contratados ou eventuais que desempenhem funções na Secretaria de Estado ou no estrangeiro.

§ 1.º

§ 2.º

Art. 22.º

§ 1.º Os funcionários do serviço diplomático, qualquer que seja a sua categoria, quando nomeados para gerir consulados-gerais, serão designados consules-gerais, designação que também será atribuída aos conselheiros de embaixada quando colocados em consulados de classe diferente daquela.

§ 2.º

Art. 25.º A admissão no serviço diplomático depende de aprovação em concurso de provas públicas, a que só poderão ser candidatos os cidadãos portugueses originários, diplomados com qualquer curso superior professado em Universidade ou estabelecimento de ensino superior português ou com um curso superior estrangeiro que o Ministério da Educação e Cultura considere equivalente a um curso superior português para efeito de provimento em cargos públicos.

Art. 26.º

§ 1.º Os nomeados sê-lo-ão com carácter provisório, por dois anos, com o título de adido de embaixada, e prestarão serviço na Secretaria de Estado, nas missões diplomáticas, nos consulados ou nas missões ou delegações permanentes dependentes do Ministério.

Art. 37.º

§ 1.º

§ 2.º Os funcionários na disponibilidade podem, por motivo de interesse público e até ao número de dez, ser chamados ao serviço na Secretaria de Estado ou no estrangeiro ou, se houverem passado seis meses depois da passagem à disponibilidade, ser colocados em vagas da sua categoria. Quando chamados ao serviço, têm direito ao vencimento por inteiro.

Art. 38.º É aplicável aos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros para serviço na Secretaria de Estado o limite de idade estabelecido na lei geral. Para o serviço no estrangeiro, em todos os serviços dependentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, esse limite será de 65 anos, limite que é também aplicável a entidades estranhas ao serviço diplomático, bem como aos funcionários diplomáticos colocados em missões ou delegações permanentes dependentes de outros Ministérios.

§ 1.º Os funcionários que atingirem o limite de idade para o serviço no estrangeiro serão aposen-

tados se tiverem 40 anos de serviço. Não se verificando essa hipótese, poderão ser colocados na Secretaria de Estado, em lugar correspondente à sua categoria, se existir vaga, ou ser colocados na disponibilidade.

Art. 2.º A partir do ingresso no serviço diplomático, as promoções até à categoria de ministro plenipotenciário de 2.ª classe, inclusive, fazem-se por livre escolha do Ministro de entre os funcionários com três anos de bom e efectivo serviço na categoria imediatamente inferior.

§ 1.º Quando o número de funcionários não for suficiente para preencher as vagas existentes, poderá o Ministro nomear para essas vagas funcionários da mesma categoria que não tenham ainda o tempo de serviço fixado na lei geral para a promoção e ainda, na falta destes, funcionários da categoria imediatamente inferior que possuam, pelo menos, três anos de bom e efectivo serviço nessa categoria.

Art. 3.º As promoções referidas no artigo anterior são propostas pelo Conselho do Ministério, em lista tríplice, sempre que o número de candidatos o permita, sobre a base do melhor direito e da maior aptidão dos funcionários para o exercício do posto ou cargo superior, revelada pelas suas qualidades pessoais e pelos serviços por eles prestados.

§ 1.º Nenhum funcionário poderá ter mais de uma promoção no mesmo posto.

§ 2.º O Ministro justificará e fundamentará as decisões que se não conformem com as propostas do Conselho do Ministério.

Art. 4.º O n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/70, de 2 de Janeiro, passa a ter a redacção seguinte:

1. As direcções-gerais do Ministério dos Negócios Estrangeiros podem ser chefiadas por embaixadores.

Art. 5.º O vencimento mensal dos ministros plenipotenciários de 2.ª classe passa a ser o correspondente à letra C das categorias previstas no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 49 410, de 24 de Novembro de 1969.

Art. 6.º A composição dos quadros do serviço diplomático, do pessoal adjunto e do pessoal administrativo será a constante do mapa anexo ao presente decreto-lei.

Art. 7.º São revogados os artigos 27.º a 31.º e o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 47 331, de 23 de Novembro de 1966, e o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 39 504, de 31 de Dezembro de 1953.

Art. 8.º No orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros serão inscritas as dotações necessárias para satisfação dos encargos decorrentes do presente decreto-lei.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Adelino da Palma Carlos* — *Vasco Vieira de Almeida* — *Mário Soares*.

Promulgado em 9 de Julho de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO DE SPÍNOLA.

Mapa a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 308/74, de 6 de Julho

I

Serviço diplomático

	Em serviço na Secretaria de Estado	Em serviço no estrangeiro	Total
Embaixadores	(a) 1	14	15
Ministros plenipotenciários de 1.ª classe	(b) (c) 4	20	24
Ministros plenipotenciários de 2.ª classe	(d) 9	29	38
Conselheiros de embaixada	11	37	48
Primeiros-secretários de embaixada	12	43	55
Segundos-secretários de embaixada	14	41	55
Terceiros-secretários de embaixada	30	25	55
	81	209	290

(a) Ou mais uma, duas ou três unidades na Secretaria de Estado, quando os lugares de director-geral forem preenchidos por embaixadores, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/70, de 2 de Junho.

(b) Ou menos uma, duas ou três unidades na Secretaria de Estado, quando se der a hipótese prevista na observação anterior.

(c) Ou mais uma, duas ou três unidades, quando os lugares de director dos Serviços de Informação e Imprensa, de director dos Serviços de Protocolo e de inspector diplomático e consular forem preenchidos por ministros plenipotenciários de 1.ª classe.

(d) Ou menos uma, duas ou três unidades, quando se der a hipótese prevista na observação anterior.

II

Quadro do pessoal adjunto

Chefe da Repartição do Arquivo e Biblioteca	1
Redactor do <i>Boletim de Informação</i>	1
Segundos-bibliotecários-arquivistas	3
	5

III

Quadro do pessoal administrativo da Secretaria de Estado

Pessoal burocrático	
Chefes de secção	7
Primeiros-oficiais	12
Segundos-oficiais	20
Terceiros-oficiais	21
Escriturários-dactilógrafos de 1.ª classe	35
Escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe	35
	130
Telefonistas	4
Pessoal auxiliar	
Motorista de 1.ª classe	1
Motoristas de 2.ª classe	6
Correio	1
Porteiros de 1.ª classe	2
Contínuos de 1.ª classe	16
Contínuos de 2.ª classe	16
	42

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Mário Soares*.